

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EMANUELLE KOPANYSHYN

**Discordantes aliados: diplomacia e estratégia militar do Brasil na formação
dos blocos da Segunda Guerra Mundial**

São Carlos
2020

EMANUELLE KOPANYSHYN

Discordantes aliados: diplomacia e estratégia militar do Brasil na formação dos blocos da Segunda Guerra Mundial

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Área de Concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane Soares Rodrigues.

São Carlos
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Emanuelle Kopanyshyn, realizada em 05/11/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues (UFSCar)

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (UNESP)

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (UNESP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Dedico esta tese ao Helder Machado, meu companheiro de todas horas.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar grande parte desta pesquisa, a toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, a cada professora e professor pela contribuição à minha formação e ao José Olímpio, sempre ético e solícito à frente da secretaria. Também menciono como instituições imprescindíveis para o andamento deste trabalho o Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Arquivo Histórico do Exército.

Uma profunda gratidão à professora Lidiane Soares Rodrigues, minha orientadora, cuja competência e força me inspiraram desde o início de nossos trabalhos, e ao professor João Roberto Martins Filho, que primeiro acreditou em meu potencial como pesquisadora em ciência política.

À minha mãe, Maria Aparecida Soares, que com muita simplicidade e resiliência intercedeu todos os dias para que eu não desanimasse; aos meus irmãos Leandro, Jéssica e Leonardo Kopanyshyn e suas famílias que sempre me acolheram, compreenderam minhas ausências e me mostraram o valor do trabalho duro; aos meus sogros, Nilse e Helio Fracasso, que nunca hesitaram em rodar centenas de quilômetros para nos confortar e meus cunhados Eletícia e Helton Fracasso, por me acolherem no momentos difíceis em sua própria casa; agradecer à parte da minha família que mora no Rio de Janeiro e me acolheu quando consultei os acervos da cidade, tio Miguel, tia Márcia e meus primos Daniel e Marcos Kopanyshyn, este último um grande amigo e incentivador.

Aos amigos, tão fundamentais para que eu ainda enxergasse beleza nesse mundo e não desistisse: o Nilton e a Jéssica Sales Sávio, que me mostraram o valor do companheirismo e da generosidade; a Jacqueline Regis e André Liao, os quais mesmo distantes parecemos travar as mesmas batalhas; à Mariellen e ao Adriano Basso, um porto seguro em nossa vida em Rio Preto; ao Júlio Santana, que inspira generosidade, coragem e compreende meus *gaps* de resposta; a todos meus alunos, razão de continuar a lutar pela educação.

Das muitas pessoas na minha jornada acadêmica, gostaria de dar um lugar especial: a Maria Paula de Torres de Jesus, que intercedeu espiritual e materialmente por mim durante grande parte dos meus estudos; à Thais Cavalcante que é de uma força e consciência de classe tão intensa que sempre me inspirou; à Aiane Vieira, Ariane Duarte, Flávia de Carvalho e Bruna Ferrari pela sororidade e acolhida em suas casas e vidas; à Cristiane Ruzzante e Selma de Araújo, por serem educadoras tão dedicadas, humanas e acreditarem no meu crescimento profissional.

Aos profissionais de saúde do Hospital de Base de São José do Rio Preto e do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, onde fiz tratamento durante o processo de realização desta tese. Sou grata, ainda, ao Sistema Único de Saúde, que resiste e oferece tratamentos humanizados e de qualidade aos cidadãos.

Por fim, um agradecimento especial ao meu esposo, Helder Machado, companheiro em todos os projetos, por me ajudar planejar viagens para a minha formação, por me amparar nas crises de dor, de choro ou de estresse, por compreender que eu precisava perder feriados estudando, por me animar quando precisei de alegria e afeto, cuidar comigo de nossa casa, alimentação e cachorrinha (Olga) e por me incentivar a escrever. A defesa desta tese é fruto de um sonho pelo qual lutamos juntos, como diria a canção *“quem sabe isso quer dizer amor: estrada de fazer o sonho acontecer”*.

Discordantes aliados: diplomacia e estratégia militar do Brasil na formação dos blocos da Segunda Guerra Mundial

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a diplomacia e as estratégias militares adotadas pelo Brasil entre os anos de 1930 e 1942. No plano interno, o país vivenciou diversas transformações políticas e sociais envolvendo o governante Getúlio Vargas e grupos a ele ligados. No plano externo, é nesse período que ocorreram as negociações para a formação dos blocos militares frente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O objetivo deste estudo é analisar o pensamento político e ação pública de dois agentes de Estado cruciais para o período: o diplomata e chanceler Oswaldo Arranha e o general e chefe do Estado-Maior do Exército Góes Monteiro. A pesquisa baseia-se em discursos, cartas, biografias, anais e diários, em caráter qualitativo. Em contraponto à bibliografia, que aponta a polarização, no Estado Novo, do diplomata pró-liberalismo e do militar pró-centralismo, esta pesquisa busca compreender a confluência entre ambos, além de avaliar os benefícios daí resultantes para a política externa. O presente estudo constatou que, apesar de defenderem posicionamentos políticos divergentes, em termos pessoais, Arranha e Góes Monteiro adotaram uma política conjunta, que resultou no alinhamento com os Estados Unidos da América, a partir de uma mesma concepção e percepção do interesse nacional: o financiamento da indústria de base e o reequipamento militar.

Palavras-chave: Estado Novo; diplomacia; estratégia militar; Góes Monteiro; Oswaldo Arranha.

Discordant allies: Brazilian diplomacy and military strategy in the formation of World War II blocs

ABSTRACT

The theme of this study is diplomacy and the military strategies adopted in Brazil between 1930 and 1942. In the Brazilian background, the country had several social and political changes involving the governor Getúlio Vargas and groups allied to him. In the foreign background, there were negotiations for the formation of military blocs towards the World War II (1939-1945). The aim of this study is to analyze the political thoughts and public actions of two State agents who were essential to the period: the diplomat and chancellor Oswaldo Aranha and the Army Staff lead officer Góes Monteiro. This search is based on discourses, letters, biography, annuals and diaries, in a qualitative basis. Although the literature indicates a political polarization in the Estado Novo between the pro-liberal diplomat and the pro-central military, this study aims to understand the confluence between both agents and to comprehend how the foreign policy was benefited from this confluence. The present study verify that, even though they defended different political positions, Aranha and Góes Monteiro adopted a collaborative policy, which resulted in the alignment with the United States of America, starting from the same conception and perception of national interest: financing of heavy industry and military reequipment.

Keywords: Estado Novo; diplomacy; military strategy; Góes Monteiro; Oswaldo Aranha.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DHBB	Dicionário Histórico Biográfico do Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EXIMBANK	<i>Export-Import Bank of the United States</i>
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMN	Fábrica Nacional de Motores
FUG	Frente Única Gaúcha
GV	Getúlio Vargas
LSN	Lei de Segurança Nacional
OCIAA	<i>Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i>
OA	Oswaldo Aranha
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRD	Partido Republicano Democrático
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Tel.	Telegrama
UNE	União Nacional dos Estudantes
USS	<i>United States Steel</i>

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1: Dentre outros aliados de Getúlio, Gustavo Capanema, Oswaldo Aranha, Dutra e Góes Monteiro, por ocasião de almoço no quartel da cavalaria na Avenida Pedro II, 25 agosto de 1938.....39
- Imagem 2: Chegada de Oswaldo Aranha ao Rio de Janeiro para negociar com a junta governativa provisória. Rio de Janeiro, 28/10/1930.....58
- Imagem 3: Oswaldo Aranha visita a Feira de Amostras do Departamento nacional do café, 1933. Rio de Janeiro (RJ).....61
- Imagem 4: Assinatura do acordo comercial Brasil-Estados Unidos. Sentados da direita para a esquerda: Cordell Hull, secretário de Estados dos EUA, o presidente Roosevelt e o embaixador Oswaldo Aranha, Washington, 1935.....64
- Imagem 5: Oswaldo Aranha e Cordell Hull são filmados na saída da Casa Branca, por ocasião da Missão Aranha, 1939. Washington (EUA).....74
- Imagem 6: Discurso de Oswaldo Aranha por ocasião do rompimento de relações do Brasil com o Eixo. Rio de Janeiro, 28/01/1942.....80
- Imagem 7: Diretoria do Clube 3 de Outubro, vendo-se Pedro Ernesto e Góes Monteiro (sentados ao centro), 03/10/1931.....94
- Imagem 8: Góes Monteiro com Maria Capanema, Eurico Gaspar Dutra e outros, durante banquete às Missões Militares no Copacabana Palace. Rio de Janeiro, 10/09/1941.....96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PAZ E GUERRA: O BRASIL NO PERÍODO DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	26
1.1 O BRASIL SOB GETÚLIO VARGAS.	26
1.2 UM DITADOR COM ALIADOS.....	34
1.3 O PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA.....	39
1.4 PAZ E GUERRA	44
2. O DIPLOMATA	51
2.1 AS ORIGENS.....	51
2.2 DE REVOLUCIONÁRIO A EMBAIXADOR	58
2.3 CHANCELER DO ESTADO NOVO	66
2.4 CHANCELER EM TEMPOS DE GUERRA	75
2.5 O PENSAMENTO POLÍTICO DE OSWALDO ARANHA	81
3. O SOLDADO	86
3.1 FORMAÇÃO E FASE LEGALISTA	86
3.2 REVOLUCIONÁRIO, GENERAL, MINISTRO	89
3.3 CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO	101
3.4 O PENSAMENTO POLÍTICO DO GENERAL GÓES MONTEIRO.....	110
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a diplomacia e as estratégias militares adotadas pelo Brasil entre os anos de 1930 e 1942. No plano interno, o país vivenciou diversas transformações políticas e sociais envolvendo Getúlio Vargas e grupos a ele ligados. No plano externo, é nesse período que ocorreram as negociações para a formação dos blocos militares frente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A análise aqui desenvolvida se centra no pensamento político e na ação pública de dois agentes de Estado extremamente importantes para o período: o diplomata e chanceler Oswaldo Arranha e o general e chefe do Estado-Maior do Exército Góes Monteiro.

A teoria política da qual parte esta análise foi desenvolvida por Raymond Aron, principalmente em sua obra *Paz e Guerra entre as Nações* (2002). Para o autor, as relações internacionais se baseiam na perspectiva da paz e da guerra e é a partir dessa perspectiva que a estratégia militar e a diplomática se complementam no interior dos Estados.

Questões geográficas, demográficas, econômicas e regimes políticos são variáveis imprescindíveis nas escolhas dos agentes de Estados ao deliberarem sobre um possível conflito em seus objetivos. As relações internacionais contêm uma pluralidade de centros autônomos de decisão dentro do Estado, a avaliar constantemente os riscos da guerra e que se expressam em condutas específicas de personagens que o autor nomeou de “Diplomata” e “Soldado”, não como figuras aleatórias das instituições, mas como expoentes das visões sociopolíticas dos grupos que as compõem (ARON, 2002, p. 69). O primeiro por estar entranhado na unidade política pela qual se pronuncia e articula e o segundo por levar ao campo de batalha a bandeira da unidade política pela qual está disposto a matar outras pessoas.

Em meio às análises de Raymond Aron sobre relações internacionais e guerras, fica evidente que a conduta diplomático-estratégica é instrumental, ou seja, ela está a serviço dos grupos que representam e investem no sucesso de tais condutas. Para compreender esforços e decisões de nações, portanto, é preciso ter

como referência a conjuntura histórica das instituições brasileiras, qual ambiente as configura, que recursos dispõem e até mesmo as condições psicossociológicas dos atores que as representam.

A distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do "interesse nacional". Se a estratégia – que, por definição, orienta as operações militares não tem uma função fora do teatro militar, os meios militares, por sua vez, são um dos instrumentos de que a diplomacia se utiliza. Inversamente, as declarações, notas, promessas, as garantias e as ameaças fazem parte do arsenal do chefe de Estado, durante a guerra, com respeito aos seus aliados, aos neutros, e talvez também com relação aos inimigos do dia, isto é, os aliados de ontem ou de amanhã. (Idem, p. 75)

O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais, elas se desenrolam à sombra da guerra, para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz. (Idem, p. 59)

O modelo teórico desenvolvido por Aron é muito útil para operacionalizar a discussão proposta neste estudo. O período estudado apresenta uma conjuntura geopolítica em que diplomacia e estratégia se preparam para a perspectiva da Guerra Mundial, que se iniciou em 1939 e na qual o Brasil tomou parte a partir de 1942. A ação do diplomata e do soldado – dois tipos de Aron e os dois protagonistas deste estudo - podem ser compreendidas nesse movimento: quando estão em paz, negociam para evitar a guerra; quando estão em guerra, negociam para melhor enfrentá-la e negociar a paz.

A literatura sobre a política externa da Era Vargas (GAMBINI, 1977; HILTON, 1994; LORCHERY, 2015; MOURA, 2012; NETO, 2013; OLIVEIRA, 2015; PANDOLFI, 1999; SANTANA, 2010; SEINTEFUS, 1985) tem enfatizado a divergência ideológica entre grupos pró-Aliados/Estados Unidos e os grupos pró-Eixo/Alemanha. O principal expoente dos primeiros seria o chanceler Oswaldo Aranha, e, do segundo, o general Góes Monteiro. A teoria aroniana pode instrumentalizar uma perspectiva nova sobre a diplomacia e a estratégia militar do período, de maneira a dirimir a polaridade das interpretações e chamar a atenção para a confluência entre os dois agentes de

Estado, entre suas concepções dos interesses nacionais e de suas formulações para a política externa.

Para tanto, adotando Oswaldo Aranha como a figura do diplomata e Góes Monteiro como a do soldado, ao longo do texto busca-se: a) identificar os elementos do pensamento político que inspiram estratégias defendidas por esses agentes; b) compreender as relações de poder internas e externas que se estabelecem em seus campos estratégico e diplomático; c) identificar como os agentes usam seus recursos para se impor no jogo internacional. Discordantes, porém, aliados¹, Góes Monteiro e Oswaldo Aranha foram protagonistas da formulação da política externa de Getúlio Vargas em um período de preparação para a Guerra e encontraram uma coerência própria para atuarem juntos. Compreender seus pensamentos políticos e a lógica de suas atuações públicas contribui para uma análise mais precisa da ciência política sobre a trajetória do Brasil na formação dos blocos para a Segunda Guerra Mundial.

Para o desenvolvimento desta tese, além da bibliografia pertinente, as fontes utilizadas foram biografias, teses, documentos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Arquivo do Itamaraty e Arquivo do Exército.

O primeiro capítulo tem como objetivo introduzir o leitor ao contexto histórico, político, social e institucional do Brasil nos doze primeiros anos da Era Vargas, apresentando os principais eventos e analisando as relações de poder estabelecidas por tal configuração. Primeiramente, é feita uma caracterização da Era Vargas, a ascensão de Getúlio via golpe de Estado, o estabelecimento de seu governo provisório e as resistências enfrentadas, a elaboração da Constituição de 1934 e o estabelecimento do Estado Novo. Em seguida, analisa os aliados de Getúlio Vargas, as lideranças políticas e militares que deram sustentação às suas medidas e como se situavam nas disputas de poder dentro do próprio campo do governo: Gustavo Capanema, Francisco Campos, Filinto Müller, Gaspar Dutra e, finalmente, Góes Monteiro e Oswaldo Aranha.

¹ O termo “aliados discordantes” consta na obra *Brasil: os Frutos da Guerra*, de Lochery (2015, p. 84), do qual faz-se uso aqui por englobar diretamente a relação política entre Aranha e Góes Monteiro, objeto de estudo desta tese.

Apresenta-se, então, o cenário da política externa no período pré-guerra, ou seja, como o Brasil se relacionava com Alemanha e Itália, com os Estados Unidos e com os demais países da América Latina, bem como os conceitos da literatura para política externa de Vargas: “equidistância pragmática” de Moura (2012), “jogo duplo” de Gambini (1977) e a busca pela neutralidade conforme as hostilidades avançam. A aproximação com os Estado Unidos se intensifica com uma proposta de início de cooperação entre os exércitos brasileiro e estadunidense, envolvendo parcerias diplomáticas e comerciais, conhecida como “Missão Aranha”, em 1939, no qual Góes e Aranha trabalham juntos em busca de financiamento e reequipamento bélico. Em 1940, foi proferido por Getúlio Vargas um discurso no qual criticou abertamente as democracias liberais e elogiou os Estados centralizados e nacionalistas. As declarações provocaram reações tanto da ala pró-germânica quanto da ala pró-estadunidense.

O segundo capítulo centra-se no pensamento político e na vida pública de Oswaldo Aranha, figura próxima a Getúlio que atingiu grande reconhecimento internacional. Parte-se da apresentação das origens de Aranha, sua formação, sua ação em alguns eventos políticos da década de 20, como a insurreição sofrida por Borges de Medeiros, os enfrentamentos ao tenentismo e sua associação à Vargas, então presidente do estado do Rio Grande do Sul. Sua ação política na chamada “República Velha” foi majoritariamente legalista, postura que se alterou, quando participou ativamente da conspiração e da derrubada de Washington Luís, em 1930.

Em sua atuação como ministro de Vargas, primeiramente da Justiça (1930-1931), em seguida da Fazenda (1931-1934), analisa-se os documentos nos quais Aranha fez uma leitura das principais fragilidades do país. Os mesmos documentos justificam a necessidade do golpe e das intervenções, assumindo com os militares um dever de defender as ideias do movimento de 1930, junto a Getúlio Vargas², e uma análise de sua tentativa de evitar o conflito armado do governo federal com os paulistas, em 1932. Aranha participou do anteprojeto da Constituição, na condição de

² As documentações são cartas enviadas a Flores da Cunha, Getúlio e Góes. Ainda é nesse período que Aranha funda, junto de Góes e outros duas associações políticas e militares ligadas ao movimento que levou Vargas ao poder em 1930: a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro.

ministro, sobre o qual este trabalho analisa um de seus discursos à Assembleia Constituinte. Em seguida assumiu definitivamente a diplomacia, tornando-se embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em 1934, onde teve contato mais amplo com a experiência liberal.

Em 1938, Aranha aceitou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, sob a ditadura do Estado Novo. Analisa-se atuações importantes nas relações com a América Latina, com a Europa e com os Estados Unidos e, sob o cenário da Segunda Guerra Mundial, após 1939, suas estratégias para a inserção do Brasil na estratégia que considera mais vantajosa.

Góes Monteiro é o objeto de estudo do terceiro capítulo, seu pensamento político-militar foi bem documentado e sua ação no governo de Vargas foi decisiva em muitos momentos. Primeiramente, apresenta-se sua fase de formação e atuação em um período mais legalista na repressão de eventos tenentistas e dos insurgentes contra o presidente da província do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. Também são abordadas outras atuações, bem como sua adesão à conspiração e ao golpe de Getúlio em 1930, sua participação no Clube 3 de Outubro, sua rápida ascensão na carreira militar e participação na revolta armada de 32, conhecida como “Revolução Constitucionalista”, chegando ao cargo de Ministro da Guerra de Vargas por um ano, quando, depois, é substituído por uma figura importante de sua esfera: o General Dutra³.

Apesar de críticas constantes à democracia representativa e ao federalismo, participou do processo de elaboração da Constituição de 34. Em 1935, defendeu abertamente a aprovação da Lei de Segurança Nacional (CARONE, 1977, pp.122-125), que definia crimes contra a ordem política e social e servia para transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais – a ela, Oswaldo Aranha se opôs veementemente. Através desta lei, a Aliança Nacional Libertadora

³ José Murilo de Carvalho (2006, p. 108) faz uma análise da relação de complementaridade entre Góes e Dutra e defende que o projeto político levado a cabo pela dupla de generais é, definitivamente, encabeçada por Góes.

(ANL) foi considerada ilegal e por meio dela também os insurgentes dos levantes nos quartéis em novembro 1935 foram enquadrados.

Seu livro “A Revolução de 30 e a finalidade do Exército” é um compêndio da cosmovisão de Góes e do papel do Exército sobre a vida política do país. Para o general, o Exército não deve se envolver em política partidária, mas deve ter uma política própria do Exército capaz de intervir, se necessário, pois, naquele contexto de onde se expressa, se apresentava como a instituição nacional mais abrangente, a seu ver. A militarização da política é, para Góes, um processo de moralização da política. Essa visão de mundo é denominada, para os especialistas (CARVALHO, 2006; PINTO, 2001; SUANO, 1999) de “Doutrina Góes” para os quais, também, o Estado Novo nada mais é do que a concretização dessa doutrina.

A última parte que trata sobre Góes se centra em sua atuação na chefia do Estado-Maior do Exército, que contempla documentos de sua atuação no Plano Cohen, as compras de armamentos de empresas alemãs, a participação na Missão Aranha e o despertar para as parcerias com os estadunidenses, sua avaliação do “jogo duplo” que Vargas fazia, sua reação negativa pública à apreensão da carga de armamentos comprados dos alemães em 1940.

Quando a cooperação militar entre os exércitos brasileiro e americano iniciam seus trabalhos, Góes apresenta resistência a várias demandas americanas que estariam em desacordo com sua visão de segurança e soberanias nacionais. De uma maneira geral, em troca dos equipamentos militares e treinamento, os Estados Unidos pediam acesso às suas tropas às bases do nordeste (onde a inteligência americana acreditava que poderia acontecer um eventual ataque ao continente) e um deslocamento do efetivo das forças armadas brasileiras, mais concentradas no sul e sudeste do país, para tais bases⁴. Tais desentendimentos foram resolvidos com envolvimento das embaixadas e ordens diretas de Vargas.

Ao analisar as ideias políticas e ações do chanceler e do chefe do Estado-Maior, como agentes do Estado, demonstrou-se que política doméstica e a diplomacia estão numa relação de mútua influência, diante das preferências, coalizões,

⁴ A concepção tradicional do Exército seria a proteção das fronteiras com a Argentina.

instituições e práticas domésticas, das estratégias e táticas dos negociadores, da incerteza, das reverberações domésticas das pressões externas (PUTNAN, 2010).

A realidade objetiva do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos sob o Estado Novo revela uma complexidade maior dentro das relações político-institucionais. Para o fortalecimento do problema de pesquisa deste trabalho, apresentaremos, além do panorama histórico, quais foram as importantes teses defendidas pela bibliografia do tema.

Ricardo Antônio Silva Seitenfus (1985) estudou profundamente o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial em *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942* e oferece uma análise importante dos fatores que influenciaram a formulação da política externa brasileira no período. O autor argumenta que o rearranjo dos grupos políticos no poder ocasionados pela Revolução de 1930 possibilitou também a construção de uma nova política externa brasileira. Apresenta três grupos de análise: a) O Brasil perante o III Reich, no qual busca explicar a contribuição alemã à formação do povo brasileiro, as relações comerciais, a luta anticomunista germano-brasileira e a influência nazi-germânica no Brasil; b) A diplomacia brasileira com a Itália e a relação do governo Vargas com os italianos; c) Os Estados Unidos nos anos 30, no qual buscar explicar o fracasso do pan-americanismo coercitivo, as dificuldades da cooperação militar com o Brasil e as pressões comerciais norte-americanas.

No que denominou *O tempo das crises*, Seintefus e investiga as características do Estado Novo até agosto de 1939 e os principais momentos de tensão na diplomacia em relação aos países do Eixo. Em *da neutralidade à tentação totalitária* analisa a busca dos estadunidenses pelo pan-americanismo, o impacto dos sucessos militares alemães nas lideranças brasileiras e o discurso de Vargas em junho de 1941 no qual teria alimentado o “sonho alemão”. A parte seguinte, *Do sonho alemão à realidade americana* analisa a tentativa fracassada de reaproximação da Alemanha com o Brasil e o avanço dos acordos com os estados Unidos até o ataque à Pearl Harbor. Finalmente, em *O tempo das decisões: o alinhamento brasileiro* analisa a ruptura definitiva com o Eixo, a aproximação definitiva com os Estados Unidos e a declaração de Guerra.

Para Seintenfus a contradição mais aparente do governo Vargas é a eliminação dos simpatizantes fascistas num Estado corporativista. Para ele, o paradoxo desaparece quando se leva em conta o fato de que o poder varguista é, antes de tudo, nacionalista e estaria consciente dos perigos que podem gerar colônias estrangeiras mal integradas e da necessidade de fortalecer prioritariamente a unidade nacional. (1985, p. 425)

O *Duplo Jogo de Getúlio Vargas* é o estudo de Roberto Gambini (1977), no qual argumenta que os laços desenvolvidos entre o Brasil e os Estados Unidos não representaram uma transformação no tipo de relação existente entre as economias centrais e periféricas, mas o Brasil teria encontrado novas possibilidades de desenvolvimento numa *brecha* aberta pela confrontação dos países capitalistas. O autor faz uso de correspondências diplomáticas entre o Departamento de Estado e o embaixador americano no Rio de Janeiro, assim como de documentos alemães capturados na Guerra pelos Aliados.

A política de Boa Vizinhança responderia, segundo o autor, a uma necessidade de recuperação econômica dos Estados Unidos, que após a violenta Crise de 1929 exigiam mercados externos crescentes para exportações de seus produtos, para obtenção de matérias-primas e campos para investimento (GAMBINI, 1977, p. 37-42). O que estaria acontecendo com a economia brasileira nos anos 30 seria, portanto, resultado das condições dadas pelos países centrais, ou seja, as alternativas que permitiram o blefe de Getúlio com a Alemanha não foram oportunidades criadas pela configuração política brasileira, mas uma situação de ajuste das economias centrais. As alternativas, tendo sido criadas por forças externas, podem, portanto, ser impedidas por essas mesmas forças. As condições estabelecidas pelo governo brasileiro para que o alinhamento com os Estados Unidos fosse finalmente formalizado – a saber: recebimento de equipamento bélico; concessão de empréstimos para impedir o colapso cambial; e concessão de créditos para financiar a construção da siderúrgica de Volta Redonda – só teriam sido possíveis por causa da crise da economia dos países centrais.

Para o autor, a centralização promovida pelo Estado Novo garantia a neutralização das forças políticas internas e a política de duplo compromisso no externo. Para o autor, a influência e a infiltração nazista só seriam possíveis na medida

em que o Estado Novo continuasse a se relacionar com a Alemanha, como contrapartida aos esforços americanos. Mesmo com o conflito avançado na Europa, em 1941, o embaixador alemão no Brasil nutria esperanças de manter o governo Vargas como próximo do Reich:

O Presidente deseja fortemente continuar em bons termos com a Alemanha. Se o presidente se vê agora forçado a fazer concessões aos Estados Unidos da América em muitos casos, isto não significa qualquer mudança fundamental em sua política. Está tentando fazer a situação de forma tão elástica quanto possível a fim de não dar aos americanos motivos para uma intervenção ilegal na soberania brasileira (Do embaixador no Brasil para o Ministério do Exterior; Rio de Janeiro, 29/11/41; apud GAMBINI, 1977, p. 78).

Equidistância pragmática é o termo que Moura (1980) utiliza em sua obra *Autonomia na dependência* para explicar o posicionamento do Brasil frente à essas duas potências no período pré-guerra e nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial. Com o foco nas relações com o Estados Unidos, o autor busca demonstrar a complexidade desta aproximação, afastando-se da explicação de parte da literatura anterior que argumentava ora oportunismo da gestão Vargas, ora submissão do Brasil ao poderio econômico dos Estados Unidos.

Segundo o autor (1980, p. 20), a literatura sobre o comportamento da política externa pode ser dividida em dois tipos: a voluntarista, que explica a política externa em termos de livre exercício da vontade dos atores individuais ou internacionais, sendo estes informados pelos valores culturais que os circundam; a determinista, que analisa a política externa como um reflexo da economia dependente ou simples expressão das forças externas. Como uma terceira via nesses dois modelos, a tese de Moura é que o Brasil, enquanto estava situado entre dois sistemas hegemônicos em disputa, conseguiu beneficiar-se desta configuração e para demonstra-la analisa fatores estruturais e conjunturais da política externa do período.

Na análise estrutural, Moura busca desvendar as relações fundamentais que caracterizaram o sistema de poder do período estudado: sendo um país periférico, sua posição dentro do sistema teria sido definida principal, mas não exclusivamente, com a relação que ele mantém com o país hegemônico (idem, p. 44). A questão é que os anos que se seguiram à crise de 1929 propiciaram um desequilíbrio e um rearranjo nas forças hegemônicas e a Alemanha emerge como um possível polo hegemônico. Segundo o autor, é fazendo uma leitura correta dessa configuração que as lideranças

brasileiras conseguem fazer uso dessa competição por um período de tempo, do qual consegue se beneficiar. A essa deliberada atuação em política externa Moura denominou *equidistância pragmática*.

No nível conjuntural, Moura se deteve sobre as configurações políticas do centro hegemônico e da periferia. No primeiro caso, a tendência é que o país hegemônico oriente sua política externa de forma a fortalecer as relações estruturais e no segundo caso, o processo político pode agir tanto no sentido de manter a relação estrutural, quanto nega-la ou simplesmente redefini-la, dependendo da correlação de forças em seu interior.

Assim, Moura inicia sua pesquisa com a hipótese de que a política externa de uma país dependente, como o Brasil, está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que está situado, bem como as conjunturas políticas (externa e interna). De um lado, esta hipótese acentua a necessidade que conjugar o campo de ação (determinações estruturais) dos agentes decisores com as decorrências das decisões e ações dos agentes (determinações conjunturais). Por outro lado, ainda repeliria a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo do centro hegemônico.

Conforme sua pesquisa documental progride, Moura argumenta que todo o período de 1935-1942 se caracterizou por *dois sistemas de poder* concorrentes no plano internacional, que almejavam ampliar e solidificar suas alianças e, para tanto, fizeram concessões e acenaram as vantagens de sua proteção. Tenha sido por razões estritamente econômicas (fornecimento de produtos primários) ou estratégicos (alinhamento e colaboração ampla), Alemanha e Estados Unidos disputam o Brasil e esse fato “alarga os limites da decisão e ação do Estado brasileiro”. O autor conclui, portanto, que:

as decisões da política externa brasileira nesse período respondem mais diretamente a dinâmica da conjuntura política brasileira. Nesta, por sua vez, ocorre uma completa divisão, tanto nas instancias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, e a política externa reflete essa indefinição da luta política (que não se deve atribuir a 'ambiguidade de Getúlio Vargas'), apresentando-se ela própria como uma política de indefinições, ou de equidistância pragmática entre os centros hegemônicos emergentes. Essa equidistância não deve, porém, ser visualizada como uma trajetória retilínea, mas como aproximações alternadas e simultâneas a um e outro centro. É necessário, contudo, estabelecer nuances: essa política equidistante, fruto da própria indefinição na luta política interna, ocorre enquanto os `sistemas de

poder' rivais possuem uma capacidade semelhante de acesso ao aliado potencial. (MOURA, 1980, p.62-63, grifos meus)

Vê-se no fragmento acima que o argumento de Moura enfoca uma instabilidade interna do Brasil como um dos fatores a favorecer o posicionamento “equidistante” na década de 30. O enfoque dado às rivalidades internas não nos permitem vislumbrar as congruências do regime que instrumentalizaram as decisões de política externa brasileiras.

O Brasil ter optado por esse equilíbrio pragmático inicial entre os dois países teria dado notoriedade política e estratégica ao país, aumentando seu poder de barganha e obtendo benefícios comerciais inéditos até então. O autor sustenta que o governo que sucedeu a Vargas, o de Gaspar Dutra, embora tenha mantido o alinhamento com o Estados Unidos não demonstrou a força política com Washington que Vargas demonstrou em suas negociações. A força da aliança com Estados Unidos poderia ser indicada, sobretudo no aspecto cultural. Por isso, em outro estudo, *Tio Sam chega ao Brasil*, Gerson Moura (1988) avalia as motivações e os efeitos da Política de Boa Vizinhança, que significaria, genericamente um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente americano, orquestrado pelos Estados Unidos, além de uma fluidez maior de mercadorias, valores e bens culturais entre eles.

A ideia central deste estudo de Moura é que o impacto cultural produzido por essa presença estadunidense, embora parecesse mais fluida após a Segunda Guerra Mundial foi criteriosamente planejada pela política externa dos Estados Unidos no início dos anos 1940, visando uma real penetração ideológica e uma conquista de mercado. A existência das muitas “missões de boa vontade” nas quais vieram ao Brasil professores universitários, jornalistas, artistas, militares, diplomatas, publicitários e cientistas mostra, segundo o autor, que a exportação cultural era parte integrante de uma estratégia mais ampla que visava assegurar no plano internacional o alinhamento do Brasil e, assim afirmar a si mesmo como potência do continente diante do cenário internacional.

Moura reconhece que tal política contribuía, efetivamente para o intercâmbio de ideias e aquisições reais do saber técnico-científico. Entretanto, demonstra o quanto essa difusão cultural constituía um elemento-chave da ação imperialista

durante a guerra e no pós-guerra: o governo de Roosevelt teria mudado de método ao abandonar a política de intervenções militares das décadas iniciais do século e reconhecer a igualdade jurídica dos países do continente e a necessidade de cooperação para o bem-estar dos povos americanos. Ao fazer isso, contudo, os objetivos estadunidenses permaneciam ainda os mesmos: minimizar a influência europeia, manter a liderança do continente e encorajar a estabilidade política sob seus moldes.

Assim, na frente comercial os Estados Unidos combateram o comércio compensado proposto pela Alemanha entre os anos 1935-1940, insistindo junto aos países americanos na adoção do livre comércio – sendo bem-sucedido após 1940 devido ao declínio do comércio germânico com o continente diante do bloqueio naval britânico após as hostilidades se iniciarem no continente europeu. Na frente diplomática e estratégica, promoveram uma aproximação em caráter continental através das conferências interamericanas que, após o início da Guerra, procurando alcançar concordância militar para seus planos de defesa.

Moura (1988) analisa, então, o diagnóstico feito pelo governo estadunidense diante da influência germânica no cenário latino-americano da década de 30: muitos alemães povoaram regiões da América do Sul e recebiam assistência cultural de seu país de origem; alguns países forneceram as matérias primas vitais para o rearmamento alemão graças à política do comércio compensado e muitos outros tinham suas Forças Armadas instruídas por missões alemãs. É diante desse cenário que Roosevelt autoriza a criação de um escritório especializado, chefiado por Nelson Rockefeller, nomeado de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Na prática, era um dos esforços estadunidenses de preparação para a Guerra.

Em *Brasil: os frutos da Guerra*, Lochery (2015) enfatiza os benefícios adquiridos pelo país devido à rivalidade entre as potências estadunidense e germânica frente à Segunda Guerra Mundial. Analisando acordos de cooperação, manobras diplomáticas e declarações à imprensa, o autor argumenta que o período de neutralidade do Brasil nos anos finais da década de 1930 faz parte de um “jogo perigoso” (p.55) de Vargas, usando-se das posições políticas pessoais de seus generais Dutra e Góes e do ministro Oswaldo Aranha com visão estratégica para atingir seus objetivos.

Tal fato estaria evidente no episódio da apreensão do navio Siqueira Campos pela Marinha britânica: Góes Monteiro deu declarações duras em relação à atitude da Inglaterra, sugerindo que um apoio com os Aliados seria inviável; Oswaldo Aranha tentava pelas vias diplomáticas fazer a liberação e foi temendo repercussões negativas que os Estados Unidos fizeram a intermediação para a liberação da carga bélica comprada da Alemanha. É nesse sentido que se evidencia que os posicionamentos aparentemente discordantes de Góes e Aranha, serviam a um propósito comum, evidentemente nacionalista.

De acordo com os recortes já realizados pela bibliografia, as lideranças políticas dentro das instituições disputavam projetos diferentes de atuação estratégica frente ao cenário de tensão que se formava. De uma forma geral, a literatura caracteriza a ambivalência do governo Vargas frente a política externa em dois grupos de atores: de um lado, liderados por Oswaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores do Estado Novo e apoiado por setores exportadores brasileiros nas negociações pró-Estados Unidos. Do outro lado as Forças Armadas e as forças de segurança pública, nas figuras de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e Filinto Müller, chefe do gabinete de Polícia do Distrito Federal, com posicionamentos pró-Eixo, mais propriamente em relação à Itália e Alemanha.

Assume-se aqui a hipótese de que a divergência aparente entre a diplomacia e o setor estratégico era um dos dados políticos do governo brasileiro ao formular política externa, havendo, na realidade, uma congruência entre o Itamaraty e a alta cúpula do Exército maior do que estudos anteriores supunham, ou ainda, que haveria uma unicidade na concepção de interesse nacional entre o setor diplomático e o estratégico brasileiros na formulação da política externa brasileira entre os anos de 1934 e 1942. Para tanto, analisa-se as biografias, as decisões estratégicas e o pensamento político de dois representantes de cada um dos setores: Oswaldo Aranha e Góes Monteiro.

Importante observar que Aranha, em sua defesa do liberalismo, do modelo norte-americano, do pan-americanismo, e Góes, em sua defesa da militarização, do centralismo e por (diversas) vezes do golpismo, eram amigos pessoais, bem como de Getúlio Vargas. Uma parte considerável de estudiosos do tema (GAMBINI, 1977; HILTON, 1994; LORCHERY, 2015; MOURA, 2012; NETO, 2013; OLIVEIRA, 2015;

PANDOLFI, 1999; SANTANA, 2010; SEINTEFUS, 1985) focam na oposição das ideologias dentro do regime varguista.

O posicionamento político aparentemente divergente de Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, tão ressaltado na literatura da Era Vargas, encontrou um ponto de convergência não obvio: a concepção comum de que o Brasil necessitava da construção de alianças para o desenvolvimento da indústria de base e reequipamento do Exército e que os Estados Unidos poderiam oferecer a melhor parceria para esta finalidade. Os capítulos que se seguem buscam, então, analisar como se deu essa confluência entre diplomacia e estratégia na formulação da política externa brasileira envolvendo agentes com pensamentos políticos tão distintos.

1. PAZ E GUERRA: O BRASIL NO PERÍODO DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O termo “Era Vargas” é usado para se referir ao período em que Getúlio Vargas foi o governante do Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, no qual se identificam três fases distintas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934- 1937) e Estado Novo (1937-1945). O objetivo desta seção é caracterizar a Era Vargas, apresentar e analisar os principais embates políticos internos e externos a ela relacionados, com vistas de fazer um balanço da literatura e subsidiar as análises.

1.1 O BRASIL SOB GETÚLIO VARGAS.

Líder político filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Getúlio Vargas fez carreira como deputado estadual e federal, foi ministro da fazenda do presidente Washington Luís, nos anos de 1926 e 1927, e concorreu ao cargo da presidência da república, em 1929. Derrotado nas urnas, Vargas conduziu um processo de tomada de poder via golpe de Estado, fazendo uso do desgaste das instituições da Primeira República e apoiado por alguns setores agrários que estavam à margem da participação das instituições republicanas, como proprietários de terras do sul e do nordeste do país, em setores das classes médias e também militares, notadamente os tenentistas.

Segundo Boris Fausto (1990, p. 231), a predominância dos interesses do grupo cafeeiro durante a Primeira República, notadamente paulistas e mineiros, havia se consagrado como um grupo social extremamente forte que conseguia dirigir reiteradamente seus interesses no governo federal, deixando a integração nacional tão fragilizada quanto recebera do Império. Não havia, de fato, partidos políticos de interesse nacional, apenas partidos de interesses estaduais.

A democracia política tinha um conteúdo apenas formal: a soberania popular significava apenas a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de representação de correntes democratizantes era anulada pelo voto descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito, e o chamado terceiro escrutínio, pelo qual os deputados e senadores cujos os mandatos são contestados submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da respectiva casa do Congresso (FAUSTO, 1990, p. 233)

A candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa deu-se através da Aliança Liberal, que uniu lideranças gaúchas, mineiras e paraibanas numa chapa de oposição ao Partido Republicano Paulista. O denominador comum a todos os grupos que dela participaram era a representação popular, através do voto secreto, e a designação de magistrados para a presidência das mesas eleitorais. Conforme Fausto (1990, p. 234) denota:

Frente de oposições estaduais, a Aliança não é um partido político; não exprime interesses industriais; mas reivindicações de vários grupos não ligados à economia cafeeira; assume timidamente estas reivindicações econômicas e faz da reforma política o centro de seu programa; não é, enfim, um agrupamento revolucionário e sim um instrumento de pressão.

Esses grupos que se uniram sob a Aliança Liberal, contudo, perderam as eleições de 1930 e se aliaram, por fim, aos grupos do exército que se expressavam politicamente pelas reformas nas instituições republicanas - os tenentes – a via armada se deu antes mesmo da posse do candidato paulista eleito. A este movimento deu-se o nome de Revolução de 1930.

Após a tomada do poder, estabeleceu-se um governo provisório, do qual Vargas, que lideraram o processo revolucionário se tornou presidente e junto de sua equipe realizou reformas administrativas e econômicas com impactos cruciais em termos de burocracia, federalismo, dívida interna e externa, também apresentou um caráter centralizador forte, nomeando interventores nos governos estaduais. Implantou, também, um judiciário de exceção chamado de “justiça revolucionária”, criou o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio e as primeiras leis trabalhistas (NETO, 2013, pp. 13-36).

O presidente Vargas, em 1930, encontrou grandes desafios institucionais como chefe de governo: uma profunda crise econômica (reflexo da crise mundial de 1929) a ameaçar as elites cafeeiras e a arrecadação do Estado; um estrangulamento das exportações e a necessidade de renegociação com bancos estrangeiros; e a intervenção das elites regionais na arena política. Em *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*⁵, Edson Nunes (1997) aponta como Getúlio fez

5 Insulamento burocrático é o conceito utilizado por Nunes (1997) para caracterizar o processo de modernização do Estado brasileiro priorizando o campo da técnica como ocorreu na Era Vargas, portanto, das profundas transformações institucionais ocorreram no Estado

o enfrentamento desses desafios em quatro eixos: 1) intervindo na economia, criando agências e programas, protegendo o café e transferindo decisões relevantes para o governo central; 2) promovendo reforma administrativa, racionalização e modernização do aparelho de Estado, centralizando a política; 3) redefinindo os padrões de relacionamento entre as oligarquias locais e estaduais; e 4) incorporando o trabalho na arena política sob moldes corporativos.

Em 1932, o governo de Vargas enfrentou um levante armado exigindo a promulgação de uma Constituição para o país, protagonizado por grupos do estado de São Paulo. O evento, conhecido como Revolução Constitucionalista, não foi bem-sucedido em termos militares, sendo derrotado pelas tropas federais em outubro, mas exerceu, certamente, pressão para que Vargas encaminhasse a convocação da Assembleia Constituinte em novembro do ano seguinte, responsável não só pela redação da Constituição promulgada em 1934 como pela eleição indireta de Vargas que o reencaminhou para o governo do Brasil.

De acordo com Fausto (1990, p. 249) foi o progressivo alijamento da política paulista também no governo federal que deu o caráter explosivo às disputas, com mais intensidade que em outras regiões do país.

O episódio de 1932 não é apenas o “canto do cisne da aristocracia do café” como se tem dito tradicionalmente. Ele representa a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo federal se vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a “aristocracia do café”, como todo o grupo industrial mais importante do país que, sem discrepâncias, realizou um admirável esforço para armar o estado rebelde (*Idem*).

A Constituição que resultou da pressão criada estabeleceu as diretrizes para organização mais burocrática do Estado brasileiro: República Federativa, o voto secreto, o sufrágio feminino, o ensino primário gratuito e obrigatório, a tripartição de poderes; e conquistas sociais como jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal, férias remuneradas e proibição do trabalho infantil. Ela propôs, ainda, que a primeira eleição para presidente da república seria de forma indireta pela Assembleia Constituinte. Foi assim que o próprio Vargas foi eleito dando início à fase constitucional de seu governo, entre 1934 e 1937, a qual se mostrou um período conturbado por combates ideológicos que refletiam a conjuntura política mundial.

A atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo político inspiração fascista, e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) movimento que aglutinava grupos que defendiam pautas anti-latifundiárias, anti-imperialistas e redução das desigualdades, frequentemente polarizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), forneceram elementos de radicalidade à direita e à esquerda no Governo Constitucional de Vargas.

É muito significativo o fato de que o integralismo e a Aliança Nacional Libertadora constituíssem os primeiros movimentos políticos nacionais e de aguda orientação ideológica. Os componentes da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a Revolução de 1930, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora, tinham sido eclipsados por movimentos nacionais, de bases mais amplas e mais radicais (SKIDMORE, 2010, p. 55).

Em abril de 1935, o Congresso aprovou uma proposta governista que criava uma legislação especial contra a segurança do Estado: a Lei de Segurança Nacional. No mês seguinte, o governo fez uso dessa lei e decretou a ilegalidade da ANL. Em reação, alguns partidários do comunismo passaram à ação revolucionária, promovendo a ocupação de quartéis em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte. Segundo Vianna (2011), esses movimentos armados encerraram um ciclo importante iniciado em 1922: teria sido a última manifestação de rebeldia dos tenentistas, segundo a autora:

[...] os movimentos armados de novembro de 1935 foram fatos históricos tipicamente nacionais, que eclodiram a partir de situações gestadas e desenvolvidas no contexto da sociedade brasileira da época, baseados nas tradições das lutas populares e na significativa participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas médias urbanas, principalmente militares. (Idem, p. 407)

Com uma ampla documentação embasando sua pesquisa, Vianna se contrapõe à tese difundida de que a Internacional Comunista teria instigado e conduzido os movimentos de 1935. Na pauta da ANL, liderada por Luiz Carlos Prestes, constava a instalação de um governo popular nacional revolucionário que pudesse liquidar o imperialismo, o latifúndio e o fascismo, mas nem a Internacional Comunista, nem os comunistas brasileiros foram capazes de elaborar uma estratégia revolucionária (p. 411). Apesar de possuírem características e trajetórias únicas, os levantes de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro em novembro de 1935 foram reunidos a um mesmo acontecimento e receberam a alcunha de “Intentona Comunista” por

parte dos que os reprimiram. Roberto Sisson, tenente aliancista não ligado ao PCB assim se expressou sobre o assunto:

Os movimentos do Rio Grande do Norte e do Recife não foram uma “revolução comunista”, como classificou a reação fascizante. Como tampouco foi comunista a sublevação que pouco depois estalou no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Luiz Carlos Prestes. Tais movimentos foram sublevações de quartel, dentro da mais rigorosa tradição revolucionária militar latino-americana. Pelos atos dos revolucionários e pelas palavras de seus chefes e líderes, hoje amplamente conhecidos, essa revolução foi espontânea, prestista, militar, nacional libertadora e, portanto, anti-imperialista, anti-integralista, a favor da industrialização do país e pela democratização e eficiência do Exército nacional [...] (SISSON, R. *apud* VIANNA, 2011, p. 409)

A repressão aos levantes realizada pelos agentes de segurança foi imediata e violenta. A ela se seguiu uma intensa propaganda que visava associar o movimento ao banditismo. Para Werneck Sodré, implantar no movimento aliancista um sentido de terrorismo tinha uma intenção clara de arregimentar os militares simpáticos às propostas da ANL para que ficassem contra as manifestações populares de apoio, caso viessem.

As ações acusações de banditismo levantada contra os militares envolvidos non levante de 1935 visava isolá-los de seus companheiros, pela marcha da ignomínia, ao mesmo tempo em que se apresentava o movimento de frente de libertação como financiado no exterior, como impulsionado pelos mais baixos sentimentos e como motivado por ímpeto de pura destruição, assim à semelhança das hordas mongólicas que, vitoriosas, desencadeariam violência contra mulheres, crianças, a religião e a paz. Para se chegar a esse ponto de terrorismo, era necessária a propaganda maciça, organizada, sistemática e ao mesmo tempo, fazer calar qualquer voz de esclarecimento, qualquer possibilidade de defesa, qualquer palavra de equilíbrio, qualquer manifestação de sensatez. Tudo devia ser colocado sob suspeição e, em seguida, colocada na ordem das atitudes puníveis (SODRÉ, 2010, p. 335).

Foram feitas prisões em massa de sindicalistas, operários, intelectuais, políticos, estudantes e jornalistas, acusados de subversão à ordem política e social.

[...] Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos aqueles que defendiam os interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo é válido. Tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos contra os quais todos os processos eram lícitos. E ao mesmo tempo em que se acusava os comunistas de todas atrocidades e violências, praticavam-se contra eles todas as atrocidades e violências, sem qualquer discriminação (*Idem*).

O mandato conferido a Vargas iria até 1938, de modo que no ano anterior se organizariam eleições presidenciais. O governo, então, foi a público denunciar a suposta existência de um plano comunista, que ficou conhecido como *Plano Cohen* (SKIDMORE, 2010). Segundo as informações divulgadas pelo próprio governo, este

seria um plano de mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, com incêndios de prédios públicos, promoção de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e até a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição. Para Werneck Sodré (2010, p. 335), entre os levantes fracassados de 1935 e o golpe de Estado dado por Getúlio sob pretexto do Plano Cohen, foi necessário o cultivo de uma massiva propaganda anticomunista, que sustentasse a necessidade, inclusive, da suspensão da Constituição.

Assim, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas determinou o fechamento de Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. No início do mês seguinte, Vargas também assinou decreto determinando o fechamento dos partidos políticos, inclusive a AIB. Como destaca Gambini (1977, p. 75):

Getúlio Vargas tolerava o integralismo na medida em que o apoio deste pudesse ser usado para aniquilar a esquerda ou escalar o poder – alterando-se o relacionamento quando esse apoio perde importância, ao tempo que a própria expansão do movimento passa a ameaçar o almejado objetivo do regime que nenhuma força política tivesse crescimento autônomo.

A Constituição do Estado Novo, redigida majoritariamente por Francisco Campos, o Ministro da Justiça, foi outorgada por Vargas e apresentou um forte teor centralista e em sintonia com muitas características fascistas, que lhe conferiu o apelido de “a Polaca” (SILVA, 2005 p. 84-85). As ações do executivo federal foram estabelecidas legalmente, pontuando forte centralização por vias administrativas: 1. Na política dos estados por meio de interventorias; 2. Na economia (uma consolidação do que já estava sendo praticado por Vargas desde 1930, quando chegou ao poder) por meio de órgãos técnicos criados para consolidar o desenvolvimentismo; 3. Nas movimentações trabalhistas, com estímulo à criação de organizações sindicais corporativas, que fossem regulamentadas pelo Estado; 4. No legislativo, pois o fechamento do Congresso por parte de Vargas fez com que o executivo acumulasse atribuições anteriormente divididas nas esferas de poder.

A Constituição de 1937 foi um documento engenhosamente concebido para cassar abruptamente direitos e garantias de todos os cidadãos, exceto do governo federal. Este documento foi exemplarmente complementado pelo decreto-lei nº 1022 (08.04.1939), conhecido como Lei dos Estados e Municípios. O artigo 2º da Constituição de 37 acabava com os símbolos, bandeiras e hinos de todos os estados; apenas os símbolos nacionais seriam aceitos como politicamente legais. Os estados deveriam ser governados pelo interventor e pelo Departamento de Administração. Entretanto, a maioria das

políticas e das legislações implementadas pelos estados dependia de aprovação presidencial. Para suspender todos os direitos civis foi constitucionalmente declarado o "estado de emergência", que permaneceu em vigor até 1945, quando extinto pelo regime democrático que sucedeu ao Estado Novo (Nunes, 1997, p. 53).

Na primeira fase da Era Vargas, no Governo Provisório, Getúlio apresentou, portanto, um caráter fortemente reformista, expandindo direitos políticos e sociais a setores anteriormente excluído e elaborando um cenário sólido para uma democracia liberal mais consolidada, impondo limites às oligarquias ligadas ao agronegócio e uma racionalidade burocrática aos assuntos de Estado. Na fase do Governo Constitucional, em que pese seu caráter nacionalista na economia, os conflitos inerentes às disputas ideológicas refletiam as disputas do cenário internacional. Mas ao iniciar-se o Estado Novo, em 1937, sob o prisma do autoritarismo, numa ditadura civil com apoio militar e com plenos poderes para efetivação de seu projeto nacional, Getúlio Vargas consolida seu projeto de Estado Nacional.

Nesse momento, conforme nos aponta Diniz (1999), se consolida o modelo que atribui ao Estado o papel de protagonista não apenas das decisões de políticas públicas, mas também da administração dos conflitos distributivos e definição das identidades coletivas. Numa ideologia nacionalista, burocrática e que impedia manifestações sócio-políticas não ligadas às orientações do Estado Novo, Vargas conseguiu consolidar o modelo de modernização autoritária:

A engenharia institucional assim instituída implicou, na verdade, uma nova forma de formular e implementar políticas públicas, deslocando-as para instâncias enclausuradas na alta burocracia governamental, protegidas de interferências externas. (...) Tais considerações colocam em evidência uma especificidade dessa experiência de construção institucional, já que a nacionalização e a burocratização do processo decisório se apresentam como duas faces da mesma moeda dentro de um processo mais geral de centralização e de concentração do poder do Estado. A ideologia autoritária forneceria os valores legitimadores do novo modelo, ressaltando o papel integrador e regenerador do Estado forte e, sobretudo, a supremacia da técnica em relação à política, esta última vista como fonte de distorções e fator de irracionalidade na condução dos negócios públicos. (Idem, p. 27)

Embora esse processo tenha se iniciado em 1930, o autor dá grande importância às elaborações institucionais de 1937 como momento de consolidação do perfil do Estado varguista, por exemplo: em 1931, Getúlio criou comissões para analisar as finanças dos vários níveis de governo e uma comissão para proceder a reforma administrativa dos códigos legais, contudo, "essas comissões só ganharam impulso após a instauração da ditadura em 37" (NUNES, 1997, p. 53). Ainda:

O DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], criado pela ditadura em 1937, constitui talvez o mais importante exemplo de insulamento burocrático daqueles anos e simboliza a busca da racionalidade que caracteriza o período. Como um correlato para "racionalização", a centralização, a padronização e a coordenação constituíram os objetivos máximos do DASP. O sistema coordenador, para empregar um jargão daspiano, teve início com a criação da Comissão Central de Compras em 1931 e prosseguiu com Constituição do Conselho Federal do Serviço Público e das Comissões de Eficiência, em 1936. Em 1938, a criação do DASP coroou a constituição do sistema organizador (Idem, p. 53).

Com orientação nacionalista e intervencionista, o governo brasileiro sob o Estado Novo criou o Conselho Nacional do petróleo (CNP), Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a fábrica Nacional de Motores (FNM).

Os estudos de Draibe (1985) analisa o quanto o movimento de constituição do aparelho econômico do Estado iniciado na Era Vargas demonstrou um processo de organização de um Estado-nação e um Estado capitalista cuja forma incorpora aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas e oferecem um suporte ativo de acumulação industrial inéditas no país. Conforme afirma a autora:

Esse duplo aspecto – a conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelece um suporte efetivo para as políticas econômicas de carácter nacional, e a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo – define a estrutura de organização do Estado de 1930 a 1945 (DRAIBE, 1985, p.83).

Diante dos combates na Europa que iniciaram a Segunda Guerra Mundial em 1939, o governo de Vargas trabalhou pela neutralidade até 1941 e, no ano seguinte o Brasil declarou guerra aos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – por motivos que veremos a seguir. No ano de 1944, o Brasil criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália ao lado dos países Aliados – Reino Unido, França, URSS, Estados Unidos, entre outros.

No plano interno, o governo estadonovista promoveu uma capitulação dos sindicatos e passou a difundir uma ideologia corporativista junto aos trabalhadores. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 182), a “invenção do trabalhismo” na ação varguista se dá justamente no cenário de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, porque levou a um rearranjo dos agentes que ocupavam cargos-chave no Estado, como o ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho.

Em 1943, promulgou-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que reuniu e sistematizou a legislação trabalhista do país, tratando das relações entre patrões e empregados, condições de higiene e segurança no trabalho, descanso remunerado, férias, jornadas, etc. A CLT conferiu popularidade ao governo, em especial ao próprio Vargas, reforçado por sua máquina de propaganda como um defensor dos trabalhadores. Conforme aponta Lira Neto (2013, p. 443):

A CLT, com seus minuciosos 922 artigos, representava um inegável avanço em relação ao período republicano anterior, no qual as relações entre capital e trabalho eram encaradas como uma questão de polícia e os empregados ficavam à mercê de das arbitrariedades dos patrões, sem praticamente nenhuma legislação que lhes assegurasse os direitos básicos. Ao criar a Justiça do trabalho, regulamentar o salário mínimo, as férias anuais e o descanso semanal, entre outros tantos benefícios da classe trabalhadora, Getúlio rompeu com um longo histórico de injustiças sociais, embora sobre o preço da repressão sistemática ao movimento operário independente e ao sindicalismo livre.

Em 1945, a pressão para abertura política no Brasil era grande: externamente, o regime do Estado Novo não era compatível com os princípios democráticos defendidos pelos países Aliados. Internamente, havia um afastamento da cúpula militar da figura de Getúlio e a pressão das lideranças políticas afetadas pelo centralismo do Estado Novo.

Diante deste cenário, Vargas tomou algumas medidas em prol da reabertura: definiu uma data para as eleições, a anistia para presos políticos, liberdade de organização partidária e o compromisso de eleger uma nova Assembleia Constituinte. Entretanto, foi deposto pelos próprios generais.

1.2 UM DITADOR COM ALIADOS

A Era Vargas comumente é retratada do ponto de vista do governante que dá nome ao período, mas Getúlio Vargas conseguiu estabelecer seu regime reformista e autoritário a partir de alianças com renomados articuladores políticos nos diferentes campos que compunham o Estado brasileiro. São essas alianças que analisaremos nesta sessão.

Na área da educação, Gustavo Capanema Filho, do Partido Republicano Mineiro (PRM) foi nomeado em julho de 1934 e permaneceu até o fim do Estado Novo, em 1945 (NETO, 2013, p. 198). Em consonância com a orientação centralizadora e nacionalista do regime varguista, Capanema promoveu a nacionalização de duas mil escolas que estavam nos núcleos de colonização no sul do país – intensificadas nas colônias italianas, japonesas e alemãs após o início da Segunda Guerra; no campo do ensino profissionalizante, estabeleceu um convênio com o empresariado para criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); criou a Universidade do Brasil, a partir da estrutura da antiga Universidade do Rio de Janeiro. Capanema buscou estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, abrindo espaço na burocracia para ser ocupado por carreiristas e criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O nome de Filinto Müller surge como aliado de Vargas na esfera militar. Tendo participado do levante que deu o poder a Vargas em 1930 e da repressão ao levante paulista de 1932. Müller ganhou expressiva visibilidade por sua atuação contra os movimentos de esquerda, sobretudo a Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual sempre estava alerta às ameaças que, segundo ele, eram patrocinadas pela Internacional Comunista (NETO, 2013, pp. 232-234), sendo formulador das acusações que colocaram a ANL na não ilegalidade, no ano de 1935. Após a insurreição de membros da ANL, Müller atuou na chefia da polícia política, sendo acusado de promover prisões arbitrárias e de usar a tortura no trato dos prisioneiros (ROSE, 2017). Ele foi, ainda, pivô da deportação de Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes, para um campo de concentração alemão.

Assim que instalado o Estado Novo, Filinto visitou a Alemanha em caráter oficial, sendo recebido por Heinrich Himmler, chefe da Gestapo, a polícia política nazista. Sendo simpático à aproximação do Brasil com as potências do Eixo, perdeu espaço político à medida que o país se alinhava com os Aliados na Segunda Guerra.

A Itália também oferecia suas benesses e riscos, sobretudo na área da polícia política do governo de Vargas. Estudos de Cancelli (1999, p. 221) analisam os registros dos contatos estabelecidos entre a polícia brasileira e a italiana, que comungavam da aversão ao comunismo e em diversas situações colaboraram e trocaram informações importantes no período. Os italianos ainda condecoraram

importantes personalidades políticas brasileiras que se identificavam com o governo de Roma. Filinto Müller recebeu a *Croce Corona d'Italia* em outubro de 1941, juntamente com Gustavo Capanema, ministro da Educação, e Francisco Campos, ministro da Justiça.

Os laços policiais com a Alemanha também são tema dos estudos de Cancelli (Idem), segundo o qual o pacto entre a polícia política alemã e brasileira envolvia:

- a) a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimento em geral contra o comunismo, o anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado;
- b) intercâmbio de material, informações e provas sobre comunismo e outras ideologias contrárias ao Estado. Vigilância mútua para esclarecimento de ações de comunistas, anarquistas etc.;
- c) trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha;
- d) encaminhamento de ideias sobre a ação dos policiais para o combate e possível execução de comunistas, anarquistas etc.

Em 1942, Müller tentou proibir uma manifestação pró-Aliados promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o que gerou uma crise dentro do governo que culminou no afastamento de Müller da chefia de polícia do Distrito Federal. A partir desse então, foi designado oficial-de-gabinete do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra.

Dutra é mais uma liderança política importante para a compreensão do Estado Novo. Não esteve envolvido no levante de 1930 que levou Getúlio ao poder, entretanto, atuou na repressão da Revolução Constitucionalista, em 1932, e chegou ao generalato e à presidência do Clube Militar, entre 1933 e 1934. Atuou ainda na repressão ao levante de novembro de 1935 e da repressão aos membros da ANL (NETO, 2013, p. 243). Em dezembro de 1936, foi nomeado Ministro da Guerra por Vargas e se assumiu um papel decisivo na instauração do Estado Novo: colaborou ativamente na divulgação do Plano Cohen, a suposta ameaça comunista ao Brasil, e agiu contra a ameaça de resistência militar ao golpe do Estado Novo do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha.

Dutra era conhecido por sua admiração pela Alemanha nazista. Ficava especialmente impressionado com a capacidade militar daquele país e estava interessado em desenvolver laços militares e econômicos mais estreitos entre as duas nações. Desnecessário dizer que Dutra encontrou um parceiro disposto em Berlim. Dutra era um homem poderoso e desfrutava de forte simpatia pelos militares brasileiros (LOCHERY, 2015, p. 45).

Em relação aos assuntos estritamente militares, Dutra promoveu um expurgo de elementos dissidentes do Exército, aproveitando-se das prerrogativas conferidas pelo Estado Novo ao mesmo tempo que agia junto ao seu Chefe do Estado Maior, Góes Monteiro, para promover a modernização e ampliação do poderio das Forças Armadas. Dutra fazia parte do ala governista que no período do início da Segunda Guerra teve um posicionamento pró-Alemanha e, ainda que honrando os compromissos do Exército com os Aliados, manifestou suas críticas aos regimes liberais em diferentes momentos. Segundo José Murilo de Carvalho (1999), o escopo militar desempenhou um papel essencial para a instauração e manutenção do Estado Novo.

Os militares tinham desenvolvido, desde 1935, um fortíssimo viés anticomunista, alimentado inclusive por falsificações de episódios históricos referentes às revoltas desse ano. O anticomunismo passou a ser marca registrada dos militares. A adesão dos comunistas a Vargas, ao final do Estado Novo, fez com que o trabalhismo, criado por Vargas, fosse visto pelos militares como um movimento no mínimo filocomunista. O casamento entre Vargas e os militares entrou em crise que culminou em divórcio em 1945. Os militares que depuseram Vargas em 1945, Góes Monteiro e Gaspar Dutra, foram exatamente os mesmos que o puseram no poder em 1937 e que o sustentaram durante o Estado Novo (Idem, p. 343).

Há, ainda dois atores essenciais para a configuração dos campos de poder dentro do estado varguista: Góes Monteiro e Oswaldo Aranha. O primeiro, chefe do Estado Maior do Exército, e o segundo, embaixador no Estados Unidos e depois chanceler do Brasil. Ambos apontados pela literatura como como peças-chave da disputa do alinhamento do Brasil com Estados Unidos ou Alemanha, e que participaram ativamente da política externa brasileira. A atuação destes dois atores será aprofundada ao longo desta pesquisa.

Convém iniciar com dados objetivos: ambos eram pessoalmente ligados a Getúlio Vargas, às medidas de seus governos e, ao mesmo tempo, concorrentes presidenciais. Aranha foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1934-1937, teria discordado da instauração do Estado Novo (HILTON, 1994) e aceitado assumir a chancelaria em 1938 com firme propósito de aproximar o Brasil dos EUA. Góes Monteiro era o apoio respeitado de Getúlio junto ao Exército, foi importante na repressão aos paulistas na Revolta de 1932 e na sustentação dos riscos do suposto Plano Cohen, que levou à instauração do Estado Novo em 1937.

O general Góes era considerado publicamente como germanófilo (LOCHERY, 2015, p. 59), visto com desconfiança pelos EUA, e a respeito das negociações que veremos a seguir, considerava realmente os benefícios de não cortar as relações militares com a Alemanha. O presidente Vargas, em seu palácio do Catete administrava as demandas das duas importantes figuras, como ratificador e, por vezes, provocador de pautas afim de atingir os interesses nacionais. A literatura indica que esses atores chegaram, contudo, ao consenso de que os interesses nacionais de suas estratégias deveriam convergir para o financiamento da indústria de base e reequipamento das Forças Armadas.

As lideranças políticas dentro das instituições disputavam projetos diferentes de atuação estratégica frente ao cenário de tensão que se formava. De uma forma geral, a literatura caracteriza a ambivalência do governo Vargas frente à política externa em dois grupos de atores: de um lado, liderados por Oswaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores do Estado Novo e apoiado pelo setores exportadores brasileiros nas negociações pró-Estados Unidos; do outro lado as Forças Armadas e as forças de segurança pública, nas figuras de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior, Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e Filinto Müller, chefe do gabinete de Polícia do Distrito Federal, com posicionamentos pró-Eixo, mais propriamente em relação à Itália e Alemanha. Interessa, portanto, a apresentação dos agentes que compuseram a configuração da política interna varguista, pois isto tem uma influência considerável sobre os agentes que formulam a política externa.



Imagem 1: Dentre outros aliados de Getúlio, Gustavo Capanema, Oswaldo Aranha, Dutra e Góes Monteiro, por ocasião de almoço no quartel da cavalaria na Avenida Pedro II, 25 agosto de 1938 (CPDOC/Arquivo Capanema).

A estratégia varguista desde a instauração do governo provisório, segundo Pinto (1999, p. 280), teria levado a uma renovação dos quadros políticos do país na década de 1930 e colocado em primeiro plano “uma nova geração de civis e militares que, aliados para viabilizar o movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930, vieram ocupar algumas das posições de maior destaque durante os 15 anos em que Getúlio Vargas permaneceu à frente do governo”. Estudos biográficos e da ciência política sobre essas personalidades revelam um acervo importante de informações, uma vez que os vínculos de lealdade pessoal são muito importantes na forma de se fazer política no Brasil.

1.3 O PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA

Ao traçar o histórico do Itamaraty, Cervo e Bueno (2002) analisam as estratégias de Oswaldo Aranha, que à época da instauração do Estado Novo era embaixador do Brasil em Washington. Seu movimento inicial foi de discordância, com

o pedido de demissão. Posteriormente, aderiu ao regime e se reabilita à chancelaria em 1938, onde permaneceu até 1944. Dentro do Governo Vargas havia sido “uma espécie de contrapeso em face daqueles que, no governo, eram simpatizantes das potências do Eixo. Não nutria simpatias pela Itália ou Alemanha e era a favor do incremento das relações com os Estados Unidos” (CERVO & BUENO, 2002, p. 265).

No que se refere ao comércio, desde 1935 o Brasil oferecia concessões tarifárias a determinados produtos norte-americanos e os EUA liberavam de tributos os principais produtos de exportação brasileiros (OLIVEIRA, 2015, p.7). Nesse contexto, as possibilidades de os Estados Unidos serem a potência escolhida da disputa diplomática aumentaram com o rompimento de parte do governo com a Ação Integralista, em 1937. Isso porque houve uma crise diplomática com a embaixada alemã, protagonizada pela reação do embaixador alemão Karl Ritter às medidas nacionalistas do Estado Novo nas colônias alemãs no sul do Brasil, em 1938.

Primeiramente, cabe considerar as relações internacionais brasileiras como oriundas de um processo de décadas de aproximação com os Estados Unidos, levadas a cabo pelo embaixador Rio Branco (1902-1912) e incrementadas pela participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Também são importantes para esse contexto os acordos comerciais do período entre guerras, que contribuem para a delimitação dos contornos de nossa política externa na prática da “Boa-Vizinhança”, com o intuito de buscar aproximação política dos Estados Unidos e dos demais países do continente americano.

Com a adoção da Política de Boa Vizinhança, a ideia de dominação pela força (como frequentemente ocorria na América Central) foi substituída pela noção mais sutil de reciprocidade, em termos de que a América Latina poderia reagir favoravelmente às intenções americanas sempre que a América Latina respondesse positivamente às necessidades da primeira (Idem, p. 46)

Em fins do Império e durante a Primeira República a política externa levada a cabo pelo Barão de Rio Branco, o ministro da Relações Exteriores de destaque na Primeira República tinha como um de seus principais componentes a aproximação aos Estados Unidos (CERVO & BUENO, 2002, p. 192). Isso não teria sido um “alinhamento automático”, mas um primeiro passo de uma integração a um subsistema liderado pelos Estados Unidos no continente americano desde então.

Segundo os autores, Rio Branco via com bons olhos a Doutrina Monroe e lhe atribuía caráter defensivo e pragmático. Os EUA eram o maior consumidor de café e em fase de expansão de mercado, assim, o intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos foi constantemente crescente no período republicano. No período entreguerras eles passaram também a ser o principal vendedor ao Brasil, suplantando, inclusive a Inglaterra (Idem, p. 223).

Um elemento importante para os processos de negociação é a emergência política, militar e econômica da Alemanha na década de 30 e a renovação de sua importância para o Brasil: durante a década de 1930, o Brasil foi alvo de disputa comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos.

No período de 1934-1938, a posição norte-americana no Brasil foi ameaçada e mesmo suplantada pela de sua concorrente, no referente ao valor das importações brasileiras. Cresceram as exportações brasileiras para a Alemanha, mais especificamente:

A Alemanha, que em 1932 participava com um percentual de 9,0% nas importações brasileiras, em 1936, 1937 e 1938, elevou esse índice para 23,5, 23,9 e 25,0, respectivamente. Os Estados Unidos, que detinham a cifra de 30,2% das importações brasileiras em 1932, nesses últimos anos citados viram-na reduzida para 22,1, 23,0 e 24,2, também respectivamente. [...] no referente às exportações: os Estados Unidos, que recebiam 45,8% das vendas brasileiras em 1932, em 1938 compraram 34,3%. A Alemanha, em contrapartida, que comprara 8,9% das exportações do Brasil em 1932, em 1938 comprou 19,1% (CERVO & BUENO, 2002, p. 273).

Um acordo comercial entre Brasil e Alemanha, em 1936, facilitou o acesso aos índices comerciais citados acima. Entretanto, nenhuma outra aproximação do Eixo, no plano externo foi efetivada, tanto que o Brasil recusa participação no Pacto Antikommitern⁶ devido à uma pressão interna norte-americana (Idem, p. 268). A instauração do Estado Novo, em 1937, teria sido recebida com apreensão por Washington e bem recebida por Roma e Berlim, segundo os autores.

Cervo e Bueno (2002) não questionam de forma simplista a ênfase que a literatura deu à oscilação do Brasil diante das opções germânica e norte-americana, mas apontam para o fato de que faltava à Alemanha condições objetivas para atender

⁶ Acordo no qual Alemanha, Japão e Itália se comprometeram a tomar medidas para se protegerem mutuamente da ameaça comunista internacional, principalmente representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

às demandas brasileiras, além do fato de que há um relacionamento sólido e histórico com os EUA. O espaço para a barganha foi deflagrado por Getúlio em 1940, com o principal objetivo na efetivação do projeto siderúrgico nacional ao tecer elogios ao regime alemão e anunciar a possibilidade da alemã *Krupp* e não a *U.S. Steel*, cujos termos em negociação há dois anos ainda geravam impasses e morosidade, implantar a desejada Siderúrgica Nacional. Tudo isso em meio aos progressos alemães na Europa que dividiam opiniões no governo, como registram os posicionamentos de Góes Monteiro e Dutra em documentos que registraram as suspeitas do Departamento de Estado Americano em relatórios sobre o Brasil (LOCHERY, 2015, p. 91).

Dutra, o ministro da Guerra, por sua vez, se esforçou por desenvolver laços militares e econômicos com a Alemanha, na época sob regime nazista e compartilhava com Góes Monteiro a política nacionalista do escopo do exército. Segundo Lochery (2015), os Aliados nutriam grande desconfiança dos dois ministros, alimentados por informações de seus serviços de inteligência de que tinham trajetórias políticas simpáticas aos nazistas, registradas nas correspondências diplomáticas analisadas pelo autor. “Supostamente, Dutra e sua família haviam comemorado quando informados de que Paris havia sido invadida pelos alemães” (Idem, p. 90). Não raro, documentos diplomáticos alemães citam conversações com pessoas do alto escalão do Estado Novo, como a seguir:

Espera-se que a provável reeleição de Roosevelt traga uma intensificação na política extorsiva contra o presidente Vargas, que seria especialmente forçado a demitir seus seguidores pró-germânicos. O *chefe da polícia Filinto Müller disse ontem em uma conversa que o Ministro da Guerra, o Chefe do Estado-Maior, e ele, só poderiam ser salvos numa vitória fulminante da Alemanha sobre a Inglaterra e um consequente fracasso nas perspectivas de Roosevelt. (Do embaixador no Brasil para o Ministério do Exterior, Rio de Janeiro, 17/10/40; apud GAMBINI, 1977, p. 80. Grifos meus).*

A obra de Eduardo Infante (2012), *Alemanha 1938: um militar brasileiro e sua família na Alemanha nazista*, demonstra que havia o estabelecimento de missões diplomático-militares por parte do Ministério da Guerra, chefiado por Dutra, junto ao Exército alemão em fins da década de 30 e início da década de 40. A obra analisa o caso de um major do Exército Brasileiro, Gélio de Araújo Lima, que fora enviado para uma missão de cinco anos com o objetivo de acompanhar a produção e os testes de canhões e armamentos que estavam sendo produzidos para atender as necessidades

brasileiras. Sua missão, iniciada em 1938, foi encurtada pela Guerra, mas simboliza a boa vontade e visão estratégica do Ministério da Guerra para as benesses oferecidas pela Alemanha.

As questões envolvendo os armamentos foram centrais para esses grupos, de fato. Aranha atuou no sentido de aproximar os Estados Unidos do Brasil no fornecimento de armas americanas (LORCHERY, 2015, p. 59) e Dutra encontrou também disposição de Berlim para fornecimento de armas alemãs. Carregamentos de armas alemãs para o Brasil foram temas da diplomacia desses grupos, sobretudo em 1940, quando uma carga de armamentos, transportados pelo navio Siqueira Campos, adquiridos pelo Brasil da Alemanha foi apreendida pela Marinha Real Inglesa, que fazia embargo à Alemanha.

Oswaldo Aranha apressou-se em usar sua influência com Washington para resolver a situação, mas o impasse provocou situação constrangedora. Os oficiais do Exército prontamente criticaram a atitude inglesa, na imprensa, ao ponto de chamar a atenção da embaixada americana que registrou o temor de um sentimento pró-Alemanha no Brasil. A embaixada americana relatou a declaração de Góes Monteiro sobre o caso, mesmo após sua resolução:

Os britânicos não percebem o dano irreparável que estão fazendo à sua causa e aos interesses do Brasil por sua atitude teimosa e irracional. Embora 90% da população brasileira fosse, anteriormente, pró-Grã-Bretanha, essa situação mudou. Eles fizeram o jogo dos alemães. Não há necessidade de fazerem propaganda nazista aqui. Os britânicos estão fazendo isso por eles. Mesmo com uma solução satisfatória para o caso, o dano já está feito. Os britânicos esquecem os seus enormes interesses neste país, como a ferrovia de São Paulo, a Western Telegraph, o banco de Londres, as indústrias alimentícias, etc. podem ser confiscados se o Siqueira Campos não for liberado. Os britânicos esquecem o apoio recebido de nossas autoridades navais e portuárias no abastecimento e reparo de seus navios. Eles possuem mais de cem agentes secretos neste país, os quais são conhecidos por nós que foram autorizados a trabalhar sem serem incomodados, mas pretendemos acabar com essa situação (LOCHERY, 2015, p. 99).

A presença alemã no comércio brasileiro, tão significativa entre os anos de 1936 e 1938, retraiu-se com o início dos conflitos armados. Conforme apontam Cervo e Bueno (2002, p. 280), o percentual de 25% das importações brasileiras detido pela Alemanha em 1938 decaiu para 19,4% em 1939 e 1,8% em 1940. Além disto, vendas brasileiras para o país germânico que em 1938 era de 19,1%, caiu para 12% e 2,2%, respectivamente em 1939 e 1940. Isso se deve, em grande parte, ao embargo que a Grã-Bretanha fazia aos produtos alemães ou com destino à Alemanha que tentavam

cruzar as fronteiras do continente europeu. Este dado é também muito importante para se considerar porquê a aliança com os Estados Unidos nesse período se torna visivelmente mais vantajosa às lideranças brasileiras do a possibilidade de aliança com a Alemanha.

1.4 PAZ E GUERRA

O conflito bélico mundial, que se iniciou oficialmente em 1939, teve como principais palcos a Europa e as regiões insulares do Pacífico. Dois blocos agrupavam os países beligerantes: o Eixo, liderados pela Alemanha, Itália e Japão; os Aliados, liderados por França, Inglaterra e, a partir de 1941, pelos Estados Unidos e União Soviética. Conforme dezenas de países no mundo se posicionavam no apoio a um dos dois blocos, o conflito assumiu proporções nunca antes testemunhadas em tecnologias militares, estratégias e diplomacia.

A crença na ação forte do Estado, na censura à oposição ou como protagonista de desenvolvimento nacional, e a promoção do culto ao líder levaram a literatura do tema a relacionar as práticas de Getúlio Vargas com as práticas fascistas. Seitenfus (1985, pp. 147-150) destaca as características mais evidentes da instauração do Estado Novo ao fascismo: primeiramente, porque inicia-se com um putsch que interrompe a campanha eleitoral e suspende a Constituição; o estímulo a descrença no partidos políticos, representados como guardiões de interesses de poucos grupos em detrimento da nação; o reforço do poder central para enfrentar supostos “caudilhisismos regionais” que ameaçariam a unidade do país; a submissão completa do Legislativo ao Executivo; o ideal corporativo de economia nacional; e a capitulação do movimento sindical pelo Estado.

As características que aproximam o Estado Novo das práticas fascistas, contudo, não autorizam a afirmação de que os sistemas político-sociais, implantados no Brasil e na Itália, possuam mecanismos absolutamente semelhantes. Isso em grande parte se explica porque na implantação do Estado Novo não houve, por parte de Vargas, uma organização partidária que se identificasse e sustentasse seu projeto político com características fascistas.

Os próprios integralistas, grupo que identificava ideais fascistas como projeto político no Brasil e fizeram uma adesão inicial ao projeto autoritário varguista, sofreram censura e perseguição, considerados entrave para a união nacional. Ao fim deste período, como veremos, o Brasil acabou por se alinhar mais aos benefícios do bloco que os Estados Unidos fazem parte do que com o projeto fascista.

As disputas internacionais se acirravam quando os Estados Unidos investem na aproximação diplomática com o Brasil e outros países da América Latina (GAMBINI, 1977, pp. 43-53). Uma série de convenções interamericanas sob o ideal do pan-americanismo são seladas: Em 1936, na Conferência de Buenos Aires; em 1938, na Conferência de Lima; em 1939, na Conferência do Panamá; em 1940, na Conferência de Havana.

Decisiva nos rumos histórico-militares dos países latino-americanos, a Conferência do Panamá determinou a solidariedade entre as repúblicas da América em termos de defesa do território. Assim sendo, uma agressão feita a qualquer país do continente seria tomada como uma agressão à América, motivo, portanto, para ação coletiva dos mesmo contra o agressor. Isso será decisivo quando os países Aliados recorrerem ao cumprimento do acordo após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor (ocorrida em 1941).

Do ponto de vista ideológico e comercial, o governo brasileiro na década de 1930, com Vargas, havia estabelecido relações convincentes com a Alemanha e os Estados Unidos representavam uma pressão fiscal sobre o pagamento da dívida externa. O marco da mudança deste cenário é conhecido como Missão Aranha, comissão especial para as relações entre Brasil e EUA, chefiada por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, com participação de figuras importantes para a história nacional como Luís Simão Lopes, diretor do Departamento de Administração Pública (DASP), Marcos de Souza Dantas, diretor do Banco do Brasil e dos diplomatas Sérgio de Lima Silva e Carlos Muniz.

A partir dessas negociações, os EUA forneceram crédito da empresa *Export-Import Bank of the United States* – a *Eximbank*, agência oficial de concessão de crédito do governo estadunidense – para auxiliar a criação de um Banco Central brasileiro, liquidar alguns atrasados comerciais e reativar trocas comerciais. Fica

evidente o comprometimento de Roosevelt, presidente estadunidense, de facilitar a formação de companhias de desenvolvimento, com capitais americanos e estrangeiros (GAMBINI, 1977, p. 122).

O Brasil, por sua vez, se comprometeu a facilitar a transição de capitais estadunidenses aplicados no país e retomar o pagamento da dívida externa. Em termos militares, a Missão também acertou o encontro entre os generais Marshall e Góes Monteiro, chefes do Estado-Maior dos dois países.

Deste encontro, ocorrido em junho deste ano de 1939, o general Góes teria sido um defensor dos interesses siderúrgicos nacionais (OLIVEIRA, 2015). Em pauta desde a ascensão de Getúlio, em 1930, as lideranças militares abraçaram a negociação deste ponto, segundo elas, que competiam não somente ao desenvolvimento, mas diretamente à soberania nacional.

Os arquivos mostram uma disposição do governo estadunidense para ajudar tanto no reequipamento econômico e militar quanto para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, dispondo um grupo de técnicos da *United States Steel*, em troca da colaboração estratégica do Brasil nos planos de defesa do continente americano traçados por Washington em caso de avanço da Guerra. O desenrolar desta questão siderúrgica é um ponto peculiar para nosso tema de pesquisa pois revela a política externa brasileira em disputa em relação aos dois grupos em guerra.

Apesar da indicação da *United States Steel* nas negociações com o general Góes, a empresa teria desistido deste investimento. O governo brasileiro, contudo, criou no ano seguinte a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, com intenções de realizar a construção da usina de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e autorizou a embaixada brasileira em Washington a solicitar ao *Eximbank* um empréstimo de 17 milhões de dólares para a compra do maquinário necessário. Nesta ação do Itamaraty, o “reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular” (CERVO & BUENO, 1992).

Dada a demora para a decisão da concessão do empréstimo, em junho de 1940, o presidente Getúlio Vargas proferiu um discurso em que fez alusão ao tema e algumas referências elogiosas aos países do Eixo, a bordo do simbólico encouraçado

Minas Gerais⁷. Considerado por alguns autores (MOURA, 1980; LORCHERY, 2015, GAMBINI, 1977) uma manobra política para pressionar a movimentação dos Estados Unidos em favor da siderúrgica nacional, uma inflexão favorável da *Eximbank* é sentida e a Companhia Siderúrgica Nacional é criada em 1941, com capitais mistos e a cooperação militar se consolidou em 1942.

No que se refere à criação da Companhia Vale do Rio Doce, o teor nacionalista da ação de Vargas ficou mais evidente, pois o Estatuto de Minas criado durante o Estado Novo (especificamente, em 1940) vedava a exploração estrangeira de minérios no Brasil. Contudo, a recente aproximação militar do Brasil com os Estados Unidos e Inglaterra favoreceu as negociações com a empresa britânica *Itabira Iron Ore Company*, que desde 1911 detinha a exploração de ferro no Brasil. As instalações da companhia inglesa foram incorporadas à Vale do Rio Doce e o sucesso nessas negociações mostram uma disposição favorável do Brasil frente aos Aliados.

Outra questão em negociação em relação ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos diz respeito ao fornecimento de materiais estratégicos para uso militar. As intenções norte-americanas eram interromper o fornecimento de minério e borracha que o Brasil ainda fazia à países do Eixo, notadamente o Japão, cujas ações imperialistas no Sudeste Asiático havia estancado o fornecimento das mesmas aos norte-americanos.

Os Estados Unidos, por sua vez, viam como estratégico para a defesa do continente americano o território do Nordeste brasileiro, visto que, segundo eles, a região poderia ser um alvo em potencial dos ataques do Eixo, caso se iniciasse a expansão para a América. As negociações do alinhamento do Brasil passavam necessariamente por esta cessão, que desencadeou uma discussão interna do Brasil pois implicava presença de tropas americanas em território nacional e, certamente, coloca em pauta a questão da soberania (LOCHERY, 2015, p. 141).

Os estadunidenses argumentavam que a já acordada irmandade entre as repúblicas americanas deveria se traduzir na cooperação do Brasil à defesa que os Estados Unidos promoveriam. O Brasil por sua vez, usou essa premissa como

⁷ Veja o discurso na íntegra no Anexo I, pág. 113.

barganha para que os Estados Unidos efetivassem a acordada modernização dos equipamentos de suas Forças Armadas.

Em sua obra *A estrutura de defesa do hemisfério Ocidental*, Conn e Fairchild (2000) analisam as estratégias estadunidenses para defesa do continente americano e apresenta os dados dos quais o país dispunha. Em termos navais, a grande frente estadunidense estava no Pacífico, o que poderia representar um desguarnecimento do Atlântico. Com a tomada da França pelos alemães e a possibilidade do uso das colônias francesas como ponto de expansão, o nordeste brasileiro passou a ser a pauta da estratégia estadunidense em parceria com Brasil. A possibilidade de um ataque do Eixo ao litoral brasileiro vindo de Dacar se tornou uma realidade que fez, inclusive, o Exército fazer concessões à aliança com os Estados Unidos.

Em 1942, no Rio de Janeiro, ocorreu a Reunião dos Chanceleres americanos para discutirem o posicionamento da América Latina frente aos recentes acontecimentos da Guerra. A expectativa dos estadunidenses era conseguir que os países presentes rompessem definitivamente suas relações diplomáticas com o Eixo. Nessa ocasião, o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o Ministro do Estado-Maior, general Góes, lideraram a argumentação de que o Brasil não estaria preparado para assumir as consequências militares de um rompimento definitivo com o Eixo, uma vez que necessitavam de equipamentos mais modernos e ainda não havia sido efetivada a colaboração dos Estados Unidos nesse sentido. Dessa forma, o Brasil encontrou o mecanismo de pressão necessário para que, enfim, ambas as partes fossem contempladas com suas expectativas para o alinhamento.

Um acordo político-militar em maio de 1942 (LORCHERY, 2015), foi fechado para finalmente iniciarem os trabalhos das comissões compostas por militares dos dois países, a fim de aprimorar a capacitação das Forças Armadas brasileiras e elaborar estratégias para a defesa do Nordeste, região à qual Getúlio Vargas se comprometeu a aumentar os efetivos e construir novas bases militares e acordo com as necessidades das comissões.

A década de 1940 também foi marcada pela atuação estadunidense no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado por Getúlio Vargas para conduzir as mensagens estatais nos meios de comunicação e estabelecer fiscalização

ou censura dos conteúdos veiculados pela imprensa brasileira. O órgão americano responsável para isso era a Agencia para Negócios Interamericanos, a *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), responsável por, junto ao DIP, noticiar assuntos da guerra, propagar o “*american way of life*”, tratar questões de saúde e cultura (MOURA, 1980).

Até 1942, o direcionamento do DIP era controlar o conteúdo no sentido de manter a neutralidade brasileira diante do conflito europeu, eram proibidas mensagens que se posicionassem ou insinuassem que o Brasil precisava se posicionar sobre o conflito, garantido pelos censores. Após a declaração de guerra, sobretudo com o apoio da OCIAA, mensagens de enaltecimento das Forças Armadas brasileiras, campanhas para alistamento, cinejornais ou documentários de curtas-metragens com imagens dos pracinhas embarcando, em treinamento, do desenrolar das batalhas, etc. Também era incumbido de desenvolver os cartazes com esses temas

A partir de 1941, os setores públicos responsáveis pela defesa da população civil já se organizavam para transmitir à população normas e procedimentos em caso de um ataque, com a busca de proteção em abrigos e no desenrolar de um blackout (LORCHERY, 2015) e, em cidades como Rio de Janeiro, a população recebia orientações para uso de máscaras de gás. Uma coordenação também foi criada, em 1942, para cuidar das demandas econômicas criadas pela situação de guerra, sobretudo o controle da inflação e do desabastecimento, sob direção de João Alberto Lins de Barros.

Foi adotado um controle rígido das comunidades oriundas de países que formavam o Eixo. Colônias alemãs, italianas e japonesas no Brasil passaram por uma intensa fiscalização da polícia política e suas instituições sofreram interferência direta do governo federal. Como exemplo, o caso do projeto de nacionalização do ensino do Brasil, protagonizado pelo Ministério da Educação, que afastava da licenciatura professores de caráter nacionalista (SEINTENFUS, 1985, p. 177) e proibia o ensino e o uso de línguas estrangeiras destes países, considerando o ato uma conspiração da Quinta Coluna⁸.

⁸ Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do

O rompimento das relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão foi declarado, após muita negociação, na Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Navios mercantes brasileiros foram atacados pela Alemanha, em represália e a declaração de Guerra foi feita em agosto do mesmo ano.

presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas (Glossário CPDOc).

2. O DIPLOMATA

Eu serei, no Itamaraty, um dos secretários do Presidente da República, adstrito unicamente ao exercício desta função, executor de suas determinações, representante de sua autoridade e responsabilidade.

Oswaldo Aranha, em seu discurso de posse no Ministério das relações Exteriores do Estado Novo, em 1938.

Nome forte da diplomacia brasileira, talvez aquele com mais projeção no cenário internacional desde Rio Branco, Oswaldo Aranha deixou um legado importante na história política dos anos 1930 e 1940. O político gaúcho teve uma trajetória singular na instauração da Era Vargas e foi uma peça central no alinhamento com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Seus discursos e registros após o início de seu trabalho diplomático demonstram uma defesa dos ideais liberais: a limitação do Estado para consequente ascensão das liberdades individuais, a igualdade perante a lei, a proteção da propriedade privada e do livre comércio⁹. Entretanto, sua participação como ministro em um regime autoritário e altamente estadista a partir de 1938 significam uma singularidade na trajetória deste ator político. Esta seção tem o intuito de apresentar e analisar as ideias, a vida pública e as contribuições de Oswaldo Aranha para a formulação da política externa brasileira entre os anos de 1934 e 1942.

2.1 AS ORIGENS

⁹ Em que pese a apresentação destas quatro características gerais do liberalismo, este movimento político e econômico manifestou-se de maneira muito plural ao longo dos séculos de sua existência. Merquior (2014) apresenta a história e a evolução da teoria liberal desde o século XVII, perscrutando suas raízes históricas da teoria clássica, ao “liberalismo conservador”, ao “liberalismo social” até o neoliberalismo.

Oswaldo Euclides de Souza Aranha nasceu no estado do Rio Grande do Sul, em Alegrete, em 1894. Seus pais, o coronel Euclides Egídio de Souza Aranha e Luísa Jacques de Freitas Vale Aranha, eram proprietários da estância Alto Uruguai, no município gaúcho de Itaqui, descendiam de nobres famílias produtoras de café, do século XIX, havendo nela membros líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Sua jornada escolar inicia-se em 1903, no Colégio dos Jesuítas de São Leopoldo, à época chamado de Ginásio Nossa Senhora da Conceição, onde estudou por três anos. Um grave problema de saúde oftalmológica o fez interromper os estudos: sua família o enviou para tratar-se em Buenos Aires e, em seguida, no Rio de Janeiro, então capital do país, onde passou a residir, em 1907 (CAMARGO, 1996, p. 39). Oswaldo Aranha concluiu o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro e iniciou, em 1912, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. É neste espaço acadêmico que surgiu a aproximação com figuras importantes ao longo da trajetória política de Aranha: Rubens Antunes Maciel, Virgílio de Melo Franco e José Antônio Flores da Cunha.

Em 1914, Oswaldo Aranha passa faz uma incursão cultural na Europa, ao lado de Antunes Maciel, mas é forçado a retornar diante do início da Primeira Guerra Mundial, quando retoma seus estudos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mantendo uma intensa participação na mobilização estudantil. Conforme levantado por Camargo (1996, p. 41), um de seus biógrafos, duas importantes atuações foram: a) manifestações contrárias à candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado e à atuação do senador situacionista José Gomes Pinheiro Machado do PRR; b) representando o Brasil no Congresso Pan-Americano de estudantes em Montevideú, no ano de 1916. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e regressou ao Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1917 e 1923, dedicou-se quase que exclusivamente à advocacia, num escritório sediado em Uruguaiana (RS), atuando em principalmente em questões relacionadas a transações de terra e gado, causas familiares e de sucessão (Idem, pp. 45-47). Neste período, Oswaldo casou-se com Delminda Benvinda Gudolle, chamada de “Vindinha”, e aproximou-se do também advogado Getúlio Vargas, profissional e pessoalmente.

O estado do Rio Grande do Sul vivenciou uma intensa efervescência política na década de 20. Setores da sociedade gaúcha se opunham à quinta reeleição consecutiva do presidente do estado Borges de Medeiros, alegando fraudes e irregularidades no processo eleitoral. Uma insurreição foi organizada, em 1923, e Osvaldo Aranha lutou ao lado das forças situacionistas (CAMARGO, 1996, p. 52), comandando pessoalmente batalhões de civis arregimentados para suprimir a revolta. Para tanto, recebeu do presidente do estado, Medeiros, a patente de tenente coronel para os enfrentamentos que duraram dez meses. Aranha adotou e defendeu, neste momento, uma postura legalista que vai balizar sua atividade política até o fim da década:

Tenho por mim que o grande mal nacional advém da falta de gerações, de continuidade... a imensidade do nosso território, a diversidade da nossa formação, a diferença da nossa cultura têm agravado nossa tendência para a dispersividade na ação [...] Nesses dias tormentosos para nossas instituições, superior aos homens e aos governos, surgiu a ideia de legalidade, tão necessária à nossa conservação como foram aquelas, uma a nossa emancipação e a outra a nossa transformação política (Arquivo Osvaldo Aranha, 12/12/1926 apud CAMARGO, 1996, p. 53).

O fim deste conflito envolvendo Borges de Medeiros foi selado com a assinatura do Pacto das Peras Altas, no mês de dezembro, no qual ficou acordado que Borges de Medeiros iria continuar em seu mandato, mas estaria impedido de reeleger-se novamente. Entretanto, as tensões com a oposição continuaram presentes: a oposição, composta por federalistas, republicanos dissidentes e remanescentes do Partido Republicano Democrático (PRD) mantinha diálogos com o movimento tenentista. Aranha foi, então, convidado pelo presidente do estado a assumir a subchefia da polícia na região de fronteira, que tinha como sub sede a cidade de Alegrete.

Em 1924, o levante tenentista em São Paulo repercutiu nas terras gaúchas: com a liderança de Luís Carlos Prestes, novos levantes foram organizados contra os governos federal e estadual e Osvaldo Aranha novamente participou, reconvocando os batalhões que haviam combatido ao seu lado no ano anterior (Idem, pp. 52-57). Ao fim desses levantes, pode-se dizer que Aranha saiu prestigiado e politicamente fortalecido: foi indicado por Borges de Medeiros à Intendência (que corresponde à atual prefeitura) de Alegrete e venceu as eleições, onde trabalhou entre os anos de 1925 e 1927.

Em fins de 1926, uma nova revolta local eclodiu visando impedir a posse de Washington Luís na presidência da república. Concentrada numa unidade do Exército em Santa Maria, foi liderada pelos irmãos Nelson e Alcides Etchegoyen. Sem conseguir controlar a cidade, os revoltosos decidiram seguir marcha para outro local quando foram interceptados pelo corpo provisório de legalistas, chefiados por Aranha, que havia sido designado pela 3ª RM, no município de Caçapava do Sul, nos chamados Campos do Seival. Ferido gravemente no pé direito neste confronto, Aranha carregou sequelas durante toda a vida, necessitando usar bengala e sapatos especiais por toda a vida (CAMARGO, 1996, p. 51).

Contando com o apoio de Borges de Medeiros e o prestígio advindo da mais recente revolta, Aranha se candidatou e foi eleito a uma vaga deputado federal, que havia sido aberta após Getúlio Vargas ter deixado a vaga para assumir o ministério da Fazenda junto ao então presidente Washington Luís. Em 26 de maio de 1927, deu início às suas atividades parlamentares no cenário federal, mas estas tiveram uma curta duração: em novembro deste mesmo ano Vargas foi eleito para a presidência do estado do Rio Grande do Sul e convidou Osvaldo Aranha para assumir a Secretaria do Interior e Justiça, da qual fazia parte os setores de Higiene e Instrução Pública, a Brigada Militar e a polícia do estado.

A pedido de Vargas, Aranha coordenou um levantamento sobre os déficits da industrialização gaúcha e apresentou um plano de ação denominado *Sindicalismo no Rio Grande do Sul*, no qual apontava as carências mais básicas do setor: “superprodução, concorrência desordenada e dispersão de créditos que deveriam ser sanadas através de associações e sindicatos encarregados de eliminar o excesso de produtos e marcas” (CAMARGO, 1996, p. 54). Essa orientação corporativista se faz presente em muitos momentos da gestão de Vargas em parceria com Osvaldo Aranha nos setores administrativos.

O ano de 1930 foi marcado pelas tensões envolvendo a sucessão de Washington Luís na presidência da república. Até então, durante todo o período republicano, um acordo não oficial entre as lideranças de Minas Gerais e São Paulo, garantia que a presidência da república fosse ocupada alternadamente por lideranças desses dois estados. Entretanto, Washington Luís, um paulista, decidira apoiar um outro paulista para sucedê-lo, causando um rompimento no pacto Minas Gerais - São

Paulo. É a partir desta lacuna que as lideranças gaúchas tentaram conquistar o executivo federal, formando a Aliança Liberal, uma coligação que uniu os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba entorno da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, para a presidência e vice-presidência, respectivamente.

Oswaldo Aranha participou ativamente da formação da Aliança Liberal, e publicamente defendia a possibilidade da solução armada para atingirem o governo do país, antes mesmo que o pleito eleitoral fosse definido, apostando seu capital político na vitória eleitoral ou militar do projeto gaúcho (CAMARGO, 1996, p. 69). Essa radicalidade teria levando alguns líderes tenentistas a procura-lo, de modo a fazer alianças para uma possível insurreição, entre eles Siqueira Campos, João Alberto e Luís Carlos Prestes.

Em sua análise da Revolução de 1930, Boris Fausto (1990, p. 237) apresenta Oswaldo Aranha como parte “radical” da Aliança Liberal, juntamente com Virgílio de Melo e Souza e João Neves da Fontoura por estarem justamente dispostos à via revolucionária no caso de derrota no processo eleitoral – em oposição à ala dos “mais respeitáveis”, da qual faziam parte políticos mais tradicionais, como Borges de Medeiros, Arthur Bernardes, Epitácio Pessoa e o próprio Getúlio Vargas, que não colocavam publicamente a hipótese da via revolucionária em seus planos.

Com a derrota de Vargas nas urnas, os caminhos para a conspiração contra a posse de do eleito Júlio Prestes começaram a se abrir. O PRR dividiu-se após Borges Medeiros acatar o resultado das eleições, pois Vargas e Aranha contestavam publicamente a legitimidade do processo eleitoral. Começaram a articular, por um lado, os políticos dissidentes ou de oposição às práticas envolvendo a forma de sucessão da presidência da república, centrada nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Como revela, em carta a Getúlio, no mês de março:

Nada se pode esperar das leis que não são praticadas, nem dos homens que são seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força. A desordem material é resultante de uma maior anarquia moral. Não havendo ordem é impossível o progresso. As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas tornam-se inúteis e quiméricas... A continuidade, lei básica da vida política dos povos, faz-se, em sentido inverso, violentada pelos abusos do poder. Resta apenas como recurso extremo dominar esse arbítrio e vencer essa força. A este estado revolucionário de fato, criado pelo poder, devem as forças vivas da nação opor a força ordenadora das massas populares, conjugadas com suas elites.

Esta é a real situação do país (Carta de Oswaldo Aranha a Vargas, 12/04/1930 apud CAMARGO, 1996, p. 70).

Para atingirem seus objetivos, tem início a articulação militar, com a aproximação dos “tenentes”, especialmente João Alberto, Juarez Távora e Siqueira Campos, que haviam lutado na Coluna Prestes. O próprio Prestes mostrou-se hostil ao projeto, recusando-se a participar de um conchavo dos grandes proprietários rurais que controlavam a oposição eleitoral e planejavam a insurreição. Oswaldo Aranha é quem fez a articulação para adesão dessas lideranças, como declarou Hélio Silva (1966, p. 68) “a rede conspiratória era literalmente, uma teia de Aranha”.

Em abril, Aranha encomendou, na Tchecoslováquia, cerca de 16 mil contos de reis em material bélico e munições a serem usados no levante (CAMARGO, 1996, p. 71). As tropas revoltosas de Minas Gerais teriam a função de desviar a atenção das tropas federais no estado, fechar as fronteiras de modo a provocar o deslocamento das tropas do sul de São Paulo e facilitar o deslocamento das tropas do Rio Grande Sul.

Em termos de liderança militar, duas questões abalaram as articulações: a publicação de um manifesto de Luís Carlos Prestes que comunicava sua adesão ao comunismo e a morte, via acidente aéreo, de Siqueira Campos, a quem cabia a liderança do movimento a partir de São Paulo. Apesar das investidas que Aranha havia feito para que Carlos Prestes liderasse o movimento armado, de qualquer forma, o militar teria recusado, em última hora, tal liderança, por considera-la uma simples disputa entre as oligarquias e, portanto, pouco revolucionária (Idem).

Havia ainda uma incerteza destes conspiradores acerca de como seria o regime a ser implantado. Em carta a Euclides Figueiredo, em meados de 1930, Oswaldo diz ver o Brasil “ameaçado por dois males: um fascismo medíocre ou um comunismo empírico. Para salvá-lo dessa alternativa só existe a democracia liberal, objetivo de nossa ação... Queremos um regime de liberdade no qual os valores reais governem com o povo para seu engrandecimento e felicidade” (apud CAMARGO, 1996, pp.73-74).

À mesma época, os registros deixados por Juarez Távora davam sinais de que tal projeto não estava claro entre os revolucionários, tampouco quem deveria liderar o governo que se seguiria:

Creio que vinda a Revolução surgirá como consequência a ditadura... Mas quem exercerá tal ditadura? Penso que se o Rio Grande oficial sustentar com seu sacrifício o maior peso da luta que ora se esboça, a ele caberá indicar o ditador. Eu, se tivesse voto na questão, dá-lo-ia ao Dr. Oswaldo Aranha, atual Secretário do interior e Segurança Pública do Governo Rio-Grandense – que, além de ser moço e decidido, desde 1922 é um simpatizante da Revolução. (Idem)

Do montante necessário para o arsenal bélico encomendado, metade deveria vir do Rio Grande do Sul, seis mil de Minas Gerais e dois mil da Paraíba. Esses dois últimos, entretanto, encontraram dificuldades para levantar o montante, o que fez com que a revolta não ocorresse na data pré-estabelecida pelos conspiradores, no início de julho. Foi ao fim do mês que um episódio veio a inflamar a retomada dos revolucionários: o assassinato de João Pessoa, o candidato que concorreu à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas, a Aliança Liberal, no dia 26.

Os preparativos para a insurreição foram retomados com mais intensidade, para aproveitar-se da comoção causada pelo assassinato. O estado-maior da ação revolucionária atuaria na capital gaúcha e foi convidado por Aranha para assumir sua chefia o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Sob o trabalho de ambos, os preparativos ocorreram e em início de outubro, deflagrou-se a marcha para a deposição de Washington Luís.

Aranha combateu no Rio Grande do Sul as tropas legalistas, enquanto os oficiais favoráveis ao movimento na capital federal, Rio de Janeiro, depuseram o então presidente da República. Deslocou-se, por fim até a capital para participar das negociações da transferência do poder à Getúlio Vargas.

O trecho abaixo foi publicado em 28 de outubro de 1930, no Jornal A Noite, sendo parte do discurso proferido por Oswaldo Aranha um dia antes da deposição de Washington Luís:

Esta insurreição vitoriosa dos brasileiros, de norte a sul, de leste a oeste, é o mais belo e fecundo pronunciamento popular e democrático da nossa história. Ela sobrepuja a própria República pela extensão, pelas finalidades, pela coesão geral do povo, pela ação das classes armadas, pela participação de todas as camadas sociais, pela mobilização de todas as forças vivas do país. O movimento de 15 de Novembro deu-nos a República. O de 3 de Outubro dar-nos-á a própria pátria, refundida, moralizada, nacionalizada.

Hoje já não há norte nem sul, estados amigos e estados inimigos, grandes ou pequenos, senhores e escravos, mas um povo de irmãos que se revelaram iguais no ideal, na fé, na bravura, no amor da pátria (Oswaldo Aranha, apud LIMA et al, 2017, p. 203).



Imagem 2: Chegada de Oswaldo Aranha ao Rio de Janeiro para negociar com a junta governativa provisória. Rio de Janeiro, 28/10/1930 (CPDOC/Arq. OA foto 048/2).

2.2 DE REVOLUCIONÁRIO A EMBAIXADOR

Vitorioso em garantir a presidência do Governo Provisório a Getúlio, Oswaldo Aranha recebeu a pasta da Justiça e Negócios Interiores, onde permaneceria até fins

do ano seguinte e na qual é lembrado por ter promovido a anistia dos perseguidos por questões políticas, desde 1922. Assim, o grupo atendeu uma parcela importante que colaborou para o movimento revolucionário: os tenentistas. Fez parte também do chamado “gabinete negro” (NETO, 2013, p. 63), nome que a imprensa deu ao grupo que se reuniu cotidianamente no Palácio da Guanabara com Getúlio Vargas para discutir riscos e empreendimentos do Governo Provisório e os rumos de sua revolução.

Foi um incentivador da formação de grupos institucionalizados para as lideranças do movimento de 1930, os quais foram formados a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro, que se posicionaram nos primeiros manifestos contrários à reconstitucionalização rápida do país. Sua participação, entretanto, teve curta duração, pois logo se desvinculou de ambas alegando discordâncias políticas (SEINTENFUS, 1985, p. 39).

Sobre a Legião de Outubro, Aranha afirmou estar convencido da impossibilidade de transformar as diferentes organizações revolucionárias num só partido. Sobre o movimento Clube 3 de Outubro, a motivação teria sido a divergência com Góes Monteiro, que era favorável a um governo militar, enquanto esse seria defensor de um governo civil para dar continuidade ao projeto revolucionário. Em 18 de março de 32, em telegrama à Góes Monteiro, Aranha afirmou que era contrário à “dominação de tenentistas” ao clube, rompendo oficialmente (Idem).

Os dois primeiros anos do Governo Provisório estabelecido foram de recorrentes incertezas, devido a muitas cisões ideológicas dos grupos que tomaram poder e da pressão daqueles que foram afastados do poder. A Borges de Medeiros, Aranha manifesta sua insatisfação com as interventorias nos estados:

Para mim, ou enfatizamos o poder civil, pela forma que quiserem, ou cairemos dentro em breve no regime militar ou na desagregação. [...] A ditadura exercida sem autoridade, a despeito de discricionária, vai desprestigiando e enfraquecendo o novo governo na opinião pública, que lhe atribui não ter alterado a situação política que voltará a ser a mesma, com os mesmos homens e processos, quando retornarmos ao período constitucional. (Oswaldo Aranha a Borges de Medeiros, 12.03.1931 *apud* CAMARGO, 1996, p. 79)

Na mesma carta, manifesta sua preocupação com os surtos militaristas que considerava fora de controle e um perigo não apenas à ordem da época, mas “às próprias instituições basilares do organismo nacional”:

A estabilidade política só pode ser atingida pela organização do poder civil. A simples organização dos partidos não é possível. Seria apenas uma camouflagem dos antigos, com os mesmos males e finalidades, e dos males, o maior é a inconsistência, a fraqueza. Seriam, como os que caíram, agremiações de apetites com um chefe sem autoridade... Mas os partidos verdadeiros devem ser criados. Eles são instrumentos legítimos da opinião das repúblicas. Precisam, porém, ser fortes. Para isso precisamos de uma campanha cívica que dê ciência e consciência à opinião, para que esta se organize de fato, de verdade. (Idem)

As consequências econômicas da crise de 29 e a instabilidade causada pelas trocas na gestão com a revolução de 30 se faziam sentir no setor econômico do país. A pedido de Vargas, Aranha assumiu a pasta da Fazenda, em fins de 1931, e tomou medidas para buscar um equilíbrio orçamentário para a união. Recontabilizou e renegociou a dívida externa do país e transferiu para o governo federal a condução da política de valorização do café, na qual os excedentes do produto eram comprados e estocados pelo governo. Conforme afirmou:

A questão do café não é paulista; é brasileira, e interessa a todos, sem diferença de credos. Não é uma questão política. É um assunto de administração e de técnica especializada. O presidente [o futuro, ou seja, Getúlio Vargas] resolverá mantendo o instituto, ampliando sua ação quer quanto à manutenção dos preços como quanto ao aumento da exportação etc. (Aranha, 1929, apud LIMA et al., 2017, p. 572).



Imagem 3: Oswaldo Aranha visita a Feira de Amostras do Departamento nacional do café, 1933. Rio de Janeiro. (CPDOC/ AO foto 105/3).

Junto a Góes Monteiro e Juarez Távora, dois militares que conspiraram e lutaram a seu lado para instaurar o Governo Provisório, Aranha publicou um documento conhecido como “Pacto de Poços de Caldas”, segundo o qual os assinantes defenderiam o Governo Provisório até que tivesse completado a “transformação radical” da máquina político-administrativa (HILTON, 1994, p. 94). A Borges de Medeiros, justificou-se que o país estava “moral e materialmente arruinado”, o que exigia medidas excepcionais.

Se não aproveitarmos esse período para organizar, com os poderes discricionários, voltaremos ao que era antes [...]. Não é possível restituir, imediatamente, o país à legalidade. Seria uma simples mudança de homens. Só depois de conseguir despertar na consciência individual os sentimentos altruísticos, a compreensão dos deveres cívicos, o sentido real da liberdade e das responsabilidades é que se poderá entregar o poder à decisão popular (Aranha a Borges de Medeiros, apud HILTON, 1994, p. 95).

Na insurreição dos paulistas contra o Governo, em 1932, Oswaldo Aranha participou das tentativas de negociação por parte do Governo Federal para evitar o conflito armado. Em carta a Flores da Cunha, Aranha assim analisou sua participação no evento:

A revolução paulista foi tipicamente uma revolução do alto, feita pelos erros das valorizações do café, das indústrias alfandegárias, das

fortunas fáceis, criando uma mentalidade de grandezas, de ganâncias, de exaltações, de incontínências e de hegemonias, incompatível com a nova política do país, de economia e igualdade dos estados. Foi assim que a despeito de todas as concessões do governo e de todos os favores do Tesouro, a união dos elementos representativos dessa falsa civilização... fez-se com o fim de restabelecer a velha ascendência econômico-política a cuja sombra prosperava com o empobrecimento e o sacrifício do resto do país. A revolução era, como foi, inevitável.... Nada evitou, nem evitaria, a eclosão paulista, salvo a devolução integral do poder a São Paulo (CPDOC/DHBB, *Oswaldo Aranha*, 2001).

Para elaborar o anteprojeto constitucional, entre novembro de 1932 e maio de 1933, o governo nomeou uma comissão, da qual Oswaldo Aranha fez parte por estar na condição de ministro de Estado, que foram considerados “membros natos”. Exerceu, inclusive a liderança da base governista na Assembleia Constituinte, ainda que por um curto período devido a divergências com algumas decisões de Vargas.

Em discurso pronunciado na Assembleia Constituinte, Aranha defende o liberalismo aos moldes estadunidenses:

Não creio que haja povo mais disciplinado nem mais feliz. O governo aqui não intervém na vida do país... nem em 15% da atividade geral! E aí, que tudo precisa ser obra do governo? Vive-se em nosso país do governo para o governo. Aqui acham que com 15% há governo demais! O individualismo aqui faz milagres, porque assenta suas bases numa formação moral sã, solidária e fraternal (ARANHA, discurso, 30.04.34, OA, CPDOC).

Entretanto, defende-se das acusações de submissão às potências estrangeiras frente à questão da dívida externa, fazendo questão de mostrar um nacionalismo econômico na Constituinte:

Senhor presidente, quando vim a esta casa e tive a oportunidade de expor, com quanta serenidade me foi possível e com quanta clareza procurei por nos fatos e nos números, a citação das dívidas externas brasileiras, afirmei que o Brasil, até hoje, havia vivido de um expediente financeiro condenável, qual o de pagar empréstimos com outros empréstimos, arrastando o país e, sobretudo, o povo brasileiro, a uma condição tal que já hoje, por motivos próprios, e por motivos de ordem geral, não seria possível suportar, por inteiro, a carga desses acúmulos de operações malfadadas do capitalismo internacional, dominando as necessidades brasileiras e que, por isso, eu tinha a coragem de propor, como propus, e o governo provisório de decretar, como decretou, a redução justa, equitativa, como está reconhecido por todos, dos pagamentos dos juros e das amortizações das nossas dívidas. Assim procedendo, não posso, nem poderia nunca ser suspeitado de, num dado instante, colocar o meu país ao serviço ou debaixo das exigências ou ainda sob as imposições autoritárias e dominadoras daqueles que, senhores do dinheiro do mundo, em dado momento fizeram um empréstimo ao Brasil (apud LIMA et al, 2017, p. 629).

Assim que promulgada a Constituição de 1934, Aranha assumiu a embaixada dos Estados Unidos, recebendo de herança do antigo embaixador o andamento das negociações de um tratado de comércio que havia iniciada no final de 1933. Entre os principais pontos deste tratado estava a redução das tarifas brasileiras nas importações de produtos estadunidenses – a iniciativa do tratado havia partido do Departamento de Estado dos EUA (SEINTENFUS, 1985, pp. 129-132).

A contrapartida da potência norte-americana seria a manutenção das principais exportações brasileiras na lista livre do país. Duas questões teriam adiado o andamento das negociações desse tratado: de um lado, o fato de Vargas ver o tratado como um empecilho para que recebesse o apoio da bancada classista, em especial dos industriais que seriam atingidos pela redução das importações estadunidenses, para sua eleição. De outro, o próprio Itamaraty se encontrava em certa indefinição frente às eleições e a nova Constituição.

A eleição de Vargas pela Assembleia Constituinte e a posse do chanceler José Carlos Macedo Soares possibilitou, por fim, a retomada das negociações e assinatura de um acordo determinando a manutenção ou redução de tarifas para vários itens do comércio Brasil-EUA e bem como o princípio de nação mais favorecida a ser aplicado a regulamentações tarifárias, controle cambial e taxas de importação.

Nele, o governo brasileiro assegurou para os produtos estadunidenses a estabilização ou redução tarifária em 34 itens, entre produtos agrícolas e manufaturados, tais como peixe, leite, cereais, farinha, filmes, automóveis e peças, motocicletas, máquinas agrícolas, tintas etc., Por parte dos Estados Unidos, seis produtos tiveram suas tarifas rebaixasadas: mate, bálsamo de copaíba, ipecacuanha, minério de manganês, castanhas e mamona, enquanto outros mantiveram-se livres de tarifas: café, cacau, cera de carnaúba, castanhas e óleo de babaçu e madeira. (CPDOC, Verbete temático: Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos, 1935).



Imagem 4: Assinatura do acordo comercial Brasil-Estados Unidos. Sentados da direita para a esquerda: Cordell Hull, secretário de Estados dos EUA, o presidente Roosevelt e o embaixador Oswaldo Aranha, Washington, 1935 (CPDOC/ SC foto 009/2).

Em 1935, no levante protagonizado por Luís Carlos Prestes participou também Victor Allen Barron, um cidadão americano que, preso e barbaramente torturado, teria revelado detalhes do plano à polícia carioca e caiu, por suicídio ou assassinato, do Edifício da Polícia Especial. Controlar a repercussão do fato coube ao embaixador Aranha, que assegurou a Vargas ter ouvido do próprio presidente Roosevelt que “no caso do suicídio do americano, não lhe cabe examinar o assunto uma vez que a defesa da ordem pública em um país é um direito que exclui todos os demais” (Aranha a Vargas 20/3/36, apud HILTON, 1994, p. 218).

Para as primeiras eleições pós-constituição, Aranha teria sido cogitado para ser o candidato apoiado pelos integralistas.

Não sei a que tábua de salvação nos agarraremos. Parece-me às vezes, que o Integralismo, dirigido por um homem de tua energia e inteligência, seria capaz de nos salvar do precipício em que nós vamos despenhando (Tancredo Neves a Aranha, 9/3/35).

No Integralismo a sua pessoa é acatada com geral simpatia dos seus líderes (João Leães Sobrinho a Aranha, 3/10/35).

O próprio Plínio [Salgado] deixou-me entrever o desejo que tem de ver o seu nome indicado, pois estaria disposto a concorrer às urnas para dar-lhe todos os nossos votos (Patrício de Freitas Vale à Aranha, 27/06/35, apud HILTON, 1994, p. 236).

Apesar das ações do embaixador no sentido de proteger a imagem do governo varguista, há registros de sua discordância das formas de atuação do Ministério da Justiça e da polícia de Filinto Müller.

A propósito, Getúlio, a minha impressão é que o comunismo em nosso país é maior do eu em Novembro! Como explicas esse fato [?]. Falharam as célebres leis marciais e as demais providências? Minha impressão é muito má de M. da Justiça. O movimento de novembro foi militar, uma vez que o elemento civil não participou praticamente da ação. O teu ministro e a polícia começaram a prender civis, professores, mulheres, enfim dar a líderes e proporções ao movimento, contrariando a finalidade em si mesma do governo no seu dever de resguardar o povo de inquietações, alarmes e sustos. [...] Foram apontados e até presos como comunistas deputados supernacionalistas! Não é tudo, os professores de Direito e Medicina foram presos como autores morais em Novembro! Mas, Getúlio, tudo isso ou é de inconsciência ou loucura ou maldade de teu Ministro e de teus policiais. Em que influíram esses professores ou esses deputados no ânimo dos militares que tomaram parte do movimento? É irrisório atribuir-lhes responsabilidade nesse levante.

E depois, que tem que ver o Exército e a Marinha com o debate das ideias civis? Quem entra para as armas tem deveres especiais. Entre estes avulta o de defender e sustentar as instituições. Pode fora, no mundo civil, ser agitada toda e qualquer ideia. Se aqueles, porém, a quem entregamos nossas armas, mantêm-se fieis ao seu dever, se entre eles é conservada a disciplina, em nada afetaria a ordem interna do país a discussão dos que não têm armas. [...]. Não creio, Getúlio, que possas concordar com esses desacertos, cujos resultados são vivermos hoje de incertezas e sobressaltos. O nosso problema é pôr ordem nas classes armadas e deixar ao livre jogo das ideias a evolução política de nosso país. (Aranha a Vargas, 22/07/36, 14/8/36, CPDOC)

Aranha tinha ideia da importância do Brasil para as estratégias militares estadunidenses, como declarou a Vargas:

E é para o pan-americanismo que [Roosevelt] se vai voltar, defendendo a democracia, a paz e a felicidade dos povos continentais. É esta uma música muito agradável aos ouvidos americanos, mesmo porque dá só prazeres, sem riscos (...). Sem o nosso país, nada podem os estados Unidos fazer na América. O esforço, portanto, será americanizar ou pan-americanizar o Brasil antes que ele se europeíze, hitlerize ou mussolinize de todo (Aranha a Vargas, 25/11/37, CPDOC/FGV).

Para o biógrafo de Getúlio Vargas, Lira Neto (2013, p. 274), nos anos de 1936 e 1937, Oswaldo Aranha teria se empenhado em se tornar um presidenciável nas próximas eleições, as primeiras diretas desde a deposição de Washington Luís. Em suas palavras “Oswaldo Aranha não escondia de ninguém o desejo de voltar ao Brasil tomar o assento na cadeira presidencial”. Em janeiro de 1937, Aranha solicitou um jantar com Getúlio, sobre o qual ficou registrado em seu diário: “À noite, jantaram comigo Oswaldo e sua mulher. Sente-se que ambos têm alguma esperança na possibilidade de uma candidatura presidencial [...] Oswaldo sonha com a possibilidade de ser candidato” (Getúlio Vargas, Diário, V. II, idem, p. 279).

As eleições, como sabe-se, não ocorreram, pois em novembro de 1937 Getúlio Vargas inaugura o período de exceção do Estado Novo, quando Aranha ainda estava nos Estados Unidos na qualidade de embaixador. Meses antes, Aranha escreveu a Getúlio alertando-o do quanto a escalada de autoritarismo e ameaças de golpe eram mal vistas no território estadunidense (HILTON, 1994) e que teria dado sua palavra aos representantes do governo norte-americano de que o Brasil não estava abalando sua democracia novamente. Em outra correspondência, escrita após o golpe de Estado, manifestou o seu desagrado com as escolhas ditatoriais do presidente, chegando a pedir demissão do cargo que ocupava.

Em distintos momentos torna-se mais evidente a rivalidade de Aranha e Getúlio Vargas na política interna brasileira. Para Camargo (1996), este deliberadamente boicotou a ascensão política do diplomata. Rubens Ricupero (LIMA; ALMEIDA; FARIA, 2017, p. 07) afirmou que “Aranha teve que lidar com a interferência e às vezes aberto boicote de Getúlio Vargas e da *clique* facistóide e oportunista que partilha os instintos antidemocráticos e antiliberais do ditador”.

2.3 CHANCELER DO ESTADO NOVO

Em 6 de novembro de 1937, o embaixador escreve a Vargas demonstrando não compreender bem para onde se encaminhava o cenário político do Brasil:

Manda-me notícia da situação política do país. Sou, aqui, assediado em todos os momentos. Haverá eleição? Continuarão os mesmos candidatos? Haverá um terceiro? Um *jelly fish*? Estão planejando a prorrogação do mandato? É verdade que te querem impor mais este sacrifício? Diz-se muito, aqui, que estás apoiando os integralistas e que este estão, em troca, favorecendo a tua continuação (Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, AOA 37.11.06/2).

Após a decretação do Estado Novo, Aranha escreve oficialmente ao Itamaraty:

Devo, entretanto, antecipar a V. Excia. Que não me é possível continuar a representar o Brasil neste país, de forma eficiente, porque nem seu governo nem seu povo poderão, como anteriormente, acreditar nas minhas afirmações e informações.

Pode-se enganar a poucos por muito tempo, mas é absolutamente impossível enganar, sempre, a todos! Nesta situação que me foi criada neste país pelos últimos acontecimentos, a minha permanência não só será inútil como, parece, prejudicial aos interesses do Brasil (tel. Conf. Nº188, de 12 e 13 de novembro de 1937, da embaixada de Washington – AHI).

No dia 15 de novembro, Aranha faz um ultimato a Vargas a respeito de seu cargo:

A situação aqui melhora todos os dias na opinião e na imprensa, influenciando grandemente para isso a ação amiga deste governo e, ultimamente, tuas declarações.

Tudo tenho feito e farei enquanto aqui estiver na defesa da situação criada pelos nossos últimos acontecimentos políticos.

Deves, porém, compreender que esta atitude foi-me imposta pelas circunstâncias e que não me importa numa adesão ao novo regime, uma vez que não concordo, antes condeno, o que se fez no país e, mais ainda, o que se pretende fazer, que é indicação alarmante a nova Constituição.

Deponho, assim, em tuas mãos, por forma indeclinável, minha renúncia. Sendo, porém, meu dever evitar repercussão contrária ao Brasil de qualquer ato meu neste país, estou decidido a embarcar, logo que for autorizado, fazendo o Governo minha substituição quando aí estiver por quem melhor e sinceramente possa servir o novo regime nos Estados Unidos (Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, AOA 37.11.15/1).

A resposta de Vargas após buscar justificar os acontecimentos, no dia 17, entretanto é que “nestas condições, não me é possível aceitar sua dispensa do cargo onde estás prestando tão relevantes serviços” (Tel. de GV a AO, AOA 37.11.17/2.). A resposta de Aranha é bem direta: “A discordância com o que se fez sobremodo com o texto da nova Constituição é de tal maneira que não me permite, dignamente, continuar o exercício de minhas funções atuais” (Tel. de AO a GV, AOA 37.11.18/1).

Sem alternativas para mais pressionar seu conterrâneo, Vargas finalmente telegrafa, no dia 19 de novembro nos seguintes dizeres:

Não podendo mais insistir em tua permanência aí, à vista dos termos de tua resposta, peço que aguardes o reestabelecimento da normalidade e da confiança nas relações americano-brasileiras e colha as informações sobre a possibilidade da cooperação financeira referida no telegrama anterior. Avisarei, por intermédio do Itamaraty, para que venhas ainda na qualidade de embaixador, a fim de aqui conversarmos. (Tel. De GV a AO, AOA 37.11.19/01.)

De acordo com Araújo (1996, p. 173), desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, Aranha teria mantido constantes conversações com Vargas, todas elas absolutamente reservadas, pelos três meses que se seguiram. Publicamente, sua posição era de oposição, não manifestadamente ao golpe, mas à supressão da Constituição de 34 e a outorga da redigida por Francisco Campos. Abaixo, uma conversa com seu irmão Luiz deixa registrado:

Eu aprovo o golpe de Estado mas não a Constituição; torna-me um escravo, desrespeita todas as tradições do povo que lutou cem anos para a sua liberdade. Você sabe que considero qualquer caso com Getúlio um caso de

família, mas não posso concordar em receber uma carta de escravidão (Silva, 1970, p. 489 apud ARAÚJO, 1996, p. 173).

Até acordarem a liderança do Ministério das Relações Exteriores, Vargas e Aranha teriam negociado uma liberdade grande de ação do Itamaraty, sobretudo numa postura pró-estadunidense e afastando o Brasil de uma impressão nazifascista.

Esse duplo sucesso, tanto o de Vargas que, ao mesmo tempo que elimina uma temível posição, consegue desarmar um pouco as apreensões norte-americanas, quanto o de Aranha que, por sua vez, entra em posição de força no governo, condicionará toda a política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas não duvida que concedendo o Itamaraty a Aranha, este ocupará, em virtude dos acontecimentos internacionais, o ministério mais importante do seu governo (SEITENFUS, 1985, p. 160).

Em seu discurso de posse como chanceler, no dia 15 de março de 1938, Aranha expõe a forma como vê a ação da diplomacia brasileira até então:

A diplomacia brasileira é a mola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos a defesa da justiça internacional – enfim uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica ocidental. [...] O povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz. A obra pacífica do Brasil, no Continente e no mundo, não foi nem é traçada por conveniências ou interesses. É ideia, é sentimento, é educação e é moral – é atitude tradicional do povo e do Estado brasileiros (AOA, Aranha, O pi 38.03.15).

A carta termina:

Eu serei, no Itamaraty, um dos secretários do Presidente da República, adstrito unicamente ao exercício desta função, executor de suas determinações, representante de sua autoridade e responsabilidade (AOA, Aranha, O pi 38.03.15).

No entanto, os três meses que se passaram entre a chegada de Aranha ao Rio de Janeiro e sua nomeação para dirigir o Itamaraty, início de março, desenvolve-se uma negociação acirrada entre ele e Vargas.

As reações da imprensa brasileira à nomeação de Aranha ao Itamaraty são, de maneira geral, positivas e às vezes até mesmo entusiastas (A noite, de 9 de março, bem como *O Correio do Povo*, de 15 e 16 do mesmo mês). Tendo em vista a extensão da crise entre Vargas e Aranha, bem como as relações pessoais que os unem, a imprensa brasileira vê sua nomeação apenas como o epílogo de uma questão pessoal (Tribuna de Santos, de 9 de março) e não capta a importância política desta nomeação, que constitui de fato uma vitória pessoal de Aranha mas também – e sobretudo – a vitória de uma política externa voltada que será daí para frente inteiramente voltada ao pan-americanismo e ao reforço dos vínculos com os Estados Unidos. (SEINTENFUS, 1985, p. 161).

Sua ação política neste cargo foi fortemente voltada a uma aproximação do país com o os Estados Unidos, que se iniciou com importantes acordos comerciais,

passou pela articulação brasileira juntos aos demais países latinos em acordos que interessavam ao governo estadunidense até a colaboração na área militar, que culmina no alinhamento do Brasil com o governo americano na Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1938, ocorreu o levante de membros da Ação Integralista Brasileira e Severo Fournier, que comandou militarmente o ataque ao palácio da Guanabara, buscou auxílio junto à embaixada da Itália alegando abusos por parte do governo brasileiro. O capitão Manuel Aranha, irmão do chanceler, foi reformado compulsoriamente pelo ministro da Guerra, Gaspar Dutra, por supostamente ter auxiliado Fournier a chegar até a embaixada italiana para buscar asilo. (CAMARGO, 1996, p. 184-187). A intermediação do caso coube a Góes Monteiro, provocou a primeira crise entre embaixada e exército junto ao governo de Getúlio, pois tanto Dutra quanto Aranha pediram demissão ao presidente que recusou ambas acreditando na possibilidade de conciliação.

Segundo Hilton (1994), as tendências antidemocráticas de grupos com muita influência política sobre o Estado Novo, como Dutra, Góes, Müller e Francisco Campos contrastavam com a comum defesa liberal de Aranha e isso era evidente em 1938, quando foi convidado a ocupar a chancelaria do Brasil sob o Estado Novo. Müller era simpatizante da Alemanha e Campos exibia fortes preferências fascistas. Dutra e Góes Monteiro eram nacionalistas autoritários e anticomunistas ferrenhos, desprezavam o nacionalismo e ambos admiravam a disciplina e a força do exército alemão. Ideologicamente, Aranha não tinha nenhum aliado dentro desse grupo; pessoalmente era amigo apenas de Góes Monteiro e seu relacionamento com os outros era, na melhor das hipóteses, difícil (p.265)

Em 1937, evocou soluções nacionais sérias a fim de evitar constrangimentos de países estrangeiros, à direita e à esquerda:

A conquista do trabalho na direção de uma compensação condigna ao trabalhador penetra e domina todas as atividades humanas. Por todo o mundo trava-se uma luta entre as chamadas extremas direita e esquerda. Se, no entanto, é certo que a ideia esquerdista progride, não é menos verdade que a resistência contra ela, tanto quanto o seu fomento, é a levada a efeito de um modo insensato. Os governos de esquerda e de direita falharam ambos porque destruíram sem nada construir, porque produziram modificações sem introduzir melhoramentos, porque perturbaram a vida internacional sem resolver seus próprios problemas nacionais.

[...] O presente momento de transição de humanidade durará ainda muitos anos, e enquanto ele prevalecer não será possível felicidade para o homem. É inútil, para a solução do problema universal, a adoção de regras e padrões normais, por bons e recomendáveis que sejam, ainda que se tratasse dos dez mandamentos. É preciso um ajuste dentro de cada país, pelo seu próprio povo, dos seus próprios problemas internos. Contrariamente à linha de argumentos adotada por vários estadistas, é impossível para as nações ajustarem-se pacífica e satisfatoriamente sem que sejam antes solucionados os problemas (Discurso no Conselho Nacional de Comércio Exterior. Cleveland, 4 de novembro de 1937, apud LIMA et al., 2017, p. 644).

As relações entre Brasil e Alemanha e Brasil e Itália tinham dois expoentes distintos: se por um lado as negociações comerciais se ampliaram no ano de 1938, pelo lado político o governo de Vargas passou a encarar as influências nazista e fascista como um problema a ser enfrentado. No primeiro semestre do Estado Novo, o governo exigiu a nacionalização do ensino (o que afetava, sobretudo, as escolas de descendentes de alemães e italianos no sul do país) e proibiu atividades políticas de estrangeiros (o que culminou na proibição do funcionamento do Partido Nazista dentro do território nacional).

A reação do embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, às investidas do governo brasileiro no sentido de desarticular as células de organização política nazista e fascista criou um constrangimento diplomático conhecido como “caso Ritter” (NETO, 2013, p. 63). Num reflexo das orientações de seu governo, Ritter vinha fazendo exigências em sua embaixada junto ao governo no sentido de respeitarem as manifestações políticas/culturais dos alemães e seus descendentes que residissem no Brasil.

Com a negativa de Vargas e Aranha, Ritter lançou uma nota de protesto contra o governo brasileiro, o que fez com que a chancelaria solicitasse ao governo de Berlim substituição do embaixador, por um comportamento “agressivo e anti diplomático” (SEINTENFUS, 1985, p. 206). Sem resposta, o governo enviou uma nota ao Ministério do Exterior de Hitler, declarando Ritter uma *persona non grata* por suas atividades no Brasil. Como esperado, a represália de Berlim foi o pedido de retirada do embaixador brasileiro, à época, José Joaquim Muniz de Aragão.

Aranha se importava em impor limites às investidas do embaixador alemão sem provocar uma ruptura das relações diplomáticas. Era de conhecimento do chanceler que, ao menos por enquanto, o Brasil não poderia contar exclusivamente com os Estados Unidos para o fornecimento do material bélico. Não interferiu, portanto,

quando logo após usa posse o ministério da Guerra assinou um contrato com a Krupp no qual concordava em receber marcos de compensação que o Brasil ganharia com a exportação de matérias-primas acima das cotas fixadas, tudo em combinação com o governo alemão (HILTON, 1996, p. 273). Ou seja, de maneira pragmática, Aranha assentia o comércio militar entre Brasil e Alemanha.

Havia boatos, segundo Von Levetzow (Hilton, 1996, p. 282) de que os dias de Aranha no governo estariam chegando ao fim. Chegou até a ponderar que Berlim poderia se aproveitar da “posição enfraquecida” do ministro para manter a pressão política sobre o Rio de Janeiro e “eliminar logo nosso maior adversário no Brasil, Oswaldo Aranha”. Em meio à crise, ainda registrou que Góes teria procurado Aranha para aconselha-lo a melhorar as relações com o país germânico a fim de proteger os contratos de armamentos firmados anteriormente.

No que se refere às relações com outros países americanos, ano de 38, a chancelaria brasileira dispendeu seus esforços em dois sentidos: a resolução de um acordo de paz na “questão do Chaco” e a VIII Conferência Pan-Americana. Nesta ocasião, Aranha alinhou-se nitidamente à proposta estadunidense de defesa, que foi o pan-americanismo, união estratégica dos países da América em caso de agressão.

Por sua vez, uma agenda brasileira que conseguiu apoio dos EUA e também foi aprovada foi a negação a estrangeiros residentes na América da condição de minorias étnicas, nacionais ou religiosas. Para consolidar o nascente sistema de solidariedade dos países americanos, instituíram, em Lima, um sistema de consulta aos chanceleres dos países-membros da Conferência.

A Guerra do Chaco ocorrera entre 1932 e 1935, um conflito grave entre Paraguai e Bolívia pelo território do Chaco, a partir do qual a Bolívia almejava acesso ao rio Paraguai. Após o cessar-fogo e a derrota boliviana, os países envolvidos custavam a chegar num acordo sobre os tratados de paz (CAMARGO, 1996, p. 187-191). Em julho, os trabalhos da conferência de paz foram postos em andamento sob uma proposta brasileira. De acordo com a proposta de Aranha, os presidentes – ou delegações – da Argentina, Brasil, Estados Unidos, Chile, Peru e Paraguai arbitrariam a fronteira do Chaco e quais territórios caberiam aos países que beligeraram. O

Paraguai ficou com a maior parte do território em disputa, mas comprometeu-se a garantir o livre acesso à Bolívia, crédito dado às ações da chancelaria brasileira.

Num resumo de suas atividades de 1938, Aranha aponta para os dois eixos em suas ações no Itamaraty:

Os acontecimentos políticos europeus produziram, em março, a anexação da Áustria à Alemanha, realizando-se assim o ideal nacional-socialista do Anschluss, isto é, da união daquele país ao Reich alemão e, em setembro e outubro, culminaram na crise tchecoslovaca com o chamado Acordo de Munique. Na América, verificam-se dois acontecimentos de transcendente importância, fortalecedores da confiança dos que acreditam que os povos continentais podem aperfeiçoar os meios de conagração pacífico e amistoso: a assinatura do Tratado de Paz do Chaco em 21 de julho, cujas ratificações se trocaram a 29 de agosto, e a VIII Conferência Internacional Americana. Reunida em dezembro, em Lima (Relatório do MRE de 1938, p. 5 e 6).

No dia 16 de fevereiro de 1939, Oswaldo Aranha fez um discurso no Clube Nacional da Imprensa, nos Estados Unidos, cujos alguns trechos traduzidos ao português foram selecionados (ARAÚJO, 1996, p. 204):

O que nós chamamos de democracia resulta nisso: negar à coletividade o direito de substituir o indivíduo em todas as matérias que dizem respeito a sua consciência moral ou ao seu pensamento, e reconhecer que existe a consciência e que, no seu limiar, expira o poder do Estado. (...) O Estado não é um fim em si; é uma criação do homem, que se destina a servi-lo e a ajudar a salvaguardar os seus mais altos interesses. (...) Porém o servidor não pode substituir o amo e nem escraviza-lo ditando-lhe suas crenças e opiniões. Bolchevismo, fascismo e nazismo são, apenas, nomes diferentes para a mesma concepção materialista da vida que procura substituir Deus pelo Estado erigido como aspiração suprema do indivíduo.

O ano de 1939 foi marcado por uma importante aproximação e assinatura de acordos entre Estados Unidos e Brasil, a chamada "Missão Aranha". O convite feito ao Itamaraty pela Secretaria de Estado estadunidense visava um passo mais objetivo de colaboração nos principais interesses econômicos, militares e políticos envolvendo os dois países.

Por parte dos EUA, a ajuda econômico-financeira seria dada como contrapartida de o Brasil facilitar a transferência de lucro de capitais estadunidenses aplicados no país, estabelecer práticas de livre-comércio em relação aos seus produtos e que o governo brasileiro retomasse o pagamento da dívida externa, que estava suspensa desde a instauração do Estado Novo. O Brasil, por sua vez, visava conseguir se beneficiar na questão cambial, nos financiamentos referentes ao banco central e na cooperação militar.

De acordo com o levantamento feito pelo Centro de Pesquisas e Documentação de História do Brasil da Fundação Getúlio Vargas sobre a Missão Aranha, o resultado das negociações foram cinco acordos, assinados em março de 1938, que estabeleciam: a) concessão de crédito (50 milhões de dólares) para auxiliar a criação do Banco Central; b) 19 milhões em crédito para a liquidação de dívidas comerciais e reativação do comércio com os Estados Unidos; c) financiamento de vendas americanas para o Brasil em até 50 milhões de dólares, com prazo de 5 a 10 anos para o pagamento; d) a promessa de Roosevelt de facilitar a formação de companhias de desenvolvimento com capital misto para industrializar a produção de matérias primas, como a borracha, bem como a exportação de minérios.

Longe da Europa e sem qualquer ligação com os graves problemas políticos que lhe perturbam a vida, mas de cuja solução depende a tranquilidade universal, não poderíamos permanecer estranhos às iniciativas do Presidente dos Estados Unidos da América, ao apelas para as partes em litígio, mostrando-lhes os males que a guerra traria à humanidade. Também em abril do ano de 1939, quando o presidente Franklin D. Roosevelt dirigiu uma mensagem aos chefes de governo da Alemanha e da Itália, fazendo-lhes mais uma vez um apelo para que fossem resolvidas pacificamente as questões que dividiam a Europa, um dos primeiros cabogramas por ele recebidos, em apoio à sua iniciativa, foi do chefe do governo brasileiro. Demos, desse modo, reiteradas demonstrações, nessas e em outras oportunidades, do nosso tradicional espírito pacifista. Ao ser declarada guerra na Europa, malgrado todos os esforços para impedi-la, decretou-se a nossa neutralidade (...). Com prudência e tato, mas com a necessária decisão e firmeza, dentro das normas da nossa neutralidade, múltiplas e delicadas questões com os representantes dos países beligerantes no Rio de Janeiro (Relatório do MRE de 1939, p. 10).

Nas negociações militares, o ponto mais significativo da Missão Aranha foi o acordo de troca de visitas entres os chefes do Estado-Maior de cada país: em maio de 1939, George Marshall foi recebido pelo Exército Brasileiro e, no mês seguinte, Góes Monteiro foi recebido pelo Exército americano.



Imagem 5: Oswaldo Aranha e Cordel Hull são filmados na saída da Casa Branca, por ocasião da Missão Aranha, 1939. Washington (EUA) (CPDOC/ OA foto 200/5).

De acordo com o próprio chanceler:

A minha missão junto do presidente como junto dos secretários deve consistir, antes de entrar em qualquer detalhe ou exame mesmo da agenda, em conhecer até onde 'a cooperação americana' poderá ir. O meu plano, Getúlio, é mostrar a cada um deles a extensão de nossas necessidades de equipamento econômico e militar, a impossibilidade em que estamos de protelar a satisfação dessas necessidades, e as preferências tuas e dos brasileiros para que esta obra seja, como logicamente deve ser, resultado de um acordo político de recíprocos auxílios entre nossos dois países, imediatos dos Estados Unidos e futuros do Brasil.

É necessário trazer esta gente à realidade mundial, que já não se compadece com esses processos, e mostrar-lhe que, à falta de seu concurso, o Brasil terá que aceitar o de outro ou outros países industriais que, convencidos desta política, estão a oferecer-nos os elementos exigidos pela nossa inadiável preparação econômica e militar.

Tudo está a indicar que o Governo americano, por causa da situação na Europa e na Ásia, já se acha convencido de que precisa sair dessa política puritana de boa vizinhança, para a da criação, na América, de mercados e aliados naturais, grandes e fortes, mesmo porque, se não fizer, outras nações tratarão de o fazer.

O convite e a agenda são índices dessa nova orientação que a nós cabe bem conhecer e medir a fim de evitarmos entendimentos que, com o tempo, com mudança do governo dos Estados Unidos, venha modificar (Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, de 09/02/1934, anexo nº7 ao ofício-relatório de 27/03/39, CPDOC)

Em memorando, Aranha se dirige a Góes em pleno andamento da Missão Aranha para orienta-lo em suas conversações com os americanos: "Se como é o caso,

está em nosso interesse apoiar a orientação brasileira na norte-americana, ... não é menos verdade que o Brasil quer viver bem ... com todos os países da Europa e do resto do mundo". Declarou ainda que Góes deveria dizer que "o Brasil é amigo dos Estados Unidos..., mas que, por outro lado... Não deseja assumir compromissos específicos que contrariam a índole universal da nossa política externa" (EME, memorando, 3/6/39 *apud* HILTON, p.316).

Em carta ao embaixador dos Estados Unidos, pediu-lhe para esforçar-se para tornar a visita a Góes a Marshall bem-sucedida, referindo-se ao chefe do EME como

Um dos melhores homens que tem tido no nosso país e um dos meus amigos do coração. [...] O êxito de sua missão é uma necessidade política do Brasil [...] Os nossos dois exércitos precisam ficar amigos" (Aranha a Martins, esboço de carta, s.d. [6/39], OA, CPDOC).

2.4 CHANCELER EM TEMPOS DE GUERRA

Os primeiros confrontos europeus da grande guerra que se anunciava, em setembro de 1939, levou o presidente dos Estados Unidos a convocar a primeira Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das repúblicas americanas, para tratar assuntos estratégicos de defesa do continente frente ao confronto que se iniciava. A reunião ocorreu no Panamá, neste mesmo mês, e a delegação brasileira, chefiada por Carlos Martins Pereira e Souza, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, tinha a orientação clara do Itamaraty de defender a neutralidade continental diante do que havia ocorrido até o momento.

Os Estados Unidos, no entanto, se apresentaram ao Brasil dizendo-se bastante preocupados com a capacidade defensiva no litoral nordestino brasileiro, uma vez que este território seria essencial para a proteção da navegação no Atlântico em caso de hostilidade ao continente. Entretanto, a oferta estadunidense de que tropas americanas fizessem a ocupação das zonas estratégicas, por motivos de soberania nacional, foi rechaçada. As negociações avançaram apenas quando as Forças armadas concordaram em aceitar ajuda dos norte-americanos para a construção de

novas bases militares no litoral, expressamente operadas pelos militares brasileiros, mas com fornecimento de armas e munições por parte dos Estados Unidos.

Pareceu propício, diante dessa aproximação, intensificar a pressão para a liberação dos financiamentos da instalação de uma grande siderúrgica no Brasil. O Itamaraty solicitou que o embaixador nos Estados Unidos buscasse retomar os entendimentos com a *United States Steel*, cuja morosidade se dava pela condição de que empresas estadunidenses participassem diretamente do empreendimento – condição esta que recebia a recusa do governo brasileiro.

Em junho de 1940, um discurso de Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais foi interpretado como uma ameaça de que o Eixo poderia ser um aliado concreto para esse empreendimento. Com sucesso na manobra, a instalação da usina Siderúrgica de Volta Redonda foi financiada.

Oswaldo Aranha insistia na importância da neutralidade dos países americanos, conforme ficou acordado na Declaração do Panamá, criando no Rio de Janeiro uma Comissão Intramericana de Neutralidade, com função de analisar violações ao posicionamento que haviam adotado em conjunto. Duas batalhas navais anglo-germânicas, entretanto, vieram abalar os posicionamentos: a marinha britânica afundou o encouraçado alemão *Admirall Graff Spee*, próximo ao litoral do Uruguai; e em fevereiro, há 15 milhas da costa brasileira, um cargueiro alemão, de nome *Wakana*, foi perseguido por uma esquadra britânica, diante da qual os alemães decidiram afundar a própria embarcação. Aranha escreve um telegrama ao embaixador panamenho, diante disto, para pensarem na possibilidade de um protesto às atitudes invasivas à soberania das américas.

As relações com a Grã-Bretanha ficaram cada vez mais tensas. Um navio brasileiro, o Siqueira Campos, estava carregado de um material bélico produzido pela empresa alemã *Krupp*, encomendado em 1938. O Itamaraty expediu um telegrama à embaixada brasileira em Londres, com a solicitação de passar pelo bloqueio. A autorização não foi concedida por parte dos britânicos. Em outras ocasiões, os responsáveis pelo bloqueio aos alemães já haviam se posicionado favorável às cargas brasileiras e isso havia levado outras nações a contestarem os privilégios cedidos. Ou

seja, para evitar novos precedentes, o governo britânico pediu ao Brasil que compreendesse a necessidade da medida (NETO, 2012, p. 395).

As lideranças brasileiras decidiram, ainda assim, tentar fazer a travessia, mesmo sob o risco de ter seu navio aprisionado, o que de fato, aconteceu, provocando fortes reações, sobretudo nas Forças Armadas brasileiras. Oswaldo Aranha pediu, então, intermediação dos Estados Unidos, que alegaram que o material do Siqueira Campos era imprescindível para a defesa do Atlântico Sul, uma vez que estaria destinado à base militar de Natal, no nordeste brasileiro. Summer Welles encaminha para Aranha as exigências britânicas para a soltura do navio, que são atendidas pela diplomacia brasileira e o navio liberado em dezembro de 1940, sob a condição de o Brasil não importar mais esse tipo de carga.

Poucos dias se passaram e o impasse voltou a ser discutido. O Bajé, um navio de pequeno porte com uma parcela da carga que viria no Siqueira Campos não teria conseguido chegar a Lisboa com a carga a tempo de fazer a transferência, de modo que parte dos armamentos comprados ficaram na Europa e o Brasil precisaria de nova autorização. Os militares brasileiros logo alegaram ser imprescindível o conteúdo da carga do Bajé.

Aranha, entretanto, via o atraso como uma estratégia de Berlim para provocar incidentes entre Brasil e Grã-Bretanha. Dutra e Góes Monteiro acusavam o chanceler de colocar os interesses britânicos acima das necessidades de defesa do Brasil (DHBB, *Oswaldo Aranha*, 2001). Entretanto, até mesmo Getúlio Vargas foi convencido de que o custo de mais um confronto com a política inglesa de bloqueio era alto demais, tentando prover o mais urgente justamente com o Exército americano.

Em dezembro de 1941, os japoneses, componentes do Eixo, atacaram a base dos Estados Unidos em Pearl Harbor. Nesta situação, o governo brasileiro emitiu uma nota de solidariedade ao país, condenando o ataque no Pacífico. Tão logo o país norte-americano se declarou parte da Guerra Mundial, seu governo convocou a III Reunião de Consulta aos ministros das Relações Exteriores das repúblicas americanas, que ocorreu em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro e foi presidida por Oswaldo Aranha.

Apesar do empenho do governo americano em conseguir o apoio da maior parte dos países presentes na reunião, os discursos de solidariedade continental, acordada em Havana, encontraram resistência nos posicionamentos do Chile e da Argentina, de modo que a reunião terminou no fim de janeiro apenas com uma “recomendação” de rompimento com o Eixo. Da parte do Brasil, havia uma resistência do ministro da guerra, Dutra, e do chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, que aconselhavam a continuidade da neutralidade em vista do fato de que as Forças Armadas não possuíam investimentos suficientes para arcar com os custos do conflito.

O governo britânico tinha estabelecido um bloqueio às embarcações alemãs, o que estava afetando diretamente suas relações comerciais com os países americanos. O governo do Reich decidiu, então, que não aceitaria a neutralidade do mar continental nos termos que estavam ocorrendo, agravando a tensão diplomático-militar das américas.

A irritação dos militares brasileiros em relação à sua carga apreendida pelos britânicos no Siqueira Campos se transformou em hostilidade. Góes Monteiro “extremamente agitado” em conversa com um membro da embaixada americana em 27 de novembro, teria falado em “represálias” contra interesses comerciais britânicos (HILTON 1996, p. 350) e, no dia seguinte, Dutra mandou um memorando a Vargas classificando como “chocante” o procedimento de Londres se comparado com a boa vontade de Berlim, que “chega a privar-se, em nosso proveito, de moderníssimos engenhos antiaéreos, que nos remeteu ou pôs à nossa disposição” (Dutra a Vargas, 28/11/40, GV, CPDOC).

Dutra enviou um boletim secreto a todos os generais comentando o fracasso nos esforços para conseguir o resto do material alemão e chamando atenção para sua divergência com o chanceler (Boletim Especial Secreto Número 6, [1/41], GV). Góes Monteiro “cujas relações com Aranha ficaram temporariamente estremecidas durante o período, voltava a ameaças as empresas britânicas e estimulava comentários de imprensa contra Londres” (HILTON, 1996, p. 352).

Aranha se articulou e procurou Lourival Fontes, diretor do DIP, de maneira a impedir os ataques da imprensa às ações britânicas. A Vargas disse:

A presente má vontade é, pois além de inconsequente, contraproducente e só prejudicial aos interesses do Brasil. Não posso ocultar o receio que ataca meu espírito ao verificar que a situação internacional do Brasil, nessa conjuntura tão grave para os destinos do mundo, se acha a mercê de uma opinião tendenciosamente orientada e de paixões adrede provocadas. [...] Corremos o grave risco de perder de vista aquilo que é permanente e substancial na nossa vida para seguir impulsos irrefletidos de falta de nacionalismo que só poderá sacrificar os nossos interesses essenciais e prestígio internacional do Brasil (Aranha a Vargas, 16/01/41, GV, CPDOC).

A reação de Góes às investidas de Aranha junto ao DIP foi agressiva. Em carta a Lourival Fontes, pediu que interpelasse cada editor no Rio de Janeiro para descobrir se era “pró-britânico ou pró-brasileiro”. No dia 19 de janeiro, o Correio da manhã publicou um anúncio sobre a amizade entre Brasil e Reino Unido, pago por um grupo britânico e o Diário Carioca, por sua vez, um artigo de José Eduardo de Macedo Soares, que implicitamente criticava o envolvimento do Exército em assuntos civis. Góes e Dutra teriam insistido para que Vargas punisse os jornais e mandaram tropas invadirem a redação do Diário Carioca.

O presidente teria decidido manter a suspensão de funcionamento de 48 horas do jornal já invadido, mas optou por não suspender o Correio da Manhã. Segundo a embaixada americana relatou “A recusa do presidente em fechar o Correio é vista pelos observadores políticos como uma vitória de Aranha e da imprensa sobre os militares” (Caffery a DS, 11/2/41, apud HILTON, 1996, p.353).

Ao determinar essa punição ao Diário Carioca, Vargas conseguiu acalmar relativamente os ânimos de seus conselheiros militares, de modo que os atritos diretos entre a chancelaria e o Exército diminuíram consideravelmente.

A tensão entre Aranha e opositores com tendências autoritárias/pró-eixistas se intensificou com a eclosão da Guerra.

Um episódio simbólico em fins de abril de 1940 captou a essência dessa rivalidade enquanto Aranha sentia angústia com a agressão alemã sobre os países escandinavos e perguntava-se como o Brasil poderia reagir, Dutra e Góes Monteiro recebiam do Embaixador Prüfer a mais alta condecoração que o Reich dava a estrangeiros (Hilton, 1994, p.350).

A III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores já estava agendada para este ano, mas foi adiada em face do agravamento da situação mundial e se realizou em Havana, entre 21 e 30 de julho, tratando as questões da

proteção da paz no hemisfério ocidental, a neutralidade e a cooperação interamericana. Conforme esclareceu Gerson Moura:

A conferência de Havana permitiu um novo avanço dos EUA. Dando um passo além da neutralidade formal, obteve a decisão de que qualquer tentativa de um Estado não-americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano seria considerada ato de agressão contra todos os estados americanos (Moura, 2012, p. 46).

Vargas e Aranha agiram intensamente durante a III Reunião no sentido de conseguir dos Estados Unidos as garantias de reequipamento do Exército e colaboração em sua defesa, declarando seu rompimento com os países do Eixo apenas no último dia da reunião. Já em fevereiro, retaliações germânicas vieram sob forma de ataques a navios mercantes brasileiros, que levaram o governo a pressionar Roosevelt quanto às prometidas remessas de material bélico e ação na proteção da costa do Brasil.



Imagem 6: Discurso de Oswaldo Aranha por ocasião do rompimento de relações do Brasil com o Eixo. Rio de Janeiro, 28/01/1942 (CPDOC/ Arq. OA foto 257/2).

No fim do Estado Novo, quando o mecanismo levantado pela agenda getulista ruía, Aranha fez uma análise desse processo de sua vida política que foi publicado n'O Jornal, de 24 de fevereiro de 1945, conforme veremos excertos abaixo:

Entrei para o governo em, 1938, não para servir ao Estado Novo, mas decidido a evitar a repercussão de seus malefícios internos na situação internacional do Brasil. Essa minha atitude foi expressa e quase direi pública, provocando, então certo alarme nas fileiras estadonovistas.

A Constituição de 1937 me repugnava, como fiz sentir, em muitas de suas inovações, quase todas traduzidas de constituições autoritárias europeias e asiáticas, as minhas convicções democráticas e a minha fidelidade aos compromissos e fins da Revolução de Outubro. [...]

O golpe de 1937, que me surpreendeu em Washington, não mereceu meu apoio: foi de advertência e até protesto a minha atitude. [...] A situação internacional, já antes desse golpe, como provam minhas informações e cartas ao governo, era ameaçadora e, ainda de Washington, prevendo a hecatombe mundial, eu insistia a necessidade de preparar-se o Brasil para essa tremenda prova a que seríamos submetidos, com os demais povos. Esta foi a razão pela a qual, passados alguns meses, aceitei participar do Governo como Ministro do Exterior.

Nesse período, participando de reuniões governamentais e privando com o Chefe de Governo, não tive a menor parcela de responsabilidade na política interna de meu país, salvo de reserva quando ela me ameaçava comprometer a conduta da política exterior.

Fui, única e exclusivamente, Ministro do Exterior, exercendo minha função fechado à sala onde viveu e morreu o grande Rio Branco, o exemplo maior e melhor de como todo brasileiro tem de servir ao seu país no Itamaraty, sem que isso importe em suas convicções políticas e pessoais. Não renunciei às minhas ideias e nem reneguei um só daqueles princípios que foram, são e serão parte inseparável de minha vida de devoção ao Brasil (O Jornal, 24 de fevereiro de 1945).

A respeito de seu posicionamento perante a Guerra, após ela ter se findado, assim avaliou:

O curso da guerra era ameaçador e minha intransigência parecia comprometer a posição do Brasil com os então vencedores. Eu mesmo tive dias de perplexidade e se não vacilei foi porque sempre acreditei que o homem não inventou ainda armas capazes de vencer ideias. Toda guerra é uma luta de vontades, mais que de armas: é um combate individual em grandes e temíveis proporções. E eu abrigava a certeza de que a organização cega e material do homem para a guerra teria que ceder, afinal, aos que estavam, pela prática da vida normal, educados moral e livremente para não aceitar uma ordem contrária à sua forma de ser, de viver e de morrer.

As vitórias são efêmeras, ainda que espetaculares, ante a da decisão e de coragem de uma consciência e um coração bem-formados. E isso é verdade para os homens como para os povos, na guerra e na paz. (O Jornal, 24 de fevereiro de 1945¹⁰).

2.5 O PENSAMENTO POLÍTICO DE OSWALDO ARANHA

Até aqui, mostrou-se a trajetória e a leitura de Aranha sobre os eventos políticos dos anos 1930 e início dos anos 1940. A seguir, analisam-se fragmentos de posicionamentos de Oswaldo Aranha a fim de encontrar um raciocínio condutor de seu pensamento político.

¹⁰ Confira a entrevista completa no Anexo III, p. 120.

Primeiramente, demonstra um senso pragmático ao defender os Estados Unidos como aliado do Brasil:

Não há dúvidas de que muitos nos acusam de fazer sistematicamente uma política de solidariedade com o Governo de Washington, dando a entender que seguimos sua política sem hesitação. É preciso que todos vejam que nossa orientação coincide muitas vezes com a dos Estados Unidos, mas não a adotamos por um desejo propositado de segui-la senão porque são semelhantes, as mais das vezes, nossos interesses e ideais. (Aranha a MRE, ofício 13, 14/1/35).

Em carta a Vargas avalia o espírito cívico dos americanos em após participar de uma convenção de republicanos no estado Kansas:

Há, no fundo de cada americano um sentimento cívico capaz de dominar as mais extravagantes expansões. O 'interesse político' é real nesse país e cada criatura, inclusive a criança e a mulher, tem consciência de seus direitos e deveres. E tudo isso é fruto da educação e da organização do país. A democracia é ensinada nas escolas e atos governamentais são discutidos, estudados e examinados de um ponto de vista geral, mas sem receios ou melindres ou crítica, porque tudo é feito para instruir e aparelhar cada um e todos para o exercício da cidadania (Carta de Aranha a Vargas, 24.04.36, GV).

Em carta a Góes Monteiro, Aranha refletiria sobre a “grandeza” dos Estados Unidos, deu ênfase à iniciativa privada, especialmente nas áreas de educação e saúde:

Foi assim, sem ação de governos, que esta gente criou uma nação que detém mais da metade das riquezas universais e é, hoje, senhora das maiores conquistas nas ciências e nas artes. É tudo obra da solidariedade, que deve ter sua razão na formação religiosa, e da liberdade, tão preciosa para eles como a luz, a água ou a vida. (...) Confesso-te que me pareceu que um regime de força nos seria útil. Hoje, distanciando-me da confusão e com um horizonte mais claro, espanto-me de minha cegueira e estupidez (Aranha a Góes Monteiro, 24/10/34, PGM, caixas 2, 3).

À época, Góes apoiava o projeto de lei de segurança nacional que a Câmara dos Deputados estava debatendo em 1934, ao considerar as leis restritivas e contraproducentes, assim lhe dirigiu: “como foste colaborar com essa malucada? Custa-me a crer. (...) O estado policial não subsiste, precede a decadência, a anarquia, a desordem” (Oswaldo Aranha a Góes Monteiro, 29/03/1935 apud CAMARGO, 1996, p.90).

Ainda alerta para o perigo da excessiva oficialização de atividades industriais para fins bélicos. “Não tenhas dúvidas, os governos e as fábricas governamentais não dão resultados práticos. O governo deve ser um consumidor certo e exigente e com

condições de comprar e impor”. E continua: “A indústria privada, tendo o penhor do consumo, com pequenos favores de início, pode e deve fabricar isso (aeroplanos, rádios, metralhadoras, etc.) e com grandes vantagens” (Oswaldo Aranha a Góes Monteiro, 29/03/1935 apud CAMARGO, 1996, p. 90).

O texto a seguir é muito importante por sinalizar que, na concepção de Aranha, o poder civil tem primazia sobre o militar:

Para mim, ou enfatizamos o poder civil, pela forma que quiserem, ou cairemos dentro em breve no regime militar ou na desagregação. Imaginei, para evitar esses males, a organização de um instrumento capaz de agir no sentido civil, da unidade e da nacionalidade, que viesse servir de anteparo protetor do governo. Dei-lhe o nome de Legião, como poderia dar de Liga ou de União Nacional. Meu objetivo era o de organizar, através dessa instituição, a opinião civil, dando-lhe expressão, força e disciplina...

A ditadura, exercida sem autoridade, a despeito de discricionária, vai desprestigiando e enfraquecendo o novo governo e a opinião pública nacional, que lhe atribui não ter alterado a situação política, que voltará a ser a mesma, com os mesmos homens e processos, quando retornarmos ao período constitucional.

A estabilidade política só pode ser atingida pela organização do poder civil. A simples organização dos partidos políticos não é possível. Seria, apenas, uma *camouflage* dos antigos, com os mesmos males e finalidades. E dos males o maior é a inconsistência, a fraqueza. Seriam, como os que caíram, agremiações de apetites com um chefe sem autoridade... Mas os partidos verdadeiros devem ser criados. Eles são instrumentos legítimos da opinião das repúblicas. Precisam, porém, ser fortes. Para isso, precisamos de uma campanha cívica que dê ciência e consciência à opinião, para esta se organize de fato, de verdade (Carta de Oswaldo Aranha a Borges de Medeiros, 12/03/1931, apud CAMARGO, 1996, p. 78).

Em síntese, Oswaldo Aranha reiteradas vezes discursou em favor do liberalismo político – portanto, um crítico de medidas autoritárias ou autocratas, da colaboração pan-americana, da aproximação com os Estados Unidos como um “amigo natural” e do pacifismo da diplomacia brasileira.

Na trajetória que este capítulo apresentou de sua biografia, viu-se Aranha envolvido em golpe a um presidente eleito e assumindo uma importante pasta de em Estado altamente centralizador. É preciso salientar, primeiramente, que foi fundamental na visão de política externa de Aranha no tempo que passou como embaixador nos Estados Unidos. Os anos pós crise de 1929 são os anos de *New Deal*, ou seja, de uma ação do Estado sobre problemas socioeconômicos: o liberalismo vivenciado não era, portanto, um liberalismo clássico.

Convém constatar que a vida pública de Oswaldo Aranha foi a de um estadista que cultivava a admiração pela cultura cívica liberal. Sua presença no Estado Novo

era parte importante da estratégia de Getúlio Vargas diante do cenário internacional, pois visivelmente articulava-se bem com os Estados Unidos. Para além disto, há também o fato de que Aranha tinha um alinhamento com Getúlio e Góes Monteiro na reflexão de quais eram as necessidades nacionais e de seu papel como diplomata nessas negociações.

A atuação diplomática de Aranha pode ser comparada à do próprio Rio Branco, por fazerem uma leitura geopolítica e estratégica de aliança com os Estados Unidos. Diferente de Rio Branco, entretanto, Aranha tinha muito menos liberdade de atuação, esteve diante de um conflito mundial em que havia possibilidade de envolvimento do Brasil em batalha e enfrentava uma grande recessão mundial dos anos que se seguiram à crise de 29. Para Ricupero (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 08) “foi quase um milagre [Aranha] fazer o governo escolher os valores defendidos pelas democracias ocidentais na guerra contra nazistas e fascistas”.

Quando Raymond Aron (2002, p. 54) explica sua teoria da unicidade entre diplomacia e estratégia considera “o diplomata” como um agente político que representa a unidade diplomática do Estado, podendo ser o próprio chefe de Estado ou o ministro das Relações Exteriores que é encarregado de persuadir o outro através do poder de convencimento. Essa persuasão se desenrola à sombra da guerra, “para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre Estados implicam essencialmente na guerra e na paz”.

Em seu prisma realista, Aron denota que a guerra é sempre um horizonte considerado pela diplomacia e diferentes momentos viu-se Aranha fazer uso deste recurso. Tendo claro dentro principais campos de decisão da política externa brasileira quais eram os interesses nacionais, Aranha explorou estas possibilidades com os Estados Unidos, não no sentido de ameaçá-los com a guerra, obviamente, mas no sentido de fazer uso da guerra em curso na Europa para obter as benesses dos estadunidenses ao Brasil, como, por exemplo, em 1941: “ ‘Vocês, americanos, mantêm conversações conosco, enquanto os alemães nos dão armas’ afirmou Aranha a Caffery, ressaltando que ou os Estados Unidos propunham algo de mais concreto ou, do contrário, os chefes militares empurrariam o Catete para o colo de Hitler” (NETO, 2012, p. 371).

Vê-se, portanto, que não era apenas Vargas quem fazia “jogo duplo” ou praticava “equidistância pragmática”, usando-se de seu diplomata e de seu soldado para justificar sua polarização. O próprio Aranha fazia disto sua ferramenta política de negociação, de onde pode-se ver uma unicidade na concepção de política externa praticada no Estado Novo.

3. O SOLDADO

“Só a educação sistematizada, difundida, nos dará energias morais para construir os alicerces imprescindíveis de nossa defesa e quem for brasileiro se erga para a luta, para a conquista da unidade espiritual e para a conquista econômica, [...] visemos objetivos longínquos de necessidades coletivas”

Góes Monteiro, em palestra na sociedade Amigos de Alberto Torres, s/d.¹¹

Importante na história do Exército Brasileiro, Góes Monteiro foi um dos protagonistas nos acontecimentos que envolvem a Era Vargas, participando ativamente do Golpe em 1930, da repressão ao levante de 1932, da Constituinte, defendendo a Lei de Segurança Nacional, da repressão aos combatentes da ANL e depois da AIB, do golpe de 37, do alinhamento com os Aliados e, por fim, da deposição de Vargas em 45. Mas para além da contribuição de sua ação política, Góes tinha uma visão única da atividade do Exército na vida pública brasileira. Esta seção pretende analisar as nuances da vida política e do pensamento de Góes Monteiro.

3.1 FORMAÇÃO E FASE LEGALISTA

Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em São Luís do Quintude, interior do estado de Alagoas, em 1889. Filho de proprietários de engenhos de açúcar em decadência, o mais velho de nove irmãos investe na carreira militar: aos catorze anos parte para o Rio de Janeiro, então capital federal, para estudos na Escola Militar do Realengo. Em 1906, iniciou seus estudos na Escola de Guerra de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O militar integrou a infantaria e, posteriormente a cavalaria do Exército em diversas cidades do Rio Grande do Sul, se tornando 2º Tenente em 1914. Dois anos

¹¹ Grafia atualizada. *Apud* SUANO, 1999, p. 149.

depois, casou-se com conceição Saint Pastous, de uma família tradicional de Alegrete (RS), regressando ao Rio de Janeiro neste mesmo ano. De volta à capital, aprofunda seus estudos em engenharia militar e se interessa, particularmente, pelo legado das táticas utilizadas pelo exército alemão e que foram divulgadas com entusiasmo pelos Jovens Turcos¹². Em um depoimento feito ao jornalista Coutinho (1956), Góes diz deste período como “autodidatismo em assuntos militares, principalmente depois que me deixei empolgar pelos ensinamentos do exército alemão em questões de tática e organização” (Coutinho, 1956, p. 2).

Foi promovido à 1º tenente em 1919 e, em 1921, participou dos cursos de aperfeiçoamento ministrados pela missão militar francesa¹³, que foi chefiada pelo general Maurice Gamelin. A partir de 1922, dá-se início a uma fase legalista que, de maneira sucinta houveram três episódios mais importantes.

O primeiro episódio se passa quando Góes estava cursando a Escola do Estado-Maior, em 1922: conhecida como Revolta do Forte de Copacabana. O primeiro grande movimento tenentista remonta um cenário complexo da sucessão do presidente da república Arthur Bernardes, da qual Epiácio Pessoa foi vitorioso. Sem a simpatia do Exército, as manifestações de militares contrários à Pessoa foram duramente reprimidas. Sobre o estado do Pernambuco foi decretada intervenção sobre os tenentes que se manifestaram sobre questões da sucessão estadual.

O então presidente do clube militar, Hermes da Fonseca, aconselhou o chefe da guarnição federal daquele estado a não acatar as ordens do presidente e por esse motivo teve, ele próprio sua prisão decretada por seis meses a mando do presidente Pessoa. Contra essa prisão, manifestações aconteceram em diversos estados, mas o desfecho da revolta no Forte de Copacabana teve grande repercussão. Góes não participou ativamente da repressão, mas assumiu o lado da legalidade no conflito (CPDOC/DHBB, *Góes Monteiro*, 2001).

¹² Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que, a partir de 1913, se destacou por seu engajamento no processo de modernização do exército nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e, ao retornarem a seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista.

¹³ Missão de instrução militar enviada ao Brasil pelo governo francês com o objetivo estudar a situação e as necessidades de modernização do Exército brasileiro. Os primeiros militares franceses chegaram em março de 1920 e a atuação da Missão se estendeu até 1940.

O segundo episódio ocorreu no Rio Grande do Sul, no ano seguinte: derrotados nas urnas e acusando o governo de fraudes e autoritarismo, os membros do Partido Federalista organizaram uma luta armada para depor o presidente do estado, Borges de Medeiros, do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. O ainda primeiro-tenente Góes Monteiro foi confidencialmente convidado a preparar um plano de defesa do governo federal em apoio ao governo gaúcho.

O plano elaborado por Góes e sugerido ao instrutor-chefe da brigada Militar Gaúcha, capitão Emílio Lúcio Esteves, previa a organização de combatentes a partir da estrutura de poder local: os caudilhos e chefes políticos que apoiavam Borges formariam, junto aos trabalhadores de suas fazendas “corpos provisórios”, que receberiam rápido treinamento militar para operar contra os revoltosos (DHBB, Góes *Monteiro*, 2001). Após confrontos de janeiro a novembro, o conflito é encerrado com mediação do Governo Federal: Medeiros permanecia na presidência do estado no referido mandato, mas estaria vetada mais uma reeleição. O prestígio de Góes foi adquirido pelo seu destaque nos estudos da Escola do Estado-Maior do Exército e seu conhecimento da territorial, político e militar do Rio Grande do Sul.

Em 1924, o militar foi promovido à capitão e nomeado professor-estagiário do Escola do Estado-Maior. Neste ano, foi deflagrado um levante na capital paulista liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, que exigia junto aos tenentes que os apoiavam, a renúncia do presidente Arthur Bernardes. Góes Monteiro participou da reação federal à revolta, colaborando na organização do cerco à cidade de São Paulo. Após a resolução desta questão, o capitão Góes Monteiro se articula nos anos seguintes nas operações reativas às colunas tenentistas comandadas por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes.

Nos anos seguintes, Góes oscilava em lecionar na capital do país e auxiliar as tropas federais na perseguição à Coluna Prestes. Promovido à major, trabalhou também como chefe de gabinete do general Álvaro Guilherme Mariante, diretor da Aviação Militar do Exército. A biografia de Góes Monteiro organizada pelo CPDoc, até este momento da trajetória do militar, depreende que este não era alinhado com os interesses específicos da bancada do Rio Grande do Sul ou com as insatisfações com o regime republicano tais quais manifestavam os tenentistas, como podemos ver a seguir:

Em julho de 1929, exatamente no dia em que José Antônio Flores da Cunha deveria entregar ao presidente Washington Luís a carta de Vargas que oficializava o rompimento político do Rio Grande com o governo federal, Góis Monteiro dirigiu-se a um hotel da rua do Riachuelo, no Rio, para avistar-se com seu amigo Emílio Lúcio Esteves e seu cunhado Antônio Saint Pastous, que haviam chegado de Porto Alegre. Góis alcançou a portaria do hotel no momento em que quase todos os membros da bancada gaúcha, que ali se hospedavam, comentavam os acontecimentos do dia. Amigo de grande parte deles, Góis foi cumprimentá-los e os fotógrafos dos jornais aproveitaram para fixar os flagrantes mais expressivos. No dia seguinte sua foto apareceu estampada em vários periódicos que o davam como participante de uma reunião de líderes oposicionistas. O fato não deixou de causar preocupações ao general Mariante, pois o ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, havia proibido a presença de oficiais em atos ou solenidades de cunho político (DHBB, *Góes Monteiro*, 2001).

3.2 REVOLUCIONÁRIO, GENERAL, MINISTRO

Em janeiro de 1930, Góes Monteiro assumiu o comando do 3º Regimento de Cavalaria Independente em São Luís das Missões, perto de São Borja, no Rio Grande do Sul. Ao chegar no estado em recepção organizada por seu cunhado Saint Pastous, uma liderança política gaúcha, foi conduzido por este a um encontro extraoficial com Oswaldo Aranha. Estes, então, teriam lhe colocado a par das tensões envolvendo o rompimento do Rio Grande do Sul com o governo federal e a candidatura de Getúlio Vargas. As lideranças gaúchas preparavam-se para um levante e procuravam um líder militar para tal insurreição. Formalmente, Góes ainda se encontra com Getúlio Vargas, então presidente da província rio-grandense.

A chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa foi derrotada nas urnas em março pelo candidato paulista Júlio Prestes. A conspiração, entretanto, parecia ter arrefecido: o próprio Oswaldo Aranha havia se afastado da liderança de um possível golpe. Em 26 de julho de 1930, o ex-candidato à vice-presidente pela Aliança Liberal, João Pessoa foi assassinado na Paraíba: este foi o marco da retomada das pretensões de assumir, por outras vias, a presidência da república. Neste momento, de acordo com o CPDOC/DHBB o próprio Góes Monteiro já havia aceitado o convite de Aranha – já de volta à articulação por perceber a possibilidade maior do sucesso, se aproveitando do incidente – para liderar militarmente o levante.

Entre 3 de outubro e 10 de novembro, o cenário foi de agitação e enfrentamentos para a concretização do plano de tomada da presidência. Juarez Távora liderava as tropas à nordeste-norte, enquanto Pedro Ernesto Batista e Virgílio de Melo Franco no distrito federal faziam o contato com as lideranças gaúchas. Ainda havia o apoio do recém-eleito presidente do estado de Minas Gerais, Olegário Maciel. Enquanto Getúlio Vargas foi considerado cabeça desse movimento pró-golpe, Góes Monteiro assumiu a chefia do estado-maior das forças revolucionárias. Conforme declarou:

até [...] metade do ano de 1929, eu era apontado como o “Herói da Legalidade”, sobretudo nos círculos militares. Mas, por um desses contrastes da vida, ou caprichos [...] a quase totalidade dos oficiais rebeldes que eu havia combatido e outros que foram meus prisioneiros, dentro de pouco mais de um ano, juntamente com a outra parte da oficialidade, a mais jovem do Exército, iria marchar vitoriosamente, sob meu comando, para derrubar um governo que eu havia defendido com o máximo de energia e convicção [...] (COUTINHO, 1955, p. 48).

Mccain (2007, p 362) ressalta a influência da família e da parentela para esta decisão de Góes. De acordo com o autor, Oswaldo Aranha teria orquestrado uma campanha de pressão com seus familiares – o genro de Góes Monteiro, Antônio Saint-Pastous, era primo de Aranha.

Oswaldo Aranha providenciou para que Góes se encontrasse com Vargas, que relembrou seus dias de estudante. Aranha sondou-o, comentando: “Tu deves saber que as eleições vão ser fraudadas e nós vamos fazer um movimento revolucionário para acabar com esse sistema oligárquico que domina e oprime o Brasil”. Góes não fez caso dos apelos e replicou: “Sou um oficial legalista, venho comandar uma unidade no Rio Grande do Sul e não tenho razões para mudar de opinião”. Obviamente ele tinha, sim, suas razões, e acabaria cedendo. Mas deve ter sido uma situação difícil, poderia manter-se leal ao exército e ao regime que jurara defender, mas julgava danoso ao Brasil, ou arriscar sua vida e sua carreira (Idem).

O primeiro passo foi enfrentar os setores militares, que ficaram ao lado da legalidade dentro do próprio estado gaúcho, seguindo para Santa Catarina e Paraná. Em 25 de outubro, foram informados que o levante no Rio de Janeiro tinha culminado na deposição do então presidente, Washington Luís: o país estava sendo governado interinamente, pela junta constituída pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha, até a chegada de Vargas ao Distrito Federal.

O Boletim número 1 das Forças Revolucionárias, assim, registra os acontecimentos do dia 3 de outubro:

Camarada! O dia hoje fulgurará nas páginas radiosas da história pátria como um dos mais gloriosos, um daqueles que hão de atravessar os tempos porvindouros com uma perene acentuação coeva ou como uma dessas recordações immorríveis que passam a constituir um pedaço mesmo da nossa própria alma. [...] João Neves, Lusardo, Aranha, Flores, Assis, Borges, Américo, Maurício de Lacerda, Antônio Carlos, Olegário Maciel, Assis Chateaubriand, Maurício Cardoso e muitos outros ainda não se tinham entregue a descanso, não haviam nunca esmorecido. Velavam pela Pátria, concertavam planos, ligavam-se aos bravos de 22 e 24, agremiavam novos elementos e incumbiam esse extraordinário GÓES MONTEIRO, esse Moltke¹⁴ do Brasil contemporâneo, de organizar tecnicamente o movimento que aniquilaria o despotismo e regeneraria a República. [...] Marcado para deflagrar, hoje, às 17 horas, operou-se ele com uma eficiência, um vigor e um patriotismo insuperáveis, sob o comando supremo de GETÚLIO VARGAS, ARANHA E FLORES DA CUNHA, tendo como CHEFE DO ESTADO-MAIOR aquela brilhante figura do nosso Exército. (AN – FGM, SA 791-1, p. 11-16, apud FRANCO, 2010, P. 137).

Sob a liderança de Góes, os oficiais aderiram à Revolução em concordância com a crítica tenentista de que um pequeno grupo paulista controlava todo o sistema político. A situação militar deprimia muitos oficiais, conforme afirmou Góes (MCCAIN, 2007, p. 367), faltavam líderes, soldados, material e a revolução representaria a “regeneração nacional”.

Góes tinha talento para expressar ideias que eram aceitáveis ou estavam latentes na mente de muitos oficiais que desejavam ver o país mudado, mas se opunham a movimentos populares e duvidavam da capacidade da elite para fazer revoluções. Para ele o objetivo era uma revolução militar que mudasse o menos possível a situação social. O povo deveria ser observador passivo, não participante ativo. Góes tinha incômodas dúvidas da capacidade do Brasil de fazer uma “revolução útil” O que aconteceria quando as multidões saíssem às ruas? E, ponderado, alertava: “as revoluções sempre conduzem ao ignoto. As cousas raramente se passam como a gente quer”. (MACCAIN, 2007, p. 368)

Entretanto, Góes conduziu o processo revolucionário como planejado, montando um quartel-general secreto, conseguiu manter o papel de chefe do estado-maior revolucionário oculto de seus superiores e dos oficiais não-simpatizantes e conduziu as forças rebeldes ao objetivo da derrubada de Washington Luiz.

Após instalarem o Governo Provisório, as principais lideranças civis e militares do movimento se reuniam diariamente no palácio do Guanabara, para avaliarem as contas do movimento e para identificar e planejar represálias às possíveis ações revanchistas de políticos, que haviam sido prejudicados pelo processo que levou

¹⁴ O texto faz referência a Helmuth von Moltke (1800-1891), militar que liderou uma numerosa divisão do Exército Prussiano na Unificação Alemã e na Guerra Franco-Prussiana, celebrado como herói nacional por arquitetar as vitórias sobre a Dinamarca (1864), Áustria (1866) e França (1871). Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Helmuth-von-Moltke>. Acesso em 13/01/2020.

Getúlio ao poder (NETO, 2013, p. 63). Essas reuniões foram chamadas pela imprensa da época de “gabinete negro”.

Góes tomava parte nessas reuniões, das quais participavam ainda o general José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra, o almirante Ari Parreiras, interventor no estado do Rio, Pedro Ernesto Batista, interventor no Distrito Federal, Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, José Américo de Almeida, ministro da Viação, o major Juarez Távora e, quando encontrava-se no Rio, o capitão João Alberto, interventor em São Paulo. Em geral essas reuniões eram presididas pelo próprio chefe do Governo Provisório (DHBB, Góes Monteiro, 2001).

Das reuniões que aconteceram nesta ocasião surgiram duas iniciativas. A primeira foi a Legião de Outubro, com as lideranças supracitadas, que lançaram um manifesto de suas ideias em fevereiro de 1931. O manifesto (ver na íntegra no Anexo II) mesclava ideias de Alberto Torres, Oliveira Viana, Olavo Bilac, Graça Aranha e Euclides da Cunha, mas o projeto não chegou a se concretizar, tangido por muitas divergências ideológicas e de formas de ação. O manifesto expressava que a legião tinha sido fundada:

Para defender os princípios e ideias revolucionários e portanto para reorganizar os princípios políticos e sociais do Brasil. É natural que sejam os princípios da Legião o farol iluminador dos nossos governos que nelle encontrarão maior apoio para a prática da verdadeira democracia e a força necessária para destruir os vícios e erros que estão gangrenando todas as células do organismo nacional (Jornal *A Razão*, 06 de abril de 1931)

Para atingir seus objetivos, os legionários identificaram no manifesto quais eram os inimigos a serem por eles enfrentados: a) os dependentes do “velho regime”; b) os dependentes “das imperfeições do próprio regime revolucionário” e; c) os inimigos externos, de organizações estrangeiras.

Apresentaram também qual programa de ação para atingir seus objetivos, seja pela ação política e pela ação educativa. No primeiro tipo de ação, a Legião se apresenta como canal para estudar os problemas nacionais e propor soluções, além de um “intermediário natural entre o povo e governo brasileiro para estabelecer o equilíbrio entre ambos”. Na educação moral e cívica, um plano de ação para difundir a ideologia da Aliança Liberal. Convém, por fim, destacar também quanto aos militares:

Manter o espírito militar predisposto à mobilização sempre que exigir a defesa da vitória revolucionária e dos ideias regeneradores que a geraram; organizar os quadros regulares de milícias em reserva, a postos para mobilização efetiva; estudar as possibilidades e manter em prontidão o

processo adequado à mobilização industrial e econômica, bem como, no que se refere a questão do transporte, de abastecimento geral e provisionamento bélico (*Idem*).

A segunda iniciativa de organização versa sobre o tenentismo. Sob o clima de intensificação da participação dos jovens militares nas questões políticas – e de seu apoio essencial na tomada do poder em 1930 –, as lideranças planejaram um espaço em que os temas da política nacional pudessem ser debatidos sem afetar a dinâmica hierárquica do Exército, ou, para usar um termo dos próprios correligionários: “não contaminassem o Exército com a política”.

De acordo com o próprio Góes Monteiro (apud COUTINHO, 1956, p. 150): “Nos primeiros meses do novo Governo, havia, praticamente, como uma espécie de Exército duplo: o que obedecia diretamente às ordens do G.Q.G (Grande Quartel General) revolucionário e o que obedecia ao Ministério da Guerra”. Segundo as análises de José Murilo de Carvalho (1982, p. 110-111), ao menos duas clivagens perpassavam a organização: uma mais horizontal, distinguindo praças de oficiais; outra vertical, distinguindo intervencionistas reformistas dos neutralistas, estes em geral mais conservadores. Estes militares reformistas que vivenciaram a Revolução de 30 não conseguiram, de imediato, controlar a estrutura militar oficial, incluindo o Clube Militar, o que os incentivou à criação de um Clube Próprio, o Clube 3 de Outubro.

Em linhas gerais, defendiam irrestritamente o Governo Provisório de Vargas e um adiamento da reconstitucionalização do país. Os posicionamentos do Clube tinham considerável influência sobre Vargas, algumas indicações de interventores nos estados durante o Governo Provisório advieram do Clube, que manteve seu funcionamento até 1935 (NETO, p. 182). Uma das finalidades do clube seria amenizar as agitações políticas dos quartéis, tentando impedir que os “tenentes” continuassem agindo negativamente nos regulamentos disciplinares.

Góes Monteiro foi o primeiro presidente do Clube 3 de Outubro, ocupando ainda esse posto foi promovido a coronel e, em menos de dois meses, em general-de-brigada, em 1931, quando a presidência do Clube foi para o exercício de Pedro Ernesto.



Imagem 7: Diretoria do Clube 3 de Outubro, vendo-se Pedro Ernesto e Góes Monteiro (sentados ao centro), 03/10/1931 (CPDOC/Arquivo Ernesto Batista/ PEBFOTO032).

A tensão entre o oficialato se intensificou com a publicação da lista de promoções de agosto de 1931, pois muitos dos tenentes revolucionários foram promovidos em detrimento dos que adotaram uma postura legalista no período revolucionário. Os revolucionários foram apelidados pejorativamente de “picolés”, por terem sido promovidos muito rapidamente e se comportarem de forma fria diante dos legalistas. Estes receberam o apelido de “rabanetes”, insinuando serem revolucionários de ocasião, sendo a coloração vermelha do movimento apenas externa, como a dos legumes (HAYES, 1991, p. 160).

Os conflitos internos dentro do Exército eram uma questão prioritária para a estabilidade do novo governo, conforme lembra José Murilo de Carvalho:

O Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos estados. A rivalidade tinha sido esquecida durante a luta, mas ressurgiu logo depois. (CARVALHO, 2005, p. 64).

A ascensão de Góes foi o primeiro passo para a inserção da ideologia do movimento liderado por Vargas dentro da cúpula do Exército. O golpe de 1930 havia

quebrado a hierarquia e a maioria absoluta foi promovida em governos anteriores, portanto, desconfiados das ameaças do Governo Provisório à organização das Forças Armadas. Em 1931, Vargas tentou nomear Góes chefe do Estado Maior do Exército, mas teve que voltar atrás devido à reação da cúpula (Idem, pág. 82). No ano seguinte, Góes foi promovido a general-de-divisão, posto mais elevado, à época, em tempos de paz.

Muitas críticas foram feitas à sua rápida ascensão na hierarquia militar. Em 1977, Ernani Amaral do Peixoto deu uma entrevista ao CPDOC na qual compartilhou sua leitura das promoções de 1931, na qual Góes foi contemplado:

O Góis foi promovido coronel e logo em seguida espalharam que ele ia ser promovido à general. Numa reunião do Clube 3 de Outubro eu ouvi uns capitães e tenentes dizerem o diabo de Góis a respeito da promoção dele: 'o senhor será desmoralizado se for promovido. O senhor não pode comprometer a Revolução. Não é possível!' Isto foi dito pelo capitão Meira, que era prefeito de Niterói e um homem muito violento. E o Góis se defendendo: 'Não quero! Já falei com o presidente que não aceito'. Mas acabou sendo promovido. E era natural que fosse, porque realmente ele seria o elemento revolucionário no meio dos generais mais antigos. E ele era um homem que tinha todas as qualidades intelectuais para o generalato (SUANO, 1999, p.10).

A primeira designação de comando ao general Góes foi para 2º Regimento Militar, com sede em São Paulo, onde a tensão política estava intensa: as elites tradicionais paulistas, afastadas do poder desde o golpe de 1930, e os tenentistas revolucionários não se conciliavam com as decisões do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em 1932, a Frente Única Paulista (FUP), uma união estratégica entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) passa a exigir outro general para o 2º Regimento – ao que o Governo Federal atende.

Entretanto, tanto tenentistas de São Paulo quanto a FUP passam a se articular numa insurreição armada. Suas principais exigências eram o fim da intervenção na presidência do estado e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Entre julho e outubro, ocorre o levante armado e Góes Monteiro recebe destaque na liderança da repressão aos paulistas. Getúlio, por sua vez, atuou também na diplomacia, cedendo a convocação da Assembleia Constituinte e trocando o interventor de São Paulo por um líder paulista, mais neutro diante das antigas oligarquias que os revolucionários de 1930.



Imagem 8: Góes Monteiro com Maria Capanema, Eurico Gaspar Dutra e outros, durante banquete das Missões Militares no Copacabana Palace. Rio de Janeiro, 10/09/1941 (CPDOC/ Arq. GC foto 228).

Por um paradoxo, foi o levante legalista de São Paulo, em 1932, que ofereceu ao governo a oportunidade da renovação da cúpula militar de maneira brusca, pois diferente do levante de 1930, que depôs Washington Luís, neste não houve quebra de hierarquia e alto oficialato estava diretamente envolvido e foi punido. Os dados levantados por José Murilo de Carvalho (2005) demonstram o alcance dessas substituições:

Havia ao todo em torno de 15 generais-de-divisão e 25 generais-de-brigada. Entre 1930 e 1933 foram, por uma razão ou outra, excluídos 14 generais-de-divisão e 18 generais-de-brigada. No mesmo período, foram nomeados dez novos generais-de-divisão e 26 novos generais-de-brigada. Desses 26, dez foram promovidos em 1931 e dez em 1932, logo após a Revolução Constitucionalista. Assim, é que em 1935 todos os generais-de-brigada já tinham sido promovidos pelo governo revolucionário (Carvalho, 2005, p. 83).

A cúpula militar que se consolida em fins de 1933, mantinha certa homogeneidade ideológica (a custas de expurgos de pensamentos divergentes) e uma coesão sob a liderança de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. A aliança entre

essas duas figuras é essencial para a compreensão da política militar no Estado Novo. Para Carvalho (2005, p. 85), Góes e Dutra se complementavam: aquele era um estrategista e importante formulador da política militar, respeitado dentro da instituição e este era “um executor implacável desta política”.

José Murilo de Carvalho (1983), analisa a relação de Vargas com os militares considerando-a, do ponto de vista da nacionalização da política brasileira, um processo retomado na década de 1930 após a experiência federalista bastante desagregadora da Primeira República. Para ele, a “nacionalização da política” inclui pelo menos três dimensões: a criação de atores nacionais, de uma agenda nacional e de um centro nacional decisório forte.

Em sua análise, trata a importância política de Góes que foi, no período 1930-45, ministro da Guerra por duas vezes e chefiou o estado-maior do Exército por mais de seis anos e de Dutra, que foi ministro da Guerra por oito anos. Além disso, ambos foram presidentes do Clube Militar. Sobre a renovação da cúpula militar ocasionada pelo rearranjo varguista o autor afirma:

Assim é que em 1935 todos os generais-de-brigada tinham já sido promovidos após a revolução. Deste grupo, particularmente dos que tiveram sua lealdade testada durante a revolta paulista, saiu praticamente toda a liderança militar até 1945. (...) A união do grupo era reforçada pela liderança de Góis Monteiro e de Eurico Dutra. O primeiro certamente teve papel decisivo inclusive na escolha dos novos generais, dada sua posição de oficial revolucionário mais graduado (...) e o grande acesso que tinha a Getúlio Vargas. Góis e Dutra completavam-se: o primeiro era o estrategista, o formulador da política militar da época; o segundo era o implacável executor desta política (CARVALHO, 1983, p. 132).

O general Góes Monteiro participou do anteprojeto que serviu de base para Assembleia Constituinte, eleita no ano seguinte. Nessa comissão, sobressaem-se quatro posicionamentos: 1. Votou favorável à distribuição de cadeiras da Assembleia Constituinte por classes; 2. Nas questões da constituinte que versavam sobre a Defesa Nacional, Góes se posicionou favorável à anistia dos militares paulistas que participaram do levante de 1932, como uma forma de apaziguar as rivalidades dentro do Exército, e também defendeu um critério meritocrático para as promoções na carreira militar, uma forma de blindar interferências da política; 3. Apesar de inicialmente ter argumentado contra, acabou por votar favoravelmente ao direito de voto dos militares; 4. Foi contra a extinção das forças policiais dos estados, bem como

da sua federalização, alegando ônus para o orçamento da União (DHBB, *Góes Monteiro*, 2001).

Em 1934, Vargas nomeou Góes Monteiro como seu Ministro da Guerra. Dentro da narrativa autobiográfica que Góes construiu nas entrevistas com Coutinho, em 1956, o general se disse desconfortável com a nomeação. Para Maccain (2007, p. 388), a nomeação de Góes teria sido um exemplo do “hábito de Vargas de ter os potenciais aspirantes ao poder em sua órbita próxima, tão intimamente envolvidos que acabavam neutralizados e cooptados. O general logo se tornou um ardoroso defensor da revolução e dos tenentes”. Outros autores, como Silva (2005), corroboram essa ideia de que fora essa uma manobra de Getúlio para já acalmar os boatos de que Góes seria um dos próximos candidatos à presidência da república nas eleições que se aproximavam.

Assim disse Góes a esse respeito:

Solicitei com certa veemência que não a consumasse. Respondeu-me o Presidente que o decreto de nomeação já se achava em via de publicação no Diário Oficial e que ele não o cancelaria. Retruquei que [...] feria meus melindres ter de aceita-lo da forma como era colocado em minhas mãos – uma espécie de imposição. O Sr Getúlio, sempre sorridente, levantou-se e disse-me, pausadamente: “Se é disso somente que o senhor vem tratar comigo, estamos entendidos e o assunto encerado. Vá preparar-se para assumir o seu novo posto [...] Não tive outro remédio senão despedir-me e tomei posse no mês de janeiro de 1934, verdadeiramente acabrunhado” (COUTINHO, 1956, p. 255).

O nome do general, de fato, foi lançado nas discussões da Assembleia Constituinte para concorrer às eleições indiretas para a presidência da república nesse ano de 1934. A indicação foi feita por um deputado do Partido Republicano Mineiro (PRM), Cristiano Machado, e foi apoiada por esparsos opositores de Vargas. Ocorreu que entre os deputados da oposição, a maior parte era composta por constituintes paulistas que, portanto, não se entusiasmou em endossar a candidatura do militar que foi responsável pela dura repressão das milícias do Levante de 1932 no Vale do Paranapanema e Serra da Mantiqueira.

O próprio Góes teria se entusiasmado com a ideia, buscando apoio dentro do Exército para tal candidatura. A fim de agradar possíveis parlamentares, o ministro da Guerra tentou efetuar modificações em alguns comandos militares. Nos escritos de Getúlio Vargas consta que o militar Flores da Cunha, então interventor do Rio Grande

Sul, teria alertado Getúlio de tal manobra, de modo que o presidente se prevenisse de surpresas de seu ministro. A candidatura arrefeceu em meio a estas dificuldades.

Em correspondências com o capitão Pedro de Magalhães Filho, um oficial da Força Pública do Estado de São Paulo, pode-se compreender melhor o posicionamento do Clube 3 de Outubro em relação à candidatura de Góes:

Tendo sido levantada a candidatura de V. Excia à Presidência da República, pelo Club 3 de Outubro, pelo Partido Evolucionista e pelo Sr. Christiano Machado deputado por Minas, em nome do Partido Republicano Mineiro, e agora V. Excia pelos jornais em entrevistas declarando não concordar com a sua candidatura, o abaixo assinado vem pelo presente, à presença de V. Excia para pedir a ela não se opor, porque para o bem do Brasil V. Excia não tem o direito de a recusar, mesmo que rolem cabeças, pois se tal acontecer, é porque é preciso. [...] Sr Ministro, V. Excia, como cidadão de grande saber e merecimento, estimado como cavalheiro puro e honesto, sendo como é, a encarnação mais completa, mais vibrante e mais autêntica dos fundadores da República nova, não pode recusar para felicidade da Nação, o sacrifício que o povo lhe quer impor, qual seja o de aceitar a Presidência da República, pois a nova República precisa de um homem forte como V. Excia, para governa-lo e [...] (AN – FGM, SA 218-1-1, 1934, p. 321).

Ao que Góes Monteiro respondeu:

Agradeço do fundo do coração, as bondosas referências feitas à minha pessoa, e devo declarar-lhe que elas servem não para me envaidecer, porque reconheço o meu lugar, minha capacidade e minhas possibilidades, mas confortar-me, principalmente sob o ponto de vista moral. Nunca aspirei nem aspiro a elevada função de Chefe da Nação. Acostumado, desde a infância, ao trabalho impessoal, logo que ingressei no Exército a ele tenho dado todas as minhas energias e espero continuar a trabalhar em prol de sua grandeza (AN – FGM, SA 219-2, p. 324).

O trabalho de Sérgio Murilo Pinto (1999) traz duas opiniões de duas figuras que conviveram na cúpula de Vargas e dos acontecimentos dos anos 30 que divergem dessa neutralidade adotada por Góes. Primeiramente, Nero Moura, que era piloto de Vargas durante o Estado Novo e chegou a ser Ministro da Aeronáutica em seu segundo Governo, assim afirma:

O Góis era um político fino, inteligente e honesto. Agora, tinha uma ambição: ser presidente. Mas nunca conseguiu ser e ele tinha força para isso, o Exército inteiro o respeitava. Desde 30 ele tinha ascendência sobre todo o pessoal do Exército. Ele conduzia os generais todos a seu bel-prazer e de acordo com o Getúlio (LIMA, 1986, apud PINTO, 1999, p. 294).

Por sua vez, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960 apud PINTO, 1999, p. 294), a filha de Getúlio, acreditava que o não-engajamento de Góes nesta candidatura fizesse parte velada da pretensão centralizadora de Góes no governo de Getúlio: “Seu sonho sempre foi implantar no Brasil [...] um governo tutelado pelo Exército do qual

seria ele o fiador. [...] Em 1934 tentou ser o amigo perigosamente indispensável e não candidato à Presidência, como supus inicialmente”.

Dias antes da eleição de julho de 1934, Góes apresentou sua renúncia à disputa pelo cargo presidencial, reafirmando sua lealdade a Vargas, mas admitindo que fora desencaminhado “por falsos amigos em uma sórdida intriga contra o Exército” (MACCAIN, 2007, p. 433).

Sua atuação como Ministro da Guerra, de acordo com o levantamento dos historiadores do CPDOC foi permeada de tensões políticas. Dentro das lideranças do movimento vitorioso em 1930, Góes se desentendeu com Flores da Cunha e Pedro Ernesto, estes o consideravam um bonapartista pela forma como impunha suas decisões nos órgãos que atuava.

A Câmara dos Deputados, aquela eleita em 1934, era muito mais combativa que a constituinte: contava agora com antigos adversários de Vargas que, anistiados, conquistaram mandato parlamentar, de modo que as tensões políticas se intensificaram. O legislativo, responsável constitucionalmente pelos reajustes dos salários públicos, entre eles os dos militares, condicionavam os reajustes à disponibilidade do Tesouro e a morosidade nas decisões, sendo vistas como um menosprezo da classe política à classe militar. Ainda enquanto ministro, Góes Monteiro criticou as assembleias do Clube Militar que discutiam reajuste do soldo, pois, segundo ele, não estariam em conformidade com os padrões disciplinares.

Góes trabalhou como ministro da Guerra até maio de 1935, alegando estar sendo vítima de uma campanha de difamação por parte dos correligionários do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Segundo o general (CPDOC/DHBB, *Góes Monteiro*, 2001), ele havia percebido que Flores da Cunha ainda era um importante pilar de sustentação para Vargas e achou cabível o pedido de demissão, sendo substituído pelo general João Gomes Ribeiro Filho.

Apesar de não estar atuando num cargo político propriamente dito, Góes participava ativamente das decisões estratégicas da cúpula de Vargas, sendo solicitado pelo presidente constantemente. O general incentivou o governo central a ser mais centralizado, propondo o fechamento da Aliança Libertadora Nacional (ANL), uma frente de esquerda que reunia diferentes setores com propósitos de

enfrentamento ao fascismo e ao imperialismo. Em novembro deste ano, Góes participou ativamente, portanto, da repressão ao levante armado que setores da ANL promoveram no 3º Regimento da Infantaria, na Praia Vermelha do Rio de Janeiro.

O general Góes Monteiro, em seu voto escrito na discussão acerca da punição aos responsáveis pelo levante de 1935, atribuiu à Constituição de 1934 a abertura para que o evento ocorresse, o qual ele denomina “a mais terrível crise pela qual passou a nossa Nação”.

Reconheçamos a priori que a atual Constituição ou se torna inexecutável e violável, ou nos arrastará à perda definitiva. Sem mudá-la ou reformá-la, impossível será garantir o Estado brasileiro e manter em bom ponto as condições da segurança nacional. O governo é responsável por esta segurança e a ele compete tomar medidas e decisões, das quais seremos simples executantes (MOURA, 1935, apud PINTO, 1999).

No ano de 1936, Góes Monteiro assumiu o cargo de inspetor das Regiões Militares do norte, a pedido do ministro da Guerra, João Gomes. Nesse ano, Vargas enfrentava um impasse com Flores da Cunha: o governador do Rio Grande do Sul recusava-se a dissolver os chamados “provisórios”, agrupamentos de milícias gaúchas armadas e treinadas pelo Exército Brasileiro para colaborar na repressão à rebelião paulista de 1932.

João Gomes desaprovava a ideia de intervenção no Rio Grande do Sul, mas Góes havia convencido Vargas que a manutenção das milícias eram “uma anomalia dentro do esquema de segurança nacional e frisou que a desativação dos ‘provisórios’ constituía tarefa da competência do Exército que não podia ser mais adiada” (CPDOC/DHBB, *Góes Monteiro*, 2001). Diante do impasse, João Gomes, figura próxima ao governador Flores da Cunha, foi destituído. O Ministério da Guerra foi entregue, então, à Eurico Gaspar Dutra e o general Góes Monteiro foi designado para ser o inspetor das Regiões Militares do Sul – os ‘provisórios’, no entanto só foram desarticulados com a instauração do Estado Novo no ano seguinte.

3.3 CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Em 1937, Góes Monteiro se torna presidente do Clube Militar e também chefe do Estado-Maior do Exército. Segundo McCain (2007, p. 513), a ocupação da chefia do Estado-Maior por Góes era parte de uma exigência de Dutra a Vargas, como condição para que permanecesse como Ministro da Guerra.

O pretexto para o recrudescimento do regime varguista e a instalação do Estado Novo, conhecido como “Plano Cohen”, ocorreu em setembro, alimentado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo eles, haveria um plano complexo de um levante violento dos comunistas no Brasil, patrocinados pela Komintern soviética. O suposto plano estava sendo datilografado por Olímpio Mourão Filho, quando o major Aginaldo Caiado de Castro tomou ciência e advertiu que o plano deveria ser de conhecimento do chefe do Estado-Maior, o general Góes Monteiro. Vale lembrar aqui que para Edmundo Campos Coelho (1976, p.99), o general foi “o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime. Sem ser estimado dentro do Exército, seu prestígio foi incontestável”, cuja política se caracterizou pelo nacionalismo e pela repressão.

O ministro da Guerra, Gaspar Dutra, o ministro da Marinha, Aristides Guilherme, o chefe do Estado Maior do Exército, Góes Monteiro, e o presidente da república, Getúlio Vargas, se unem em torno da instalação de um regime de exceção, o Estado Novo. Circularam no programa “Voz do Brasil” o suposto plano e insuflaram os riscos que ele representaria. Declarado o estado de guerra, o governo alegava que o a legislação vigente em um governo constitucional e o clima das eleições propiciariam o triunfo dos comunistas que supostamente estavam infiltrados nas mais diversas instituições políticas.

O Exército, com a anuência de Vargas, havia sendo reformado sistematicamente: o serviço militar se tornou efetivamente obrigatório, os reservas passaram a ser treinados, os sargentos foram desprofissionalizados, os oficiais foram homogeneizados e doutrinados e os dissidentes, expurgados. Sobre as lideranças dessas reformas, José Murilo de Carvalho assim se refere:

Esse grupo [um núcleo hegemônico de oficiais] formou-se a partir de 1932 e consolidou seu poder no golpe de 1937. Sua cabeça pensante era sem dúvida Góes Monteiro. Mas Góes era irrequieto, dispersivo, boquirroto, politicamente ambicioso. Além do mais, a morte trágica do filho em acidente de aviação em 1937 deixara-o psicologicamente abalado e com tendência para se exceder na bebida. Não tinha condições de administrar a realização

de suas próprias ideias. Teve, no entanto, a sorte de encontrar seu complemento perfeito no general Eurico Gaspar Dutra. Modesto, tímido, sem ambição política, sem pretensões intelectuais, outra era um executor, um administrador, um disciplinador, um homem da caserna. Seguiu as orientações políticas de Góes que, por sua vez, confiava totalmente em sua ação. Os dois ocuparam posições-chaves, desde 1933, no Ministério da Guerra, na chefia do Estado-Maior do Exército, e na presidência do Clube Militar (CARVALHO, 2006, p. 108).

Das muitas transformações promovidas pelo Estado Novo, nos atentaremos aqui às que tangem o Exército e a política externa militar. A tensão envolvendo a ascensão dos regimes totalitários e a probabilidade de um conflito em larga escala permeiam as diretrizes dos países. Em que pese o histórico de relações comerciais de equipamento bélico com a Alemanha e a admiração de parte do oficialato pela disciplina do exército germânico, é com os Estados Unidos da América que se deu a aproximação do Brasil durante o Estado Novo.

Ainda em 1936, o então presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, foi recebido por Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, por ocasião de uma escala rumo a Buenos Aires. Diversos acordos, sobretudo na área diplomática, visavam uma união estratégia das repúblicas americanas em caso de conflito.

Havia certa resistência da parte de Dutra e Góes nas trocas de visitas entre os chefes do EME do Brasil e dos EUA propostas pelo chanceler Oswaldo Aranha. O ministro da Guerra fez a objeção de que o exército brasileiro baseava sua doutrina nos ensinamentos da Missão Militar francesa e, por isso, teria pouco a prender com os americanos (HILTON, 1996, p. 306). Havia o fato de nosso exército estar se equipando com o armamento alemão. Da parte de Góes, houve a percepção de que a recusa à troca de visitas poderia gerar um desnecessário “mal-entendido”.

Líderes militares, sem entusiasmo pela viagem de Aranha a Washington para começar, ficaram ainda mais descontentes com a falta de benefícios tangíveis. Nem Dutra nem o Ministro da Marinha, Almirante Henrique Guilherme, participaram da comitiva oficial de recepção à Aranha quando ele chegou. Durante a última etapa da viagem de regresso de Aranha, outrossim, chegara a primeira remessa da artilharia encomendada à Krupp e, com cronometragem suspeita, Dutra programou uma recepção para Vargas no Arsenal de Guerra no dia seguinte à chegada do chanceler para comemorar o fato.

Foi em 1939, ano da deflagração da Segunda Guerra Mundial que a parceria se delineia: o subchefe do estado-maior estadunidense, general George Marshall, anunciou sua vinda para o Brasil em maio após os trâmites da chamada Missão Aranha. Em contato com chefe do estado-maior, Góes Monteiro, Marshall teria ficado impressionado com a falta de preparo das forças brasileiras, carentes de equipamento e treinamentos modernos, além de questionado o material bélico adquirido da Alemanha.

Marshall sugeriu que o governo brasileiro enviasse sem demora uma missão militar aos Estados Unidos. Vargas aprovou a sugestão e, no mês de junho, no mesmo navio em que Marshall regressava, viajaram o general Góis, o coronel Canrobert Pereira da Costa, os majores José Machado Lopes e Aguinaldo Caiado de Castro e os capitães Orlando Eduardo da Silva e Ademar José Alvares da Fonseca. Góis e sua comitiva visitaram arsenais, fábricas de munições e instalações de adestramento de pessoal militar. Estiveram com Roosevelt na Casa Branca e dele ouviram a afirmação convicta de que a guerra estouraria ainda na naquele ano. Góis ficou fascinado com o poderio dos Estados Unidos. Em carta ao presidente Vargas, exprimiu sua súbita admiração pelos americanos e aconselhou ao governo brasileiro maior estreitamento de suas relações comerciais, culturais e militares com aquele país (CPDOC/ DHBB, *Góes Monteiro*, 2001).

De volta ao Rio de Janeiro, Góes envia uma carta a Marshall, na qual resume a posição brasileira: para o chefe do estado-maior brasileiro, é indispensável concentrar os meios militares no sul, mais particularmente na fronteira com a Argentina, enquanto o chefe do estado-maior estadunidense se esforçou para convencer Góes da necessidade imperiosa de reforçar as guarnições e equipamento militar no nordeste.

É esta a tradicional reação dos estrategistas e militares brasileiros, que sempre pensaram que uma tentativa de ataque ao território nacional só pode vir do extremo sul do país, sobretudo na medida em que o nordeste, pobre e pouco urbanizado, não merece tantos esforços de defesa. Isso não impede que Góes Monteiro satisfaça parcialmente o general Marshall, quando propõe uma defesa limitada do nordeste e a preparação do terreno para uma implantação futura de bases militares (SEINTENFUS, 1985, p. 283).

Subtende-se da carta que tal preparação só pode ocorrer no caso de colaboração material dos Estados Unidos. Como a guerra na Europa ainda não é uma realidade, Góes ao mesmo tempo que dá a impressão de querer colaborar com Washington, manifesta como objetivo essencial e imediato se opor à Argentina.

Nos últimos anos, os brasileiros manifestaram a preocupação com as pretensões argentinas com relação ao seu território (...) A Argentina era considerada a mais poderosa das nações americanas latino-americanas. O vasto e subdesenvolvido interior do Brasil e sua população heterogênea era considerados uma fonte de fraqueza e não de força. A Argentina era mais

rica; seus centros populacionais e de produção eram mais compactos e imbricados; e seus habitantes, predominantemente brancos, desfrutavam de um padrão de vida melhor que o da maioria dos brasileiros. Muitos observadores consideravam as Forças Armadas da Argentina, sobretudo a Marinha, de longe, as melhores da América do Sul (NARA/RG84/18, Arquivos do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, Brasil, afirmações brasileiras referentes à Argentina, 23 de novembro de 1943, p. 1; apud LOCHERY, 2015, p. 19).

Por parte do presidente Vargas haviam outros interesses nos Estados Unidos além do militar: visava também o crédito externo para a implantação da indústria siderúrgica no Brasil. Para contrabalancear o interesse germânico no setor, os EUA estariam dispostos a oferecer o empréstimo via *Eximbank*, mas o condicionaram à participação de empresas americanas no empreendimento, o que não era de interesse do Brasil.

As negociações foram levadas a cabo pelo embaixador do Brasil nos EUA, Carlos Martins, e pelo diplomata e coronel Edmundo de Macedo Soares Silva, em Washington, sob a supervisão do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e ministro da Fazenda, Artur da Souza Costa. Embora tenham levado tempo para serem concluídas, as negociações findaram favoráveis ao governo brasileiro, o crédito foi disponibilizado sem a obrigação de participação das empresas americanas.

Góes escreveu à Aranha ainda a bordo do Nashville, com Marshall, no início de junho: “Os seus amigos americanos são muito amáveis e têm se desvelado em atenções, dentro de seus costumes e mentalidades. Estamos bem satisfeitos com eles que mostram grande interesse pelas coisas do Brasil” (Góes Monteiro a Aranha, 12/06/39, OA, CPDOC). Nos Estados Unidos, foi recebido duas vezes pelo presidente Roosevelt, visitou bases militares e fábricas de material bélico, tendo oportunidade de viajar extensamente dentro dos Estados Unidos e voltou ao Brasil, como Aranha esperava com uma impressão muito mais positiva do país. “Tive, principalmente, a impressão deslumbrante do progresso material da poderosa nação” (Góes Monteiro a Vargas, 7/7/39, GV, CPDoc).

A fim de receberem o armamento encomendado do da Alemanha, o Brasil enviaria à cidade de Essen uma missão militar do exército brasileiro. O governo alemão convidara particularmente Góes Monteiro para uma visita, ao que Oswaldo Aranha se opôs radicalmente: a decisão de uma neutralidade rigorosa poderia

facilmente ser afetada e, em termos de relações públicas, seria um gesto arrefeceria a recente aproximação com exército estadunidense. Em memorando a Vargas afirma:

A viagem de um Chefe do Estado maior de um Exército a uma outra nação é um ato eminente político, ainda que especificamente militar.

Realizada numa situação internacional como a presente viagem tem uma significação ainda maior...

Não temos, nesta hora, interesses políticos imediatos que justifiquem uma visita como a de nosso Chefe de Estado maior a qualquer dos países europeus.

Não temos, mesmo, objetivos que recomendem essa visita. As nossas encomendas [de armamentos] não dependem desse gesto, que em nada poderá influir na entrega do mesmo (Aranha à Vargas, 18/8/39, GV, CPDOC).

Entretanto, após a deflagração da invasão da Polônia, o próprio Góes que dizia não poder declinar ao convite (HILTON, 1996, p. 321) decidiu não fazer a viagem, cessando aí o impasse diplomático.

No já apresentado episódio do polêmico discurso de Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais em 11 de junho de 1940, Góes Monteiro esteve presente e, de acordo com o que registro em suas memórias (COUTINHO, 1956, p. 365), o presidente teria pedido para Góes opinar sobre o que diria no pronunciamento ao que lhe teria respondido “seu discurso estava bem mas, tratando-se de uma oração a ser proferida por um chefe de Estado, era preciso ter cautela com as explorações, pois naquele momento a França acabara de ser esmagada pela Alemanha e o que ele dizia no discurso poderia ser interpretado como uma aprovação ou regozijo pela vitória teutônica”.

Vargas teria pedido para o general assinalar os pontos que considerava que não deveria vir a público, mas apenas para diminuir os efeitos nas publicações do discurso que faria posteriormente, pois iria fazer integralmente o discurso preparado “na mesa, leio o discurso na íntegra, para ser ouvido pelos oficiais generais das Forças Armadas. É necessário sacudir com força a árvores para cair todas as folhas secas” teria dito o presidente a Góes (Idem, p. 163).

Para Seintenfus (1985, p. 308), “quando se analisa as tomadas de decisão favoráveis ao Eixo defendidas por Góes Monteiro em um passado recente, é difícil admitir que ele não estivesse envolvido no discurso do dia 11 de junho”. Saliencia ainda que a escolha de Getúlio do momento e os ouvintes não foi ao acaso e que os militares

mais importantes teriam recebido muito bem a alocação favorável aos regimes totalitários.

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Caffery, procurou Aranha no Itamaraty e teria exigido a presença de Dutra e Góes Monteiro para ouvirem pessoalmente as queixas de Washington. Nas memórias de Góes, o general enfatizou, sobre esse encontro que “o general Dutra se manteve silencioso e eu cada vez mais desajeitado” (COUTINHO, 1956, p. 368)

Entre outubro e dezembro de 1940, um incidente envolvendo militares e diplomacia permeou a política: a marinha britânica deteve um navio brasileiro, de nome Siqueira Campos, que transportava uma carga bélica adquirida junto à empresa germânica Krupp – carga paga em 1938, portanto, antes do início dos combates em território europeu. Entretanto, a Inglaterra se mostrou irredutível em relação ao bloqueio que havia determinado às cargas envolvendo o III Reich.

A repercussão foi extremamente negativa no meio militar: Góes conseguiu que o governo, em retaliação, proibisse exposições públicas e jornais que noticiassem vitórias britânicas na Guerra. O chefe do Estado-Maior chegou a ameaçar o Correio da Manhã e o Diário Carioca por desobedecer a ordem de veto e o ministro da Guerra, Dutra, chegou a pedir demissão diante da alegada humilhação pela qual a Inglaterra estaria fazendo o Brasil passar.

Foi a intervenção de Cordell Hull, secretário de Estado estadunidense, que garantiu a liberação do Siqueira Campos, o qual mostrou ser um possível impasse aos planos dos Estados Unidos para a defesa do continente americano.

Ainda nesse ano, o general Marshall promoveu nos Estados Unidos uma reunião com todos os chefes do Estado-Maior dos países americanos, a fim de analisarem de maneira panorâmica os avanços do conflito em escala mundial, averiguando juntos as possibilidades dele se estender até a América e quais planos poderiam ser feitos para essas possibilidades. O general Góes teria sido tratado com grande deferência na reunião: a inteligência americana considerava os riscos de as guarnições francesas em Dacar, no Senegal fossem entregues pelas autoridades que haviam capitulado aos nazistas, abrindo para o exército alemão o tráfego da rota sul-norte do Atlântico e expondo a costa nordestina brasileira.

Ficou entendido entre os generais uma parceria sigilosa entre o Brasil e os Estados Unidos para organizar um plano de defesa para o nordeste. O sigilo se devia à posição oficial do Brasil de não-beligerância diante da Guerra: a instalação de tropas dos EUA, com os objetivos assinalados acima, poderia forçar a diplomacia a um rompimento prematuro com os países do Eixo.

Alguns impasses precisaram ser superados: o primeiro era que o fornecimento de equipamento militar deveria ser feito no quadro de disponibilidade do excedente de guerra dos Estados Unidos, ou seja, em pé de igualdade com outras repúblicas americanas - o que contrariava o desejo expresso do Rio de Janeiro no qual a defesa do nordeste brasileiro seria visto como defesa comum do continente; o segundo atinge diretamente a segurança nacional da forma como os meios políticos e militares a concebiam: os Estados Unidos desejavam o deslocamento das tropas brasileiras do sul para o nordeste. A resistência brasileira às condições estadunidenses retardou as negociações até os anúncios das vitórias alemãs de 1940, quando o próprio Brasil se viu ameaçado e retomará as negociações (SEINTENFUS, 1985, p. 292-293).

O Brasil aceitou criar uma comissão militar conjunta brasileiro-americana. Mas logo começaram os trabalhos, há registros de protestos do chefe da missão militar norte-americana no Rio de Janeiro, Lehman Miller, acusando de negligência os militares brasileiros responsáveis pela cooperação. Dirigindo-se a Góes Monteiro, que documenta a Dutra as queixas de “desconfiança sobre os propósitos do Brasil nas questões da cooperação militar com os Estados Unidos [...]”, segundo ele a

tendência germanófila da maioria da oficialidade do Exército, (oposição à ocupação preventiva do nordeste por forças norte-americanas, protelação da entrega da encomenda de armamentos por esse motivo, enfim, uma série de alegações resultantes de informações enviadas do Brasil ao Estado Maior norte-americano, confirmadas, a meu ver, pelo impasse nos trabalhos da comissão mista dos Estados-Maiores, cujas conclusões puseram à mostra as discordâncias dos pontos de vistas dos dois Estados-Maiores (AGV, doc. Nº 1941.10.30/1 XXXVI, de 30 de outubro de 1941).

O documento registra ainda que Góes sente a impossibilidade de aprofundar a cooperação militar, dada a “falta de confiança recíproca” nas relações com os Estados Unidos. Dada a resistência da Defesa brasileira da cessão de bases militares no nordeste para o Exército estadunidense, o Estado-Maior consente em não ocupar as bases, mas exigia, em troca ficar livre para agir, sem autorização prévia do governo brasileiro caso a região fosse atacada por outro país (SEINTENFUSS, 1985, p. 356).

A resposta de Góes foi outra negativa, uma vez que as Forças Armadas não poderiam admitir uma intervenção estrangeira não consentida expressamente, sem sofrer um “atentado à dignidade nacional”.

O impasse mais uma vez transcende a negociação militar e migra para a esfera política: o embaixador Caffery se dirige diretamente a Vargas para lamentar-se do entrave e parece ter sido bem-sucedido, uma vez que o embaixador informa ao secretário de estado Americano, Hull, que Vargas “dará instruções ao Ministério da Guerra para que procurem um terreno de entente com Miller” (FRUSS, 1941, v. VI, doc. Nº 1729, de 13 de novembro de 1941, *apud* SEINTENFUS, 1985, p. 356).

O termo a que se chega é que as bases militares seriam operadas pelas Forças Armadas brasileiras, mas que os militares americanos poderiam colaborar com equipamentos e no setor estratégico.

O expediente encontrado foi o Decreto nº 3.462, através do qual o governo brasileiro atribuía à Panair do Brasil, na época subsidiária da Pan American World Airways, concessão para ampliar as pistas e as dimensões dos aeroportos do Amapá, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador a fim de que pudessem oferecer condições de pouso para aviões de grande porte. A base de Natal (Parnamirim) foi considerada prioritária, uma vez que Recife e Salvador dependiam apenas de pequenas adaptações. Sua construção foi iniciada a 11 de novembro de 1941 e a 6 de janeiro seguinte já acolhia em suas pistas as famosas fortalezas voadoras B-17, de fabricação norte-americana (CPDOC, DHBB, Góes Monteiro, 2001).

Semanas após o fim da instalação, em fins de 1941, ocorreu o ataque japonês à base americana de *Pearl Harbor*, deslocando o centro das atenções estratégicas das Forças Armadas estadunidenses para o Pacífico. É convocada uma reunião extraordinária diante do novo cenário, a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, onde decidiram que todos os países, apesar da resistência do Chile e da Argentina, romperiam as relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

A retaliação da Alemanha, Itália e Japão não tardou: entre fevereiro e agosto esses países atacaram ao menos dezoito navios mercantes brasileiro¹⁵. Fortemente

¹⁵Em 15 de fevereiro, o navio mercante *Buarque* foi torpedeado pelo submarino germânico U-432. Dez dias depois, o submarino italiano *Leonardo da Vinci* atacou a embarcação brasileira *Cabedelo*. Em março foram afundados o *Arabutam* e o *Caru*. Em maio, a frota mercante brasileira perdeu o *Parnaíba* e o *Comandante Lira* e, em junho, o *Alegrete*, o *Paracuri* e o *Pedrinhas*. Em julho, os submarinos alemães fizeram naufragar o *Tamandaré* e o *Piave*. Entre 15 e 19 de agosto, um só submarino alemão,

pressionado pela opinião pública, o governo decide, finalmente, declarar guerra à Alemanha.

Agora como membro declarado do grupo Aliado, os laços militares com os Estados Unidos se fortaleceram. Em setembro, o secretário da Marinha estadunidense, Frank Knox, esteve no Brasil com duas finalidades: inspecionar as instalações das tropas americanas no Recife e em Natal e estabelecer um plano de defesa mais efetivo para garantir a proteção da imensa costa brasileira dos ataques dos submarinos do eixo, tais quais já estavam ocorrendo. Góes Monteiro apressou-se a elaborar tal plano, que foi considerado satisfatório para Knox.

Apesar das dificuldades das Forças Armadas brasileiras em termos de contingente, treinamento e tecnologia bélica, a aliança com os EUA amadureceu a ponto de ser possível o envio de tropas brasileiras para lutar em outro continente. Contudo, para que essa organização fosse feita, foi estabelecido um estado-maior autônomo, sob chefia do general Anor dos Santos, designado para escolher a escolha de comandantes de unidades, treinamento e mobilização de efetivos.

3.4 O PENSAMENTO POLÍTICO DO GENERAL GÓES MONTEIRO

Esta sessão tem por objetivo apresentar o pensamento político do general Góes Monteiro e propor reflexões acerca das consequências efetivas de sua visão política na história do Estado brasileiro.

Como já mostrado anteriormente, até os anos 30, Góes Monteiro havia adotado uma postura legalista. Os registros de sua forma de pensamento político militar refletiam essa visão: o Exército deveria estar alheio ao jogo político interno e dedicado, primordialmente, à defesa externa, tal qual defendiam os Jovens Turcos. Em 1925, assim afirmou: "Nas lutas políticas, o Exército não deve passar do grande mudo - condição essencial de sua coesão e eficiência e até mesmo de sua existência como

o U-507, destruiu os cargueiros brasileiros *Baependi*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e *Jacira* (SEINTENFUS, 1985, p. 408-409).

instituição. Sua verdadeira e única política é a preparação para a guerra" (CARVALHO, 2005, p. 74).

Não é surpreendente que o pensamento de Góes dialogue diretamente com as teorias autoritárias em voga dos anos 1930: o militar defendia um governo forte e hierarquizado e a atuação do Exército voltada para uma política própria, não partidária-liberal, que deveria servir de inspiração para a própria organização da sociedade.

Segundo Pinto (1999, p. 301-302), Alberto Torres teve forte influência sobre o pensamento político de Góes, considerando-o "o maior de nossos pensadores políticos". As obras de Torres são fortemente marcadas pelo positivismo, valorização do nacional em oposição à uma ordem internacional imperialista, um Estado hierarquizado e a autoridade legitimada pela capacidade de elites selecionadas.

Outra influência política teria sido Oliveira Vianna, sobre o qual concordava com as ideias críticas ao individualismo liberal, o protagonismo do Estado nas transformações sociais necessárias ao Brasil e a educação com ênfase no civismo. Em relação à guerra apresenta um aspecto hobbesiano, considera o homem egoísta e ávido de ascensão "o homem (...) é pó aglutinado e ambulante, suscetível ao império da série infinita de contingências da própria vida que o anima. A avidez pela ascensão em quase todos é incalculável e nenhuma espontaneidade de abdicação pode reduzi-la ao justo termo" (MONTEIRO, p. 218):

A guerra é natural porque humaniza mais o homem, tornando-o igual ao seu semelhante, pelas próprias contingências em que ela se passa. Fora da guerra, na "calma dos paúes", o homem torna-se mais lobo do homem e não há medida capaz de aferir o drama vivido pelas sociedades, nas quaes o egoísmo e os vícios mais torpes tudo avassalam. [...] A paz é a guerra branca que não mata com brutalidade, mas, violenta os seres infelizes com torturas físicas e moraes de um requinte inominável. Mata a fogo lento (AN – FGM, SA 688-6, p. 460-461 apud SILVA, 2012, p. 115).

Vê a guerra como inevitável o imperialismo como uma característica natural de nações ascendentes, de forma que considera que as nações despreparadas para a guerra estariam condenadas a serem submetidas, numa perspectiva darwinista.

O forte civiliza porque ataca para se defender. O sábio é um forte que procura desvendar os enigmas da natureza. O fraco, o débil só pode aspirar à paz tumular, vencido pela sua própria vontade. A forte luta para viver e sobreviver na espécie. O fraco tende a desaparecer pelo imperativo da seleção natural (AN – FGM, SA 688-6, p. 461).

Por que Góes considerava a indústria um assunto essencial em termos de defesa:

A organização militar do paiz deve ser aparelhada de modo que atenda eficazmente às exigências da guerra, que é a sua suprema finalidade, e se torne, sobretudo, capaz de: utilizar, num prazo mínimo, os recursos de que pode dispor; empregar, tanto quanto possível, todos os recursos nacionais em homens, animaes e material de toda espécie. (AN – FGM, SA 824-3, p. 223). [...] Cumpre, porém, interessar a Nação pelo instrumento de sua defesa. Na guerra, não é o Exército que se mobilisa, é toda a Nação, que, mobilizando integralmente suas forças vivas, se vae bater. (AN – FGM, SA 636-6, p. 576). [...] Na futura guerra – as surpresas aéreas, eletro-químicas e mecanização poderão exceder a qualquer previsão. Não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido de meios industriais e de técnicos-especialistas deverá sentir a iminência de um conflito armado (NA – FGM, SA 185-12-1, p. 592, apud Silva, 2012, p. 117).

Via o jogo internacional que sustentava a incapacidade do Brasil de se industrializar.

Por toda parte a política internacional se contrapõe a nossa prosperidade. Crêa-se uma siderurgia de fachada, uma advocacia adrede e o prego, a arma, o trilho, enfim todas as utilidades elementares de máximo interesse para a economia nacional continuam a vir de fora. Há 20 annos se anuncia essa realização que por constituir justamente o fundamento de nossa independência, vem sendo guerreada pelos methods multiformes da velhacaria internacional (MONTEIRO, palestra proferida na Sociedade Amigos de Alberto Torres. Documento coletado no Arquivo Histórico do Exército: Caixa 1, Pasta 1, Bloco 2, Documento 7, p. XVI, *apud* SUANO, 1999, p. 57).

Segundo Góes, a defesa nacional é intrínseca à soberania econômica, uma vez que o país estaria à mercê das intempéries do cenário internacional

Lembremo-nos de que amanhã a Liga das Nações pela voz insolente de um salteador – em travesti – poderá achar pretextos para pedir sansões contra o Brasil que não tem pão, que importa combustíveis, volume considerável de siderurgia, em 20 annos importamos 555 milhões de libras e a siderurgia de fachada produziu 550 contos, tudo enfim é fundamental para a nossa existência (*idem*).

Critica a democracia representativa da forma como ocorria no Brasil, fortalecendo o clima antiliberal dos anos 30:

A eleição direta no Brasil é uma burla e uma imoralidade, além de ser um processo ilógico, senão quando se trata de interesses também diretos e celulares. Fora dahi no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma forma de democracia organizada. Já que ao parlamento tem cabido, no nosso sistema oligárquico,

entre outros poderes, o de fazer segundos escrutínios¹⁶, é melhor que se reduza ao primeiro: é mais econômico, mais sincero e exprime melhor a realidade dos fatos (MONTEIRO, s/d, p. 195, *apud* SUANO, 1999, p. 65).

O poder na mão do Poder Legislativo é visto com algo instável e praticado em detrimento dos interesses reais da nação: “a ditadura do legislativo é a pior das ditaduras, é a pior das irresponsabilidades; é um amontoado de putrefações diluídas, é a ignomínia revestida de legalidade, quanto mais quanto insistem em tornar as forças federais ‘gendarmerie’¹⁷ para proteger uma casta” (Arquivo Histórico do Exército, p. 8).

O autor ainda confere ao liberalismo a raiz dos males sociais do Brasil, pois teria sido “Forjado para que a todos se permita a liberdade de se encarniçarem na prática do mal contra o bem, aumentando o babelismo e as complicações do problema da organização nacional” (MONTEIRO, s/d, p. 132).

Suas ideias favoráveis ao fascismo e ao corporativismo. Para Góes Monteiro a questão social da época podia ter duas soluções: “uma, a materialista, *defluente* das teorias de Karl Marx e Engels; outra, a *christã*, deduzida da *Encyclica* DE RERUM NOVARUM de Leão XIII”. (AN –FGM, SA 83-1-1, p. 807). Sobre este ponto, Góes assim se posicionava:

A primeira solução, preconizada que foi pelo General Luiz Carlos Prestes, fez com que dele nos afastássemos. Ficamos com a segunda menos dolorosa e mais humana. [...] A segunda solução deu origem na Itália ao Fascismo, e em nosso *Paiz* poderá resolver, criteriosamente conduzida, a questão social agora aberta pelo General Luiz Carlos Prestes. [...] Eduquemos, então, depois desta transformação social, o patriciado para que não explore e o proletariado para que se não deixe explorar, reservando ao Estado o papel de regulador do equilíbrio das classes, dentro da Nação. (AN – FGM, SA 83-1-1, p. 807-810).

Como um bom fruto da Revolução de 30, Góes via no estadismo ou federalismo exacerbado uma fonte de fraqueza da nação:

Foi a pratica defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional, que se manteve apenas por efeito das forças reflexas do passado, e não permitiu a organização da opinião pública, correspondente ao todo, isto é, à União, mas sim às partes constitutivas. O

¹⁶ É provável que Góes esteja se referindo ao sistema da Comissão Verificadora de Poderes, utilizado na República Velha.

¹⁷ Se refere à uma força policial francesa que, apesar de fazer parte das Forças Armadas do país – portanto sob alçada do Ministério da Guerra – está operacionalmente ligado ao Ministério do Interior dentro do território nacional e em investigações criminais sob supervisão do judiciário.

Brasil tornou-se, como já disse, um corpo sem alma e por isso “caiu como cai um corpo morto” (MONTEIRO, apud MORAIS JUNIOR, 2011, p. 10).

O autor vê a própria história do Brasil como uma luta contra a fragmentação, dando destaque aos supostos méritos de Portugal e do Império em manter a unidade territorial. A primeira constituição republicana, de 1891, teria se excedido ao implantar o modelo federativo, ao dar “a cada estado uma constituição e um sistema tributário próprios, ergueu pequenas pátrias, se defrontando ou se aliando em conchavos de domínios estéreis e às vezes perigosos” (SUANO, 1999, p. 50).

No documento que enviou à Vargas tratando da reorganização do Ministério da Guerra e do Estado, afirmou:

A formação do Brasil em origem antepondo-se ao resto da Sul-América Latina, fez-se com outras características históricas e geográficas e a sua utilidade política permaneceu subordinada aos fatores unitivos que não foram destruídos na monarquia, mas que a República tem sistematicamente solapado, com base no regime regional-caudilhesco, disfarçadamente chamado de democrático-liberal (CPDOC/GV, Arquivo Getúlio Vargas, 34.01.04, p. 4).

Thomas Skidmore (1982) vê o posicionamento de Góis como “persistente defensor de um regime mais centralizado e mais autoritário” como essencial para a consolidação do Estado Novo. Evidentemente, Góes tinha uma visão estadista e preconizava o combate ao liberalismo e ao comunismo:

[O Estado] deve ter poder para intervir e regular a vida coletiva e disciplinar a Nação, criando os órgãos e os aparelhos próprios para organizar a nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo cidadão brasileiro que sirva, realmente, a sua pátria. O Estado deve organizar os elementos de sua defesa interna e externa de uma maneira sólida e eficaz contra as surpresas e investidas que perturbem a sua nação e procurem lançar a desordem no paiz (MONTEIRO, p. 183 *apud* SUANO, 1999).

Por sua vez, o jornalista Hélio Silva¹⁸, também pesquisador da era Vargas, categorizava Góes como ambicioso e intervencionista convicto:

Quem folhear os jornais da época encontrará pronunciamentos diários do General Góes Monteiro ameaçando acordar os granadeiros para fechar a Constituinte [...] e nesse clima propício o General Góes Monteiro e o Presidente Getúlio Vargas vão implantar o germe do totalitarismo, o primeiro

¹⁸ Conforme denota SUANO (1999, p. 8), a conclusão de Hélio Silva se baseia nos jornais da época e também nos arquivos particulares de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Bertholdo Klinger, no CPDoc/FGV, com um quantidade considerável de cartas e telegramas trocadas entre esses personagens alertando a possibilidade de golpe de Estado por parte de Góes nos anos de 1932, 1934, 1936 e 1937, de modo que está documentado o temor corrente das lideranças da época das manobras autocráticas protagonizadas por Góes Monteiro.

alimentando a ambição de se fazer ditador e o segundo possibilitando a permanência no poder além do período constitucional a que foi eleito (SILVA, 1984, p. 96-97).

Com a Doutrina Góes, as Forças Armadas estende suas funções além das tradicionais de defesa, uma vez que se veem como agentes construtores dos aspectos importantes da nação, de uma maneira suprapartidária, como o próprio Góes declara: “A política geral, econômica, industrial, agrícola e internacional, o sistema de comunicações, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do País” (TREVISAN, 2005, p. 59-60).

A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional (MONTEIRO apud PINTO, 1999, p. 298).

Em carta enviada a Vargas em 1935, o general elenca as principais demandas do país em termos de Defesa: reorganização geral do Exército em tempos de paz, o serviço militar e a organização e preparação das reservas, a lei dos quadros (reajustamento dos atuais, promoções, movimento, técnicos e especialistas), a justiça militar: organização, funcionamento do código penal, processual, disciplinar e as condições de aproveitamento das forças estaduais (CPDOC/GV, Arquivo Getúlio Vargas, 34.01.18, p. 2).

Uma questão que lhe parecia imprescindível era a de que as próprias Forças Armadas deveriam ter competência para julgar casos relativos à crimes militares, de modo que o poder civil não interferisse dentro da corporação. Ele considera:

Segundo Goethe, a medida da civilização de um povo é dada pela sua organização militar e a pela organização de sua justiça. No Brasil só se poderá alcançar o equilíbrio social quando a justiça não depender mais da política partidária e os magistrados forem homens mais íntegros e dispuserem de garantias suficientes para exercer sua elevada função. Sem uma sólida organização e prática da justiça social, não haverá possibilidade de estabilizar qualquer regimen político. Para o Exército e para a Marinha não há necessidade de qualquer justiça de excessão [sic] no interesse da disciplina e no interesse da defesa da instituição e dos órgãos destas. Essa justiça tem que ser militarizada e a magistratura tirada do próprio Exército e da Marinha. Todas as questões do Exército devem ser resolvidas no próprio Exército. É a única maneira de se evitarem as intromissões indebitas, as confusões com formas divergentes ou paralelas, que naturalmente se formarão (MONTEIRO, p. 170, apud SUANO, 1999).

Na reforma institucional que propunha à Vargas em 1934, Góes propôs a criação do Conselho Supremo de Defesa Nacional, um órgão composto pelo chefe de Estado, o ministério da Guerra, o Estado-Maior do Exército e, por fim, os comandos das grandes unidades (G.U.) da ativa e da reserva.

Góes via a industrialização como essencial para o desenvolvimento do Brasil como uma nação forte: “O essencial é contar-se com todos os meios materiais: fábricas, vias de comunicações, riqueza, esquadra e aeronáutica convenientes à situação do país e estado moral alevantado pela eliminação das discórdias e rivalidades” (AN – FGM, SA 636-6, p. 574).

Preconizava a militarização da política como um instrumento de moralizá-la:

O meio mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim, sobretudo, de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade política, é justamente adotar os princípios de organização militar (MONTEIRO apud SUARTMAN, 2006, p. 149).

Quando chegou ao generalato, Góes organizou seu pensamento político sobre o Exército e a política nacional, no livro *A finalidade política do Exército*, no qual define que as forças armadas deveriam desenvolver uma política própria. Góes formulou de maneira sistemática a ideologia de que as Forças Armadas tinham um dever moderador. Essa ideologia foi fruto da combinação histórica do tenentismo com as transformações organizacionais das décadas iniciais do século XX. A máxima a seguir resume essa visão:

Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. [...] Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército (MONTEIRO apud CARVALHO, 2005, p. 42).

No documento escrito à Vargas com seus pareceres e condições para assumir o Ministério da Guerra, em 1934, Góes denunciou os descuidos dos governos republicanos anteriores com a questão da defesa nacional e dialogou diretamente com o que via ser a realidade econômica e social do país na década de 1930. Nele, Góes criticou a Constituição de 1934, considerando uma regressão ao “liberalismo moribundo, individualismo e regionalismo”. Ao Brasil, segundo ele, faltava mais do que uma política de guerra: faltava uma política nacional.

Para tanto, o general propõe, entre outras coisas: educação moral, física e cívica, organização da imprensa e dos sindicatos. Ainda no documento lamentava ainda não ter sido criado no Brasil um partido *social-nacionalista* que, segundo ele, fornecesse quadros seguros para guiar o Estado e guiar as massas.

Para se entregar a obra ciclópica de soerguimento nacional, a principiar pela reconstituição, sobre bases sólidas dos instrumentos de Defesa Nacional, ao mesmo tempo que a organização da opinião pública e das novas instituições de estado deve ser orientado sob um influxo de espírito nacional socialista – cabendo o máximo de poder e competência (sobretudo às questões de segurança interna e externa) à União. De outro modo, não se porá limitação à anarquia, à indisciplina, ao arbítrio e às anomalias existentes, não se modificará a nossa mentalidade defeituosa na sua formação desde a origem de nossa emancipação política; havendo sempre a menor possibilidade de restauração econômica e de melhor distribuição de riqueza, assim como de saneamento dos costumes, normas e falsos preconceitos que se geraram e cresceram no ambiente brasileiro, e se ficará ainda distante do advento de uma era de trabalho profícuo, pelo aproveitamento de nossas energias e recursos, pela eliminação da rotina e implantação de um regime de moralidade e justiça, que infunde a todos confiança, revigora o bem-estar e a confiança do povo, prevenindo as desordens e os desvarios latentes de caráter social, de que é maior incentivo e predomínio inumano e corruptor da plutocracia e dos políticos que a sustentam e por elas são sustentados (CPDOC/GV, Arquivo Getúlio Vargas, 32.11.29, p. 2).

Para Edmundo Campos Coelho, até os anos 1930 era difícil encontrar uma visão coerente e global das relações entre o Exército e a sociedade civil e que fosse ao mesmo tempo integralmente militar:

Os militares brasileiros, em quase todas as épocas, sofreram de ‘complexo de paisano’, da necessidade de ressaltar suas semelhanças com a sociedade civil e seu espírito. Um reflexo disso é que raramente os militares puderam enunciar uma outra coisa que não fosse a harmonia e o equilíbrio entre o Exército e a sociedade, a integração entre seus valores e a comunidade de seus objetivos. Ora, o pensamento de Góes Monteiro implicava a assunção plena da condição de militar e dava-lhe dimensão própria ao fazer do Exército e da Marinha modelos para a organização da sociedade civil (COELHO, 1976, p. 105).

Desta maneira, o Estado Novo nada mais é do que uma consolidação da Doutrina Góes. Conforme aponta Edmundo Campos Coelho:

O Estado Novo era “essencialmente um regime militar” e “a implantação do regime e a institucionalização do Exército eram uma mesma e única tarefa”. Os chefes militares viam a necessidade de proteger sua solidariedade orgânica como um passo necessário na sustentação do Estado Novo. A essência do regime envolve o conceito de militarização do estado [...] e o Exército [...] coexiste com a própria estrutura do estado [...]. Estado e nação constituem uma união, que é completada pela perfeita integração das Forças Armadas na organização da política, como elementos de execução nas aspirações do estado. Assim, estabelece-se uma colaboração harmoniosa

entre o Exército e o Estado, que é a expressão orgânica da própria nação (COELHO apud HAYES, 1991, p. 167).

Os militares passaram a ocupar cargos consideráveis dos postos políticos e da alta administração estatal. Conforme aponta José Murilo de Carvalho (2005, p.109-110), dos 87 interventores nomeados no Estado Novo, 40 eram militares e ocupavam a liderança em órgãos importantes como a Comissão Nacional do Petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Tratores. O autor ainda considera que o discurso de identificação Exército-Estado e a expressão destes como princípios da nação velava um projeto que preconizava uma nacionalização da política, pela industrialização e por uma ideologia de ordem não liberal. As manobras do Estado Novo, ao eliminar a política partidária e seus canais de expressão e representação, permitiu também à cúpula hegemônica do período eliminá-las também nas Forças Armadas. O Estado teria promovido assim, sua modernização conservadora.

João Quartim de Moraes considera a formulação política de Góes Monteiro como autônoma das formulações de Vargas, usando a expressão “seu partido não foi o tenentismo, nem o getulismo, mas o corporativismo militar” (1994, p. 127).

Não estaremos forçando o sentido se o resumirmos [o artigo de Góes Monteiro intitulado ‘O Exército e o Brasil’, em O Jornal, de 5 novembro de 1933] na tese de que os militares e só eles são a nação organizada. A ideia não era nova (...) A novidade está em que, contrariamente ao corporativismo militar dos jovens turcos, o de Góes Monteiro compreende que não se pode reformar o Exército sem reformar o Estado e desenvolver a indústria. (...) ‘reforma do Exército, reforma do Estado, reforma da nacionalidade’ constituíam, portanto, objetivos indissoluvelmente complementares, que, segundo Góes Monteiro, só poderiam ser atingidos pelo impulso e pela tutela da organização militar (MORAES, 1994, p. 133).

Não são raras as acusações de que Góes se trata de um fascista, por suas declarações favoráveis às práticas italianas do regime de Mussolini, por sua visão de que o Exército tinha a primazia na organização do país. O relato de Argemiro de Assis Brasil¹⁹, tenente à época em que Góes ocupava o Estado-Maior:

“A função clássica dos exércitos não foi modificada na própria Itália. No entanto, no desvairado plano político do general Góes Monteiro faz parte a transformação do Exército em instrumento unido da manutenção da autoridade soberana e do domínio de todas as forças existentes em um

¹⁹ É preciso considerar, contudo, que o registro da fala de Argemiro de Assis Brasil foi registrado por Klinger, um militar que tinha posicionamentos que não coincidiam com os de Góes, de modo que apresenta também um recorte que atende suas finalidades de oposição.

Estado fascista. Em uma palavra, em vez de uma ‘milícia fascista’ – um ‘exército fascista’” (KLINGER, 1933, p. 168, apud SUANO, 1999, p. 8).

O livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército* sintetiza boa parte das formulações políticas de Góes Monteiro, no qual defende o papel de formulador das diretrizes do país para as Forças Armadas. A seguir, serão analisados seus principais conteúdos.

Suas reflexões acerca das instituições e história revelam uma percepção ora elitista, ora determinista. Para o autor,

Para as nações a vida de uns representa um traço luminoso e riscado no firmamento que a circunda (...) e a vida dos demais, da massa coletiva é anônima na sua continuidade e só resplandece iluminada pelos reflexos que se desprendem das trajetórias rutilantes dos eleitos e condutores, em todas as gerações, no caminho do porvir ilimitado, sob o império das leis inexoráveis do destino. (MONTEIRO, p. 122).

O determinismo geográfico também se revela nos escritos de Góes, uma vez que acredita que as instituições, modelos de organização e cultura de uma sociedade são diretamente ligados ao lugar que ocupam na geografia terrestre. Explicitamente: “o ritmo da existência em face da organização social é função dos fatores geográficos – de ordem moral e material – variáveis ou constantes, mas perturbadores no tempo, no espaço e no espírito da coletividade” (Idem, p. 124).

Segundo Suano (1999, p. 41) este é mais um ponto de aproximação com o pensamento político de Alberto Torres, pois este também recusava importações de modelos para resolução de problemas políticos em lugares e povos distintos. Isto é, os meios ambientais iriam influenciar fortemente a tentativa de aplicação de quaisquer modelos já implantados em outros países.

Viu-se, ademais, a contradição de invocar por um lado o determinismo mesológico como fundamento das autonomias estaduais inadequadas, e, por outro lado, plagiar com servilismo simplista as normas da organização federal norte-americana, cujas condições originais se processaram em circunstâncias diversas das nossas (Monteiro, apud SUANO, 1999, p. 42).

Em relação à situação do Exército, Góes dedica uma sessão de sua obra *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército* (s/d, p. 107), denominada “Exército sem eficiência”. Nela, Góes sintetiza como vê naquele momento as deficiências do Exército brasileiro em três frentes: a) material: obsoleto, insuficiente em quantidade e qualidade, sem indústria que supra as necessidades; b) tropas: número e valor

combativo, pouco doutrinada e mal organizada; c) chefia: incapazes de cooperação, com caráter malformado e cheios de vícios de personalismo para ascender na hierarquia.

Em nota a Dutra, em fevereiro de 1939, Góes apontava para a gravidade da situação criada por “núcleos de imigração de povos pouco assimiláveis no sul”, citando como perturbadores “os de raças nórdicas (tetões), orientais, judaicas, etc.”. A inclusão dos judeus na lista do chefe do EME refletia a atitude cética e cautelosa do alto comando, como demonstrado no estudo de Rodrigues (2010) sobre a discriminação racial nas escolas de formação de oficiais. Durante a ausência de Aranha nos Estados Unidos, aliás, o general Góes teria pressionado Freitas-Vale a suspender a concessão de vistos e, em reunião do CIC algumas semanas depois, o representante do EME “se opunha terminantemente à entrada de semitas, sem exceção” (HILTON, 1996, p. 313).

Após conhecermos com mais profundidade a atuação e o pensamento político de Góes Monteiro nos remetemos à figura aroniana do *soldado*, a metáfora para as lideranças da política externa preocupadas com a estratégia militar. Para o sociólogo francês, o estrategista sempre leva em conta as rivalidades potenciais entre aliados, além da hostilidade comum em relação aos inimigos e percebe a distinção radical entre *aliados permanentes* e *aliados ocasionais* (ARON, 2002, P.79).

Para além das experiências profissionais de Góes Monteiro (e do Exército brasileiro) com o exército germânico, diante da conjuntura política de fins da década de 1930, o general soube muito bem fazer uso da rivalidade dos Estados Unidos com a Alemanha para obter ganhos ao interesse nacional. Apesar de ser apontado como um “germanófilo”, levou a cabo o alinhamento com os Estados Unidos diante do reequipamento do Exército brasileiro e o financiamento da Siderúrgica Nacional. Não houve uma mudança drástica do posicionamento de Góes Monteiro: foi um estadista que, como Vargas e Aranha, fez uso estratégico do cenário de guerra no plano internacional.

Convém, ainda, ressaltar a importância da Doutrina Góes para a forma como o Exército vê seu papel no cenário nacional durante o século XX, não “a política no Exército, mas a política do Exército”. É a partir das reformas na escola Superior de

Guerra providas por Góes e Dutra que o Exército brasileiro se tornou intervencionista e autônomo, capaz de atuar com legitimidade própria. Como aponta Coelho (1976, p 144):

A própria fórmula “segurança/desenvolvimento” sob a qual se assentou o regime militar pós-64 é uma “versão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da ideia desenvolvida por Góes Monteiro de que a defesa nacional é, ao mesmo tempo, fator e resultado de uma política de desenvolvimento nacional que, para ser eficaz, como condição global de uma estratégia global rígida de contenção das forças políticas em luta e da disciplina social”

Assim, registra-se a importância histórica da ação do militar no próprio Exército brasileiro, mas também na natureza da relação do Exército com a política nacional. O exército vê a si mesmo como modelo da sociedade, como uma instituição nacional de maior capilaridade que os próprios partidos políticos e, em última instância, ao fazerem valer a “política do Exército” sobre as instituições republicanas, a Doutrina Góes autorizou os militares brasileiros frente às intervenções que permearam do século XX e, por isso mesmo, transcendem a Era Vargas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa defendeu a tese de que estratégia e diplomacia tiveram uma unidade na política externa brasileira no período que antecedeu a participação do país na Segunda Guerra Mundial. Demonstrou-se que, apesar de o jogo político ser permeado por convicções ideológicas distintas, os atores que representavam as unidades políticas da diplomacia, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e o chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, confluíam em suas percepções de interesse nacional.

As decisões tomadas pelo comando do Exército e do Itamaraty, como organizações político-sociais de expressão nacional possuem caráter diplomático e estratégico na formulação da política externa brasileira em tempos de preparação para guerra. As lideranças que movem esses esforços, o diplomata e o soldado, não estão isolados do jogo político interno e possuem suas próprias orientações ideológicas.

Os atores do jogo político interno são também animados pelo desejo de potência e, ao mesmo tempo, por convicções ideológicas. Os donos do poder satisfazem sua ambição (raramente isenta de interesses pessoais) mesmo quando estão convencidos de que servem à coletividade. [...] Não teria sentido que as regras do jogo não tivessem qualquer influência sobre os jogadores ou sobre as possibilidades de êxito; ou que os possuidores legais do poder consentissem em executar a vontade de outrem (ainda que fosse a vontade daqueles a quem devem sua ascensão) (ARON, 2002, p.106).

As proposições analíticas de Aron sobre a análise da política externa em tempos de paz e guerra foram usadas para a compreensão do Brasil entre os anos de 1930 e 1942. Primeiramente, apresentou-se o cenário político e institucional no qual o Brasil se encontrava durante o período. A chamada Era Vargas apresentou uma transformação significativa na composição do Estado Brasileiro e uma reorganização dos grupos que operavam os principais centros de poder do país.

O golpe de Estado promovido em 1930 levou não apenas Getúlio Vargas ao poder, mas também todo o projeto político de seus apoiadores. Procurou-se demonstrar como Vargas arquitetou as alianças que o ajudaram a manter um governo centralizado e propositivo: no Governo Provisório, ao enfrentar os levantes legalistas, reformar o federalismo, convocar a constituinte. As alianças também o sustentaram

no Governo Constitucional, ao dar início às perseguições aos grupos de extrema esquerda e, posteriormente, de extrema direita, ao promover outro golpe de Estado e instaurar a ditadura do Estado Novo, promover a nacionalização de estrangeiros e se aproveitar das disputas pré-Segunda Guerra Mundial para conseguir financiamento para industrialização do país.

Esclarecido o cenário, a pesquisa apresentou como o principal expoente da diplomacia brasileira no período agia e pensava. Das origens de Oswaldo Aranha à sua adesão ao golpe de 1930, sua participação para a instauração de um regime liberal diverso do modelo que havia sido aplicado até então. Como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Aranha passa a defender o modelo democrático americano e o pan-americanismo como uma solução para dificuldades econômicas e de defesa.

Como Ministro das Relações Exteriores, Aranha enfrentou dificuldades internas com grupos mais autoritários e esforçou-se em estabelecer com os Estados Unidos uma colaboração financeira e militar. Crítico de medidas autoritárias, defendia um modelo de liberalismo próximo da socialdemocracia, justamente numa década em que grande parte dos Estados ocidentais questionavam a capacidade do liberalismo de responder às demandas sociais, políticas e econômicas, uma década de ascensão de regimes autocráticos.

O militar Góes Monteiro teve sua ascensão na carreira durante a Era Vargas, tornando-se general, ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército. Comandou o golpe de Estado em 1930, reprimiu os legalistas em 1932, esteve na Constituinte, incentivou a aprovação da Lei de Segurança Nacional, participou do Plano Cohen, do golpe de 1937 e da colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos. Seu pensamento político foi sintetizado em sua obra *A Revolução de 30 e a finalidade do Exército*, no qual defende o não envolvimento do Exército na política partidária, mas um protagonismo numa política autóctone, visando os interesses nacionais. Crítico ferrenho do federalismo e da democracia liberal, Góes era frequentemente associado a grupos pró-Eixo, visto com desconfiança pelos Estados Unidos.

De um lado, como compreender o fato de que um chanceler que defende ideias liberais em um Estado autoritário seja capaz de desenvolver uma política pró-Estados Unidos tendo como arma diante de Vargas apenas a possibilidade de pedir demissão?

De outro, como um centralista e admirador do modelo alemão conseguiu reequipamento do exército brasileiro por parte dos estadunidenses? O que procurou-se demonstrar neste estudo é que estes agentes produzem paradoxos apenas aparentes, ou seja, a suposta divergência entre diplomacia e estratégia no Brasil do Estado Novo era um dos dados políticos dos *policy makers*.

A oposição entre os dois agentes notáveis de Vargas foi frequentemente salientada pela literatura (GAMBINI, 1977; HILTON, 1994; LORCHERY, 2015; MOURA, 2012; NETO, 2013; OLIVEIRA, 2015; PANDOLFI, 1999; SANTANA, 2010; SEINTEFUS, 1995) como uma polarização pró-Estados Unidos e pró-Alemanha. O que se buscou salientar até aqui é que Getúlio Vargas fazia uso do posicionamento desses atores para manter sua busca por maiores vantagens no jogo internacional. As divergências ideológicas de Aranha e Góes Monteiro não foram um entrave para a política externa estadonovista, mas a própria razão de ser da neutralidade e, posteriormente, da situação de guerra: os próprios general e chanceler faziam o “jogo duplo”, atribuído, até agora à uma habilidade de articulação exclusiva de Getúlio Vargas.

No jogo político interno, Oswaldo Aranha e Góes Monteiro tiveram uma mesma percepção de *interesse nacional*, que enquanto ministros priorizaram em relação ao Brasil: a indústria de base e a defesa. Foi nesse sentido que os Estados Unidos da América se apresentaram como uma opção de alinhamento que fornecia coesão à política externa de Getúlio Vargas e seus ministros: a um só termo foram possíveis o financiamento para a siderúrgica nacional e o reequipamento do Exército.

Ideologicamente, convém salientar a coesão desta parceria com os Estados Unidos para o tipo de política que os dois atores exerciam. A tradição liberal dos Estados Unidos aprazia Aranha, mas o país também possuía tradição militarista que despertou Góes Monteiro para as benesses de uma aliança estadunidense.

A adesão a estratégia de aliança com os Estados Unidos não significou necessariamente uma modificação dos posicionamentos pessoais dos atores ou mesmo uma homogeneização dentro da complexa administração do Estado Novo. Mas configurou, definitivamente, uma forma de fazer política externa na qual o

interesse nacional do diplomata e do soldado convergiu e as próprias singularidades dos atores foram utilizadas em proveito deste interesse.

Considerando, nos termos de Aron (2002), a estratégia como comportamento relacionado ao conjunto de operações militares e a diplomacia a condução das unidades políticas, via convencimento, fez-se neste estudo uma análise empírica da complementaridade dessas duas esferas na construção da política externa.

Os dois termos [diplomacia e estratégia] denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do "interesse nacional". Se a estratégia – que, por definição, orienta as operações militares não tem uma função fora do teatro militar, os meios militares, por sua vez, são um dos instrumentos de que a diplomacia se utiliza. Inversamente, as declarações, notas, promessas, as garantias e as ameaças fazem parte do arsenal do chefe de Estado, durante a guerra, com respeito aos seus aliados, aos neutros, e talvez também com relação aos inimigos do dia, isto é, os aliados de ontem ou de amanhã. (ARON, 2002, p. 73).

Há ainda que se ressaltar o papel central exercido por Getúlio Vargas na forja desta configuração. Conforme afirmado por Aron na citação acima, a estratégia e a diplomacia fazem parte do arsenal de que dispõe o chefe de Estado, ao articular também as forças do jogo político interno. A expertise de Vargas para instrumentalizar rivalidades em favor dos interesses nacionais fez com que o Brasil obtivesse sucesso em suas barganhas para o alinhamento na Guerra.

Durante os anos que Getúlio esteve na presidência do Brasil entre 1930 e 1945, manteve Góes Monteiro e Oswaldo Aranha em sua órbita. Conforme vimos nos capítulos deste estudo, os dois últimos se consideravam presidenciáveis e disputavam o próprio lugar ocupado por Vargas, portanto tinham, para além de projetos nacionais distintos, projetos pessoais de poder em disputa. O fato de tê-los em seu governo e fazer uso de suas vantagens e desvantagens na construção de um projeto nacional é um mérito desta grande figura política que dá o nome ao período: Era Vargas. No entanto, um conhecimento mais aprofundado das forças que compunham a política interna e que foram decisivas na política externa do Brasil nesses anos faz com que avancemos no sentido de compreender a complexidade desse período tão importante para a configuração do Estado Nacional.

Por fim, reafirma-se a importância de se considerar a confluência entre estratégia militar e diplomacia nas análises da política externa brasileira entre os anos

1930 e 1942, de modo a compreender a configuração complexa que levou atores com trajetórias e pensamentos políticos tão singulares, como de Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, ao alinhamento com os Estados Unidos da América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond (2002). **Paz e guerra entre as nações** / Raymond Aron; Prefácio de Antônio Paim; Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

CARONE, Edgar (1977). **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: Difusão Editorial.

CARVALHO, José Murilo de (1983). **Forças Armadas e política, 1930-1945**. In: A Revolução de 30: seminário internacional. Brasília, UnB.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. (2009). **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)** / Flávio Mendes de Oliveira Castro, Francisco Mendes de Oliveira Castro. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 2 332p

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo (2002). **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília.

COELHO, Edmundo Campos (1976). **Em busca da identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CONN, Steson; BYRON, Fairchild (2000). **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Trad. Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

COUTINHO, Lourival (1956). **O general Góes depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco.

CLARK, M; WHITE, B. (1989). **Understanding foreign policy: the foreign policy systems approach**. Aldershot: Edward Elgar.

DRAIBE, Sonia (1985). **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a construção do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FAUSTO, Boris (1990). **A revolução de 1930**. In: MOTA, Carlos Guilherme (1990). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FRANCO, André Luiz dos Santos (2010). **As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista de 1930 no sul do Brasil**. Dissertação de mestrado. UFPR.

FGV (2001). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

GAMBINI, Roberto (1997). **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo; Símbolo.

GOMES, Ângela de Castro (2005). **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

HAYES, Robert A. (1991). **A nação armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex.

HILTON, Stanley E (1994). **Oswaldo Aranha, uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva.

INFANTE, Eduardo (2012). **Alemanha 1938: um militar brasileiro e sua família na Alemanha nazista**. São Paulo: Prata Editora.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (organizadores) (2017). **Oswaldo Aranha, um estadista brasileiro**. Brasília: Funag.

LOCHERY, Neil (2015). **Brasil: os frutos da Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

MCCAIN, Frank D. (2007). **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2018). **Brazil and the United States during World War II and Its Aftermath: Negotiating Alliance and Balancing Giants**. Cham: Springer Nature.

MERQUIOR, José Guilherme (2014). **O liberalismo antigo e moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: Editora É Realizações.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes (s/d). **A revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Andresen Editores.

MORAES, João Quartim de (1994). **A esquerda militar do Brasil. Vol. II. Da Coluna à Comuna**. São Paulo: Siciliano.

MOURA, Gerson (1984). **Tio Sam chega ao Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

_____ (2012). **Relações Exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. 1ª ed. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília.

_____ (1980). **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NETO, Lira (2013). **Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo, Companhia das Letras.

NUNES, Edson (1997). **A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

OLIVEIRA, Camila Ferreira Pureza de (2015). **A política externa do governo Vargas durante o Estado Novo e a Construção da Siderúrgica Nacional**. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1, p. 5-21.

PANDOLFI, Dulce (org.) (1999). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

PINTO, Sérgio Murilo (1999). **A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo**. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

PUTNAN, Robert D (2010). **Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun.

RODRIGUES, Fernando (2010). **Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco editorial.

ROSE, R. S. (2017). **O Homem mais perigoso do país**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTANA, Welber Santos (2010). **A política externa do Governo Vargas no Estado Novo**. Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro, Brasília, número 5.

SEINTENFUS, Ricardo Antônio Silva (1985). **O Brasil de Getúlio Vargas na Formação dos Blocos**. São Paulo: Editora Nacional.

SKIDMORE, Thomas E. (2010). **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)**. São Paulo: Editora Paz e Terra.

SILVA, José Afonso da (2005). **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros.

SODRÉ, Nelson Werneck (2010). **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular.

SUANO, Marcelo Ferraz (1999). **Para inserir o Brasil no Reino da História: o pensamento político militar do general Góes Monteiro**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes (2011). **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular.

ANEXO I

Discurso pronunciado por Getúlio Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais no 75º aniversário da Batalha do Riachuelo, travada no início da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1940.

(Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>, acesso em 20 de outubro de 2019.)

Senhores, a significação do 11 de Junho é bem maior que a de uma vitória naval. Evoca o feito máximo da nossa esquadra, como símbolo do poderio nacional nas águas e da dedicação dos marinheiros brasileiros à grandeza e à glória da pátria. As razões que nos levaram àquele extraordinário lance passaram; já não existem antagonismos no continente: estamos unidos por vínculos de estreita solidariedade a todos os países americanos, em torno de ideais e aspirações e no interesse comum da nossa defesa. O que ficou, perene, imortal, foi o lema de Barroso – O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

A frase heroica, transformada em divisa da Marinha de Guerra, nunca foi mais viva do que nos dias atuais. Estou certo de que nenhum brasileiro vacilará diante desse imperativo, e todos, como a guarnição disciplinada de uma grande nave, conservarão os postos que lhes foram determinados, vigilantes e serenos.

Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimenta; é trabalho construtor, erguendo monumentos imperecíveis, transformando os homens e as coisas, agigantando os objetivos da humanidade, embora com sacrifício do indivíduo. Por isso mesmo, o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento como coletividade. Não o poderia fazer, entretanto, com o objetivo de garantir lucros pessoais exagerados ou limitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria. Os seus direitos merecem ser respeitados, desde que se mantenham em limites razoáveis e justos.

A incompreensão dessas formas de convivência, a inadaptação às situações novas acarretam aos pessimistas, cassandras agourentas de todos os tempos, o desânimo infundado que os leva a prognósticos sombrios e vaticínios derrotistas. Dificuldades relativas aparecem-lhes com o aspecto tenebroso das crises irremediáveis; a perda temporária de mercados toma fisionomia de catástrofe.

A consideração serena dos acontecimentos conduz a interpretação diferente. Se há mercados fechados à venda dos nossos produtos em consequência da guerra, em compensação, para eles não se canalizam economias nossas em troca dos artigos que nos forneciam. O que resulta, em última análise, é o aumento da produção nacional, procurando o país bastar-se a si mesmo, ao menos enquanto persistirem os empecilhos atuais ao comércio exterior. O governo age não somente com o propósito de desenvolver as trocas internas, mas também negociando convênios com as nações credoras, no sentido de pagar em utilidades o serviço das nossas dívidas, reduzindo-as na base dos valores em bolsa. Estamos criando indústrias, ativando a exploração de matérias-primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais. Para acelerar o ritmo dessas realizações, é necessário algum sacrifício de comodidades, a disposição viril de poupar para edificar uma nação forte. No período que atravessamos, só os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las.

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem

peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem somente os que incorporam toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida.

A disciplina política tem de ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos de desagregação.

É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria.

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos.

Pugnando pela expansão e fortalecimento da economia geral, como instrumento de grandeza da pátria, e não como objetivo individual; contando com a boa vontade e o espírito de sacrifício de todos os brasileiros, atingiremos mais

depressa o nível de preparação técnica e cultural que nos garanta a utilização das riquezas potenciais do território em benefício da defesa comum.

Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir e seguiremos vigorosamente.

O aparelhamento completo das nossas forças armadas é uma necessidade que a nação inteira compreende e aplaude. Nenhum sacrifício será excessivo para tão alta e patriótica finalidade. O empenho dos militares corre de par com a vontade do povo. E o labor atual da Marinha, depois de uma fase de tristeza e estagnação, é o melhor exemplo do que pode a vontade, do que realiza a fé no próprio destino, quando animada pelo calor de um sadio patriotismo. Firme na sua disciplina, fortalecida pela esperança de melhores dias, a Marinha brasileira, fiel ao cumprimento do dever, renova-se e ressurgue pelo trabalho que dignifica os homens e as corporações. O ruído das suas oficinas, onde se forjam os instrumentos da nossa defesa – navios que sulcam rios e oceanos ou aviões que sobrevoam o litoral –, enche de contentamento os espíritos votados ao amor da pátria. Às pequenas unidades já construídas sucederão outras, maiores e mais numerosas, e os monitores e caça-minas de hoje terão irmãos mais fortes nos torpedeiros e cruzadores de futuro próximo.

Sem desfalecimentos, a Marinha se transforma, e com ela se retempera o nosso entusiasmo, aumentando-nos o vigor e a coragem para trabalhar pelo Brasil.

ANEXO II

Jornal *A Razão*, 06 de Abril de 1931, destaca as finalidades da Legião de Outubro (disponível em Biblioteca nacional Digital – Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso 20 de novembro de 2019)

Verificação dos orçamentos municipais do Estado do Ceará

Ouvimos de pessoas autorizadas e que fazem parte do conjunto governativo do Ceará que o Estado após acurado estudo, vai elaborar uma lei especial no sentido de estabelecer um padrão unico para os orçamentos dos varios municipios do Estado, não só afim de evitar disparidades e desproporções entre os impostos municipais e os estados, mas sobretudo para pôr termo á cobrança de impostos evidentemente inconstitucionaes, facto que o governo tem verificado após a publicação das leis orçamentarias dos municipios.

Julgamos isso uma importante providencia que alcança, não somente os fins actualmente declarados, como ainda outros de alta significação que não escapam á arguta percepção daquelles que vêm orientando os negocios do Estado.

A estréa da Companhia Mulata Brasileira, no Theatro «José de Alencar»

Faltam apenas cinco dias para a estréa da Companhia Mulata Brasileira, no Theatro «José de Alencar».

Elenco composto exclusivamente de gente de cor, vem o mesmo despertando a mais viva curiosidade no publico desta cidade, sempre ansioso de novidades. Traz a recommendação esse excellento conjunto, os applausos já alcançados em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Recife, onde está terminando uma brilhante temporada.

A parte feminina do elenco é composta de mulatinhas bonitas como se pode verificar pelo quadro dos seus retratos que está exposto desde amanhã na Confeitaria Glória.

A parte masculina compõe-se de elementos de valia, dignos executores de nossos sambas e modinhas, artistas afortunados que vêm recebendo os melhores elogios da imprensa das capitães em que a Companhia tem trabalhado.

Entre as figuras mais graciosas desta Companhia destacam-se as sympathicas mulatinhas: — Indio do Brasil, Rosa Negra, Jacy Amôre, Dica Goyas, Baryria Guarany, Durra Sordana e outras.

A Companhia estréa com a revista em 2 actos e 24 quadros, «Batuques, Calêmbé e Maxixe», que no Rio, esteve em scena durante 45 dias consecutivos.

A assignatura para as 5 rixitas da Companhia encerra-se no dia 8, começando no dia 9 do corrente a venda gratuita dos bilhetes despois para a estréa da Companhia.

A campanha eleitoral na Argentina

Buenos Ayres, 6.—Encerrou-se hontem a campanha eleitoral no País.

A eleição de presidente e vice-presidente realisar-se-á no proximo domingo.

O pleito será dos mais renhidos, devendo decidir-lo a massa de eleitores com a que votam as urnas pelo partido socialista.

Importação de fumo na Inglaterra

Londres, 6 — Teme-se nos círculos commerciaes, o agravamento dos direitos, sobre fumos importados pela Inglaterra.

FERRAGENS
J. Torquato & Cia.
 Preços especiais para tintas, oleos, arame, ferropado, cimento, laçoç aguçã e aluminio.
 Mayor Tacundo 105 - Fortaleza

A RAZÃO

Finalidades da «Legião» de Outubro

Publicamos abaixo o programma da Legião de Outubro, instituição subilme, de caracter nacional, fundada para defender os principios e idéas revolucionárias e portanto para reorganizar os costumes políticos e sociais do Brasil.

É natural que, futuramente, sejam os principios da Legião o pharol illuminador dos nossos governos, que nelles encontrarão o melhor apoio para a pratica da verdadeira democracia e a força necessaria para destruir os vícios e erros que vinham gangrenando todas as células do organismo nacional.

Chamamos a attenção dos leitores para a publicação de hoje, bem como para uma outra que faremos amanhã, de materia referente ao mesmo assumpto.

FINALIDADE GERICICA

Defender a victoria da Revolução Brasileira e realisar os idéas della.

Especificação das finalidades

I. Defender a victoria da revolução Brasileira contra todos os seus inimigos, assim classificados:

- I Inimigos dependentes do velho regime.
- II Inimigos dependentes das imperfeições do proprio organismo revolucionario.
- III Inimigos de origem externa.

I—Inimigos dependentes do velho regime

- a) os reacionarios depositos;
- b) os adhesionistas sem espirito revolucionario;
- c) os vícios do velho regime que possam permanecer no governo, no functionalismo, no povo e nos costumes.

Exemplo dos mais importantes:

- 1. O impatriotismo em geral e os seus correlarios:

- I Profissionalismo politico, desonestidade administrativa, venalidade;
- II Alheamento entre o governo e o povo;
- 2. O espirito de classe e os seus correlarios:
- I Política facciosa;
- II Personalismo;
- III "Fendur amigueliro" e desrespeito á lei para satisfação do interesse pessoal;
- IV Incompetencia dos governantes e funcionarios para o exercicio das posições que occupam;

- 3. A demasia de confiança no poder salvador dos governos.
- 4. A insuficiencia da unidade nacional na vida politica, no civismo e na cultura.

II—Inimigos dependentes das imperfeições do proprio organismo revolucionario

- 1. A incoordenação do idealismo regenerador;
- 2. A insufficiente impregnação do espirito revolucionario nas populações que foram menos trabalhadas pela propaganda liberal e que não foram theatro dos episodios mais importantes do movimento armado.
- 3. O perigo dos governos tenderem á inercia, gerando a rotina e o marasmo.
- 4. O perigo dos governos desvirtuarem a obra da Revolução.
- 5. O perigo do elementos revolucionarios se inclinarem demasiadamente para os extremismos.

III—Inimigos de origem externa

- 1. Todas as concepções alienigenas e inapplicaveis á solução dos problemas brasileiros.
- 2. Qualquer campanha de descrédito no ex-

tranjeiro contra a obra revolucionaria, dificultando o desenvolvimento della.

Segundo: Realisar os idéas da Revolução:

- I—Pela acção politica.
- II—Pela acção educativa, etica e moral.

I—Pela acção politica

1. Propagando pela effectivação do programma da Alliança Liberal, desenvolvido, aperfeiçoado e corrigido, no que for mister, segundo as modernas correntes da politica mundial e augmentado das soluções que a quadra revolucionaria inspirou para attender aos problemas de actualidade brasileira.

2. Mobilizando a opinião publica e organizando-a, para que a Legião não seja apenas, uma formação crystallizada dum programma pré-estabelecido, mas um organismo com vida e plasticidade bastante para auscultar as necessidades e a opinião dominante do povo, em cada momento, estudando os problemas nacionaes de cada episodio da evolução brasileira e propondo a solução adequada ao aspecto e opportuna no tempo.

3. Sendo intermediario natural prestado entre o povo e o governo para estabelecer o equilibrio organizado entre ambos, provocando, fôrda das consultas sociais, a modificação dos governos que desatenderem a nação, para só apellar ao movimento armado em recurso extremo.

II—Pela acção educativa, etica e moral

a) Civica:

- 1. Aproveitando, mantendo e desenvolvendo o espirito de unidade nacional, alcançada pela Revolução.

2. Sendo o vigilante do fiel cumprimento das leis, principalmente da basilar na reorganização constitucional da nação (a lei eleitoral), da moralidade dos costumes politicos e da honestidade administrativa.

b) Moral:

- 1. Desenvolvimento e amor ao trabalho e á disciplina, e serviço da causa collectiva.

2. Mantendo o desenvolvimento (o espirito de sacrificio e de desinteresse pessoal, do ideal patriótico e de confiança no valor do povo brasileiro, posto á prova no movimento armado.

3. Mantendo e desenvolvendo o senso pratico da vida, demonstrando na quadra revolucionaria para compellir o povo á visão pragmática da realidade nacional.

4) Um grande matutino, órgão official da «Legião», com um supplemento illustrado semanal com larga divulgação no extrangeiro.

5) Livros, estudos, tratados que abordem os problemas brasileiros no sentido legionario ou versem questões concernentes ás finalidades da «Legião».

6) Livros escolares, que preparem o espirito das gerações nasceres no sentido doutrinario da «Legião».

7) Utilisação do radio e do telegrapho.

8) Caravanas e comícios de predicacões e estímulo do entusiasmo popular.

9) Cursos rapidos funcionando na «Casa da Legião» no Rio de Janeiro e nas Delegações onde fôr possível, estudando os problemas nacionaes e ministrando a orientação doutrinarie da «Legião».

10) Conferencias de alcance critico e sociologico sobre a evolução e actualidade brasileiras e de analyse da obra legionaria.

11) Musicas, cantos, gravacões de discos para propaganda, de canções patrióticas, hymnos da «Legião» e discursos civicos.

12) Utilisação do theatro e do cinema.

13) Festividades, cerimoniaes, paradas mili-

ILEGIVEL

tares, que exaltem o animo popular, como por exemplo a investidura de novos legionarios, a comemoracao das datas nacionais, principalmente da Revolucao Brasileira.

12) Prospecoes, boletins, pamphletos, folhetos em estilo singelo e exposicao synthetica para o espirito da massa popular.

II—Manter permanente ligacao com todas as classes sociais, especialmente a proletaria, visando 4 resultados principais:

1) Estimular a que se organize para melhor coordenação do trabalho e da producao e tambem como aparelho de expressao da opiniao publica.

2) Aumentar ou criar o espirito de cooperacao entre as classes para o fim nacional.

3) Sondar a realidade da vida nacional, para apurar as diretrizes naturais da solucao social no Brasil.

4) Incutir-lhe no espirito legionario para facilitar o equilibrio e entendimento entre o povo e os governantes.

III) Manter permanente ligacao com os elementos moraes que contribuam com effeciencia na effectuacao do movimento armado e de cujo valor a continuacao da obra revolucionaria não pode prescindir, como sejam:

- 1) a imprensa
2) o elemento feminino
3) o clero em geral.

IV—Estudar a solucao dos problemas nacionais nos seus multiplos aspectos economicos, financeiro, social, politico, climatico, ethnico, sanitario, eugenico e juridico.

V—Influir junto ao governo para a effectuacao de programma que consubstancia as ideias revolucionarias ou de qualquer outra medida surgida pelos governados (pela representacao de classe) e adoptada pela Legião.

VI—Influir junto aos governados pela obediencia ás determinacoes dos governantes que correspondem ao programma da Legião ou que mereceram a approvacao della.

VII—Vigiar a influencia dos inimigos da Revolucao Brasileira por um servico regular de informacoes e controle.

b) Meios militares:

1) Manter o espirito militar predisposto á mobilizacao sempre que a exigir a defesa da victoria revolucionaria e dos ideaes regeneradores que a gerara.

2) Organizar quadros regulares de milicias em reserva, a postos para a mobilizacao effectiva.

3) Estudar as possibilidades e manter em promptidão o processo adequado á mobilizacao industrial e economica, bem como, no que se refere á questao de transporte, de abastecimento geral e de aprovisionamento bellico.

4) Manter ligacao constante com a Cruz Vermelha Brasileira e com a classe medica em geral preparando o espirito, organizando os quadros e providendo os meios materiais para que a LEGIAO disponha promptamente de um corpo de saude, em caso de mobilizacao effectiva.

5) Manter ligacao constante com as classes armadas para colaborar no ensino de resistencia que os anima contra os governos impatrioticos e fora de lei.

Dr. Elias de Oliveira
ADVOGADO
Accella causas civis, commerciaes e criminaes. Da consultes e pareceres. Attende chamados para o Interior
Residencia: RUA DR. PEDRO BARBES N. 113
Fortaleza—Ceará

Professor com longa pratica leccional
Portuguez, Geographia, Arithmetica, Historia Universal e do Brazil, Contabilidade e Dactilographia.
Rua Floriano Peixoto n. 131

A lamentavel castastrophe que destruiu a cidade de Managua

New-York, 6.—A «Associated Press», annuncia que a cidade de Managua, que foi inteiramente destruida por um terremoto, esta completamente arrasada.

Os incendios continuam a succeder-se em todos os bairros onde não existe uma habitacao de po.

O presidente Menedez está abrigado numa tenda de campanha. As autoridades do Estado, e numerosos sobreviventes tambem estão concentrados num campo improvisado de aviacao, sendo transformados em campo de amparacao os logares seguros da cidade.

A proposito da castastrophe o «New-York Times» escreve que muitas familias que se achavam em Managua, no momento do terremoto foram presas pelos escombros das casas desmoronadas.

O numero de victimas não foi maior porque quarenta por cento da populacao, se encontrava em villegatura nas praias.

Não ha noticia de que o phenomeno scismico se tenha feito sentir noutra cidade do paiz.

Novos informes sobre o desastre de Managua

New York, 6.—Chegam novos pormenores sobre o terremoto de Managua.

Os edificios que tinham ligacoes com os Estados Unidos e Grã Bretanha, foram completamente devarados pelo fogo, assim como os principaes edificios publicos, varios bancos, innumeris escritorios commerciaes, que ficaram reduzidos a escombros carbonizados.

A cifra global dos mortos já é avaliada em mil e quinhentos, aproximadamente, e os feridos em varios milhares. Entre estes o maior numero é de mulheres e creanças yankees.

Por um verdadeiro milagre, o palacio presidencial, construido no alto de uma collina, ficou intacto.

Partiram, a ultima hora, varios hydro-aviões, levando medicos, enfermeiros e abundante material sanitario.

O porta-avião «Langfords» partiu de Blue Field, no litoral este de Nicaragua, o qual auxiliará nos soccorros.

Continua a devastacao da capital da Nicaragua

New-York, 6.—Vinte quarteirões de Managua acabam de ruir completamente incendiados.

O numero de mortos segundo se apurou até agora, ascende a mil e quinhentos.

Recolte-se a sorte dos technicos americanos que trabalham no canal da Nicaragua, com temores de novo terremoto.

São indescriveis as scenas que se passam na cidade destruida.

O desabamento de quando em vez nos seus principaes edificios, e quadro dos feridos e mortos, são emocionantes.

Os bombeiros yankees ajudam a remocao dos innumeris feridos.

Sandino, e chefe rebelde, suspende as hostilidades a Managua

Nova York, 6.—Noticias de Managua que confirmam os trabalhos para o salvamento das victimas da castastrophe.

Ainda não ha informacoes exactas sobre o numero de mortos e feridos.

O general Sandino chefe dos rebeldes, em communicado aos seus representantes, em Junco,

Mulungú, theatro de impressionante crime

Um chauffeur assassina um official da policia

Já á hora de encerrarmos o nosso expediente, tivemos noticia de um gravissimo crime occorrido na serra de Baturité, e que pelo desfecho fustoso e lamentavel que toma proporcoes de tragedia.

O facto de já estar esta folha a entrar para o prelo, impede-nos de dar noticia pormenorizada do occorrido.

Entretanto, passamos aos nossos leitores as informacoes que nos foram ministradas:

No logar Mulungú, proximo da cidade de Baturité o chauffeur Mororó, que guia um camião da serra de Facoty, assassinou a tiros de revolver o tenente Eurico Rocha, da força publica do Estado, e mais um irmão d'este, que se intramettera na luta corporal, entre os dois travada.

Segundo nos dissezão, por questoes antigas o referido tenente jurára de eliminar Mororó, á primeira vez que o encontrasse.

O facto deu-se hontem. O tenente Eurico encontrando o chauffeur em apuro, com elle travou luta, fazendo uso do revolver que conduzia.

Mororó conseguiu derribar o tenente e, tomando o revolver, abate-o com um tiro na região frontal.

Um irmão do tenente Eurico, presenciando a luta, aproximou-se para detê-lo e é tambem atingido por Mororó, em logar mortal.

É esta em linhas gerais e sujeita a possiveis alteracoes a narrativa da lamentavel tragedia de que Mulungú foi theatro.

Chacara

Vende-se ou aluga-se por pouco mais de uma casa confortavel para grande familia. Cinco minutos para o Bonde Joaquim Tavora, primeira secção; com grande sitio de fructeiras, coqueiros, capim, etc. Agua potavel e terreno para chacaria a tratar na «Caixa Popular».

deu ordem para serem suspensas as hostilidades, em vista da magnitude de castastrophe que affligiu o paiz.

Assim desapparecem-se os pontos propalados pelos indios do interior, segundo os quaes Sandino estaria organizando bandos para atacar a desolada capital.

Como nos tempos biblicos

New-York, 6.—Um radio de bordo de «City of Panamá», diz que o aviador Lois Ender, que voou de Corintho para Managua informa o seguinte:

«Toda cidade está em ruinas. Não ha um edificio em pé. O fogo devorou a castrophe da cidade. O maior numero de imagos occorreu na penitenciaría que ficou reduzida a pó.»

Ao commercio do Interior

Convidamos a vir examinar nossos grandes stocks de fazendas e mudezas com novidades de ultima moda do estrangeiro e do paiz, confrontando os nossos preços que acabamos de calcular na base do minimo lucro possivel

Arim Ary & Filhos

Rua Major Facundo, 166 — Fortaleza-Ceará

ILEGIVEL

ANEXO III

Entrevista concedida por Oswaldo Aranha ao O Jornal em 25 de fevereiro de 1945 (apud LIMA et al. 2017, p. 821)

Meus senhores, não sou ministro do governo. Mas se o fosse, estaria certamente, hoje, na Rádio Tupi, para falar da mesma maneira porque vim esta noite conversar com meus patrícios.

Entrei para o governo em 1938, não para servir ao Estado Novo, mas decidido a evitar a repercussão de seus malefícios internos na situação internacional do Brasil.

Esta atitude minha foi expressa e quase direi pública, provocando, então, certo alarme nas fileiras estadonovistas.

A Constituição de 1937 repugnava, como fiz sentir, em muitas de suas inovações, quase todas traduzidas de constituições totalitárias europeias e asiáticas, as minhas convicções democráticas e a minha fidelidade aos compromissos e fins da Revolução de Outubro.

Há dez anos, quando aceitei o cargo de embaixador nos Estados Unidos da América, deixara meu país sob um regime constitucional, democrático e liberal, para cujo advento concorrera com o melhor dos meus esforços.

Ministro de duas pastas no período revolucionário, depois de haver sido o coordenador do movimento de 1930, havia eu assegurado, de comum acordo com vários companheiros, e com o advento do período constitucional que não permaneceríamos em funções propriamente governamentais. Atitude igual assumiram José Américo, Juarez, Ary Parreiras, Carneiro de Mendonça, Nelson de Mello, Landry Salles e alguns outros companheiros de revolução.

A função diplomática que, então, foi-me confiada, desempenhei-a com honra e prestígio para o Brasil. O golpe de 1937, que me surpreendeu em Washington, não mereceu meu apoio: foi de advertência e até de protesto a minha atitude.

Não me restringi aos círculos do governo, mas, ao chegar o Rio, tornei pública, em entrevista dada ao “A Noite”, a minha posição contrária à Constituição de 1937 e aos primeiros atos governamentais.

A situação internacional, já antes desse golpe, como provam minhas informações e cartas ao governo, era ameaçadora e, ainda de Washington, prevendo a hecatombe mundial, eu insistia na necessidade de preparar-se o Brasil para essa tremenda prova a que seríamos submetidos, com todos os demais povos.

Esta foi a razão pela qual, passados alguns meses, e consciente da tarefa que me ia caber, aceitei participar do governo como ministro do Exterior.

Não tenho porque me arrependeu dessa atitude e, espero, não tenha o chefe do governo e nem os brasileiros motivos para queixarem-se de como me conduzi e conduzi a política exterior do meu país.

Nesse período, participando das reuniões governamentais e privadas com o chefe do governo, não tive a menor parcela de responsabilidade na política interna do país, salvo de reserva quando ela ameaçava comprometer a conduta da política exterior.

Fui, única e exclusivamente, ministro do Exterior, exercendo a minha função fechado na sala onde viveu e morreu o grande barão do Rio Branco, o exemplo maior e melhor de como todo o brasileiro tem o dever de servir o seu país no Itamaraty sem que isso importe no sacrifício de suas convicções políticas e pessoais.

Não renunciei às minhas ideias nem me reneguei um só daqueles princípios que foram, são e serão parte inseparável de minha vida de devoção ao Brasil.

Nessa função, defendi essas ideias e princípios e, graças à minha fidelidade a eles, evitei, com o concurso do povo, que o Brasil fosse arrastado ao erro e à derrota pelas tendências políticas consagradas pela Constituição de 1937.

Não guardo desses dias terríveis, amarguras e queixas. Uma ideia sã, apoiada na opinião pública, exalta e conforta até os timoratos. Antes, reconheço e proclamo a boa-fé e até um entranhado propósito de bem servir o Brasil de quantos, por vezes, divergiram de minha orientação no Itamaraty.

O curso da guerra era ameaçador e a minha intransigência parecia comprometer a posição do Brasil com os então vencedores.

Eu mesmo tive dias de perplexidade e, se não vacilei, foi porque sempre acreditei que o homem não inventou ainda armas capazes de vencer as ideias. Toda guerra é uma luta de vontades, mais que de armas: é um combate individual em grandes e temíveis proporções. E eu abrigava a certeza de que a organização cega e material do homem para a guerra teria que ceder, afinal, aos que estavam, pela prática da vida normal, educados moral livremente para não aceitar uma ordem contrária à sua forma de ser, de viver e de querer.

As vitórias da força são efêmeras, ainda que espetaculares, ante a de decisão e de coragem de uma consciência e um coração bem formados. E isso é verdade tanto para os homens como para os povos, na guerra e na paz.

Finda minha missão no governo, com a segurança da vitória das Nações Unidas, retornei, por ato próprio, ao seio do povo, desejoso, como estou fazendo, de prestar as contas que, todos os que exercemos funções públicas, devemos à opinião de responsabilidades.

Não há razões para hesitações e temores. A violência acaba sempre por ceder, rendendo-se ao povo, à lei e à justiça. A liberdade não é uma concessão de homem ao homem, nem favor do governo do povo. É condição mesma da vida do indivíduo e das coletividades. A sua negação é sempre passageira e inútil. Porque faz com que volte mais vigorosa, como todas as necessidades naturais contrariadas. É este fenômeno que estamos assistindo em nosso país.

Há dias que a opinião pública, como no momento histórico da declaração de guerra, exulta, por todos os cantos do país, com as promessas da liberdade.

É o Brasil que volta, tal como ele foi e terá que ser: o Brasil de todos e não o Brasil de alguns. É o Brasil do povo e não o Brasil dos governos que estamos sentindo de novo nas ruas, nas praças, nos lares, falando, ouvindo, lendo e, acima de tudo, aspirando, como todos os demais povos, seus irmãos nas armas e nas ideias.

É nesse Brasil, sem combinações e sem partidos, sem política, sem liberdade e sem representação, quase sem vida, porque faminto, doente e sangrando, que ressurgiu, dominado pelos grandes instintos da sobrevivência, para, no primeiro alento, balbuciar um nome que estava no fundo do seu coração: o de Eduardo Gomes.

Não foi ditado pelo governo, não foi escolhido por agremiações políticas, não foi apontado pelos seus companheiros de armas. Não surgiu contra ninguém nem contra nada, mas a favor do Brasil. Não é um nome, é um símbolo, uma legenda, uma providência. Não se deteve a opinião na consideração de suas convicções democráticas, de suas virtudes, dos seus títulos, dos seus atributos, dos seus serviços e até mesmo de suas glórias. A lembrança do seu nome tem sua origem naquelas reservas instintivas da consciência popular, imponderáveis e divinatórias, que na vida dos povos tem surpreendido o destino dos homens com missões e consagrações inesperadas.

Nada mais posso aspirar em minha vida do que ajustar os meus atos à vontade dos meus concidadãos, sobretudo quando ela atende aos reclamos de minha própria consciência.

Estou convencido de que nenhum outro brasileiro, nesse transe, corresponderá melhor às necessidades e aspirações do Brasil.